

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História

Kátia Franciele Corrêa Borges

**FIAR, TECER E REZAR:
A HISTÓRIA DAS MULHERES NA FÁBRICA DE TECIDOS DO BIRIBIRI
(1918-1959)**

Juiz de Fora
2019

KÁTIA FRANCIELE CORRÊA BORGES

**FIAR, TECER E REZAR: A HISTÓRIA DAS MULHERES NA FÁBRICA DE
TECIDOS DO BIRIBIRI (1918-1959)**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus

Juiz de Fora
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Borges, Kátia Franciele Corrêa.

Fiar, Tecer e Rezar : a história das mulheres na Fábrica de Tecidos do Biribiri (1918-1959) / Kátia Franciele Corrêa Borges. -- 2019.

174 f. : il.

Orientador: Ronaldo Pereira de Jesus

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. Mulheres . 2. Fábrica do Biribiri. 3. Trabalho . 4. Cultura. I. Jesus, Ronaldo Pereira de, orient. II. Título.

KÁTIA FRANCIELE CORRÊA BORGES

**FIAR, TECER E REZAR: A HISTÓRIA DAS MULHERES NA
FÁBRICA DE TECIDOS DO BIRIBIRI (1918-1959)**


TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito parcial para obtenção do título de
DOUTORA EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 24/04/2019.

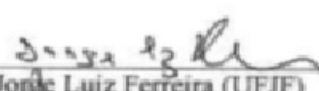
Banca Examinadora



Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus - Orientador



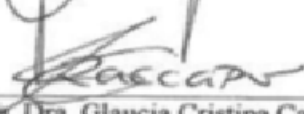
Profa. Dra. Valéria Marques Lobo (UFJF)



Prof. Dr. Jorge Luiz Ferreira (UFJF)



Prof. Dr. James William Goodwin Junior (CEFET)



Profa. Dra. Glauca Cristina Candian Fraccaro (PUC)

*Para “elas” – meninas e mulheres trabalhadoras da
Fábrica do Biribiri (1877-1973).*

AGRADECIMENTO

Esta tese é a concretização de um sonho. Ele só se tornou possível graças ao apoio incomensurável de instituições e pessoas que aqui serão mencionadas. Incorro no risco de fazer alguma injustiça, esquecendo-me de alguém.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGHIS-UFJF. Em especial, ao meu orientador, o Professor Dr. Ronaldo Pereira de Jesus.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de Bolsa, sem a qual esta pesquisa não seria possível. Agradeço ao Sandro de Oliveira Otavaviano, secretário do PPGHIS-UFJF, por sua atenção.

Agradeço o apoio do senhor Gilberto Mascarenhas Curi, presidente da Estamparia S.A., que permitiu-me o acesso aos arquivos da Fábrica do Biribiri. Agradeço, ainda, a secretária Jocelaine Miguel por sua inestimável atenção, bem como a Maria Aparecida de Assis Branco, por seu atendimento no Museu Alexandre Mascarenhas.

Agradeço também aos funcionários da Estamparia S.A., os senhores Gaspar do Nascimento de Moraes e Edvaldo Nascimento. Abro um parêntese para expressar a imensa satisfação que tive ao conhecê-los. Pessoas integras e trabalhadoras.

Agradeço à arquiteta Rafaela Bogatzki Ribeiro Corrêa, cujo apoio foi valioso. Agradeço a Maria da Conceição de Melo Ferreira e seu esposo Adilson do Rosário Ferreira. E, a Raimundo Geraldo de Souza (Raimundo Sem Braço), pelo carinho com que sempre me recebeu em minhas visitas à Vila do Biribiri. Agradeço, também, a Maria da Conceição Assis, por se dispor a contar suas histórias.

Agradeço ao Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros/ Unimontes, na pessoa do professor Doutor Marcos Esdras.

Agradeço ao meu querido amigo João Paulo Abreu dos Santos, que esteve ao meu lado durante todo o período de levantamento dos arquivos (2015-2018), fotografando, anotando e me ouvindo. Gratidão pelos momentos de partilha do seu amor a história de Diamantina.

Agradeço a Angélica Araújo e sua linda família (Rômulo, Vítor e Álvaro), a Carol Queiroz, a Rosane e a Cecília Silva Lopes, todos moradores da cidade de Diamantina, pela generosidade, carinho e atenção.

Agradeço a Dayse Lúcida dos Santos – que colocou a sua casa à minha disposição –, a James William Goodwin Junior, a Marcos Lobato Martins e a Wander Conceição, pelas fundamentais contribuições para o desenvolvimento desta tese.

Agradeço a amiga e companheira de jornada, Janikelle Bessa. E às queridas Josiane Moura e Amanda Jorge.

Agradeço as minhas belíssimas amigas Salete, Walquíria, Lane, Ivana e Samira, bem como aos amigos Guilherme e Michel. Vocês foram protagonistas de animadas comemorações. Sem vocês, toda essa conquista seria mais complexa. Obrigada por me permitirem compartilhar da vida de vocês.

Agradeço a Rosana de Jesus, colega de profissão e amiga, a quem aprendi a admirar por sua garra. E a Jussara de Cássia Lopes, pelo carinho com que sempre me recebeu em sua casa em Mariana.

Agradeço a Cláudia Vieira e a Fernanda Raquel, amigas que, mesmo distantes, continuam me apoiando e torcendo por mim.

Agradeço à Diretora das Faculdades Integradas do Norte de Minas – Campus São Luís – Ivanilde Soares Queiroz Almeida e à Coordenadora do Curso de Serviço Social – Simone Torres Gusmão Santos, pelo apoio e incentivo no início do meu doutorado. Ao meu amigo Edson Mussa, pelo suporte nas traduções do texto. E a Carlos Nascimento, pela paciência e confiança.

Agradeço ao meu amigo Sidney Pereira, pelas horas de conversas e também pelo presente que me proporcionou com as fotos do Biribiri. Muito obrigada.

Agradeço ao Carlos Malaquias, a Kelly Eleutério, a Marcela Sá, a Raíssa Vieira, a Myrtes Raposo, Daniel Albergaria, Adinei Almeida e a Letícia Batista, pessoas que eu conheci nessa jornada e que se transformaram em amigos(as) valiosos(as). Ao Moisés Coppe, por sua paciência e inestimável apoio.

E, por último, agradeço aos meus pais Luiz e Cida pelo apoio imaterial. Ao meu irmão Waldívio e à minha cunhada e amiga Cleonice. Às minhas irmãs, Karla e Maria Luiza. Agradeço ao meu cunhado Márcio e aos meus sobrinhos Dayane e Marcelo. Sem o carinho e a paciência de vocês, eu não chegaria até aqui. Agradeço também as minhas tias Diva, Neta e Socorro, grandes incentivadoras.

E, por fim, agradeço a Deus, Nele se baseia minha luta e a minha vitória.

RESUMO

Este estudo – desenvolvido na linha de Pesquisa em Poder, Mercado e Trabalho – teve como objetivo investigar parte do processo histórico que envolveu as relações sociais das mulheres empregadas na Fábrica de Tecidos do Biribiri, Diamantina-MG. A partir da investigação das particularidades que permearam o cotidiano vivenciado no âmbito da vila operária, especialmente envolvendo a fábrica e a igreja, a tese visa abordar o perfil social e cultural das operárias. O recorte temporal foi estabelecido entre os anos de 1918 e 1959, período assinalado por conquistas no campo dos direitos sociais e também pela intensificação das ações da Igreja Católica na região. Seguindo a metodologia do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, rastreamos os indícios e os sinais deixados pelas operárias nas atas das reuniões da Associação Filhas de Maria e do Apostolado da Oração, bem como nas fichas cadastrais relacionadas aos recursos humanos. O resultado nos revelou um mundo do trabalho assinalado por uma cultura popular, pela divisão sexual das ocupações e pelas relações paternalistas. As festas de devoção aos santos católicos, sobretudo a Virgem Maria, foram frequentes e revisitadas por nós. As mulheres representavam grande parte da mão de obra contratada, e os setores que mais absorveram a referida mão de obra, foram a fiação e a tecelagem. Os direitos sociais foram igualmente instituídos pela legislação trabalhista e incorporados pela fábrica. De uma forma mais específica, a “fábrica do Bispo” transformou-se na fábrica das Marias, das Joanas, das Agostinhas, das Rosálias, das Franciscas, das Cecílias, das Jovitas, das Odílias, das Luízas e tantas outras “mulheres do povo”, cujas rotinas consistiam em fiar, tecer e rezar. Esta tese foi desenvolvida no âmbito da História Regional e pretende contribuir para com estudos de cunho regional na História das mulheres, do trabalho e da cultura.

Palavras-chave: Mulheres – Fábrica do Biribiri – Trabalho – Cultura.

ABSTRACT

This study – developed in the line of research in Power, Market and Work – aimed to investigate part of the historical process that involved the social relations of women employed in the Textile Factory of Biribiri, Diamantina-MG. Based on investigation of peculiarities that permeated the daily life experienced in the scope of working life, especially involving the factory and the church, the thesis aims to approach the social and cultural profile of workers. The temporal frame was established between the years of 1918 and 1959, a period marked by achievements in the field of social rights and also by the intensification of the actions of the Catholic Church in the region. Following Carlo Ginzburg's methodology of indicial paradigm, we traced the indications and signs left by the workers in the minutes of the meetings of the Daughters of Mary Association and the Apostleship of Prayer, as well as in the cadastral records related to human resources. The result revealed a word of work marked by popular culture, the sexual division of occupations, and paternalistic relationships. The feasts of devotion to the Catholic saints, especially the Virgin Mary, were frequent and revisited by us. The women represented a large part of the hired labor and the sectors that most absorbed the labor force were spinning and weaving. The social rights were also instituted by labor legislation and incorporated by the factory. In a more specific way, the "Bishop's Factory" became the factory of the Marias, the Joanas, the Agostinhas, the Rosalias, the Franciscas, the Cecílias, the Jovitas, the Odilas, the Luizas and many other "women of the people" whose routine was to spin, wave, and pray. This thesis was developed within the framework of Regional History and aims to contribute to studies of a regional nature in the history of women, work and culture.

Keywords: Women – Biribiri Factory – Work – Culture.

ÍNDICE DE FIGURAS

Números	Imagens	Pgs
Figura 1.	Foto da Vila Operária do Biribiri (2018)	21
Figura 2.	Foto de Dom João Antônio dos Santos na década de 1860	23
Figura 3.	Mapa 1: Distribuição das Fábricas têxteis em Minas Gerais (1872 a 1887)	28
Figura 4.	Mapa 2: Limites do Parque Estadual e da Vila do Biribiri	30
Figura 5.	Mapa 3: Delimitação do Povoado de Biribiri em relação ao Município de Diamantina e Minas Gerais	31
Figura 6.	Foto da vista geral do Biribiri (1950)	33
Figura 7.	Foto da Fábrica de Tecidos do Biribiri (1943).	33
Figura 8.	Anúncio dos tipos de tecidos produzidos em Biribiri	35
Figura 9.	Planta da Vila Operária do Biribiri 1975	38
Figura 10.	Vila do Biribiri – Diamantina/MG: situação e levantamento topográfico	39
Figura 11.	Foto da fachada do Convento do Biribiri (1940)	42
Figura 12.	Foto de Dona Mariana, Dom João, familiares e operários(as) da fábrica, ano de 1877 (Versão completa)	49
Figura 13.	Foto de Dona Mariana, Dom João, familiares e operários(as) da fábrica, ano de 1877 (Versão com recorte).	50
Figura 14.	Desenho e identificação da foto de Dona Mariana, o Bispo Dom João, familiares e operários da fábrica, ano de 1877	51
Figura 15.	Foto das operárias e gerente da fábrica (1945)	64
Figura 16.	Foto da sala de cardas e fiação grossa	69
Figura 17.	Foto da sala de fiação fina (4.200 fusos)	70
Figura 18.	Foto da sala dos teares (144) – (1950)	70
Figura 19.	Mapa 4: Localidades de origem da mão de obra contratada pela Fábrica de Tecidos do Biribiri (1920-1950).	81
Figura 20.	Foto da carteira profissional da operária Regina do Espírito Santo (1933)	87
Figura 21.	Foto da Fábrica do Biribiri e seus(suas) operários(as) (meados de 1930).	89
Figura 22.	Fotos das operárias do Biribiri (1943)	98
Figura 23.	Medalha de Nossa Senhora das Graças	108
Figura 24.	Capa do Manual das Filhas de Maria (1940).	108
Figura 25.	Contracapa do livro “Pequeno Segredo”	113
Figura 26.	Foto do Altar da Capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri.	128
Figura 27.	Foto do quadro da Oração “Petição ao Glorioso Santo Antônio”	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Faixa etária das mulheres contratadas pela Fábrica de Tecidos do Biribiri	77
Gráfico 2	Faixa etária dos homens contratados pela Fábrica de Tecidos do Biribiri	77
Gráfico 3	Declaração da cor da pele da mão de obra feminina	85
Gráfico 4	Declaração da cor da pele da mão de obra masculina	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Análise do processo de fabricação	69
Quadro 2.	Mulheres que atuaram como Regentes do Dormitório Feminino	72
Quadro 3.	Estado Civil dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica do Biribiri	73
Quadro 4.	Operários(as) que vieram de Santa Bárbara	82
Quadro 5.	Operários(as) nascidos(as) em Biribiri 1897-1898	84
Quadro 6.	Fornecimentos do Armazém da Vila Operária do Biribiri (1934)	90
Quadro 7.	Informativo dos beneficiários dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica do Biribiri	93
Quadro 8.	Classificação da Assinatura dos(as) operários(as)	95
Quadro 9.	As Carteiras de Trabalho e os(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Tecidos do Biribiri	96
Quadro 10.	Relação de trabalhadores(as) contratados(as) entre o período de 09/1918 a 01/1932 que tinham carteiras profissionais	163
Quadro 11.	Receitas e Despesas da Associação Filhas de Maria do Biribiri (1926)	112
Quadro 12.	Movimentos implementados pela Igreja Católica de Diamantina	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Distribuição dos(as) Operários (as) da Fábrica de Tecidos do Biribiri 1877-1883	46
Tabela 2.	Ativo e passivo da Fábrica de Tecidos do Biribiri	61
Tabela 3.	Balanço geral da firma Duarte & Irmão (1933)	62
Tabela 4.	Funções de acordo com os gêneros na Fábrica do Biribiri – 1921-1959	65

LISTA DE SIGLAS.

ACMD – Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina

AEAD – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina

APE-S/A – Arquivo Privado da Estamparia S/A.

AUOD – Arquivo da União Operária Beneficente de Diamantina

BAT – Biblioteca Antônio Torres.

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

MAM – Museu Alexandre Mascarenhas

PUPSA – Pia União do Pão de Santo Antônio

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO	8
ABSTRACT	9
ÍNDICE DE FIGURAS	10
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – A VILA OPERÁRIA E AS ADAPTAÇÕES DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FABRIL.....	21
1.1. A CIDADE, O BISPO E A FÁBRICA	22
1.2. A FÁBRICA DE TECIDOS DO BIRIBIRI: CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL E GEOGRÁFICA	30
CAPÍTULO 2 – AS PRIMEIRAS OPERÁRIAS: “HISTÓRIAS” QUE SE CONTAM EM DIAMANTINA	43
2.1. A “FÁBRICA DO BISPO”	44
2.2. POBRES “ÓRFÃS-OPERÁRIAS”	49
2.3. AS MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO XIX-XX.....	56
CAPÍTULO 3 – O PERFIL SOCIAL DA MÃO DE OBRA DURANTE AS DÉCADAS DE 1920 E 1950	64
3.1. “SERVIÇOS” DE HOMENS E MULHERES: A QUESTÃO DO GÊNERO NAS OCUPAÇÕES.....	65
3.2. DE MENINAS A OPERÁRIAS	77
3.3. DE ONDE PROVINHA A MÃO DE OBRA?	80
CAPÍTULO 4 – A FAMÍLIA FÁBRICA E OS DIREITOS SOCIAIS: CONSTRUINDO AS BASES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	87
4.1. A “FAMÍLIA FÁBRICA”	88
4.2. DIREITOS SOCIAIS	91
CAPÍTULO 5 – A ASSOCIAÇÃO DAS FILHAS DE MARIA DO BIRIBIRI: FORMANDO A IDENTIDADE DA “BOA” OPERÁRIA	104
5.1. FITAS	105
5.2. DE “BOA” JOVEM A “BOA” OPERÁRIA.....	117
5.3. TECENDO RELAÇÕES	125

CAPÍTULO 6 – “AÇÃO CATÓLICA”, SANTO ANTÔNIO E “FLORES DE MAIO”: COTIDIANO E CIRCULARIDADES	128
6.1. AÇÃO CATÓLICA	129
6.1.1. O APOSTOLADO DA ORAÇÃO	140
6.2. SANTO ANTÔNIO	119
6.3. AS FLORES DE MAIO	124
6.4. CULTURA DO ASSOCIATIVISMO.....	147
CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS	160
FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS	161
FONTES ORAIS	162
FONTES DIGITAIS.....	162
ANEXO I	163
ANEXO II	164
ANEXO III	170
ANEXO IV	172
ANEXO V	172
ANEXO VI	174

Vila do Biribiri

*Entre serras, quartzitos, cachoeiras,
Um caminho descortina em frenesi,
Em um vale serpenteado pelo rio
Surge a vila do Biribiri
Surge a vila do Biribiri
Cristais, Mocotó, Lavrinha,
Sentinela, Água Limpa, vem banhar,
A energia brota da água e da pedra
E acalenta o desejo de amar,
E incendeia o desejo de amar
Diamantes entre fios de algodão,
Moças tecendo, em mutirão
A história, pulsando, cintila,
O amor, o coração, a vila
O amor no coração da vila
O amor, o coração na vila*

(Alexandre Christofaro Silva)

(07/09/2018)

Fonte: Arquivo pessoal de Adilson do Rosário Ferreira.

INTRODUÇÃO

Você será capaz de comprar e ressuscitar Biribiri? Ou pretende adquirir a encantadora cidadezinha para ser o seu refúgio ou seu presépio?¹

Muito antes de o *Jornal Estado de Minas* levantar as questões evidenciadas na epígrafe existia, na região do Biribiri, uma tecelagem que funcionou no período que compreende os anos de 1877 a 1973. Trata-se da Fábrica do Biribiri. Em torno desta fábrica, ergueu-se uma vila operária, ramificada na vida dinâmica das pessoas em seu ambiente de trabalho, na frequência às missas na capela e participando de comemorações religiosas. As mulheres representavam a maior parte da mão de obra, regra esta que predominou nas demais indústrias têxteis mineiras fundadas no mesmo período². Na época em que foi desativada, a Fábrica do Biribiri era propriedade do empresário Alexandre Mascarenhas, que também era dono das fábricas Antonina Duarte (em Diamantina), São Roberto (em Gouveia) e Dona Lili (em Contagem)³. Parte dos(as) 300 operários(as) de Biribiri foi realocada nessas unidades⁴. Cerca de 15 famílias ainda permaneceram na vila, deixando-a à medida em que seus(suas) filhos(as) terminavam a quarta série primária⁵. Numa carta encaminhada ao prefeito de Diamantina, o proprietário lamentou profundamente o fechamento da fábrica e prometeu: “Conservarei Biribiri e a memória dos seus fundadores”⁶.

No decorrer de duas décadas, após o seu fechamento, diversos jornais anunciaram a venda de toda a Vila do Biribiri, juntamente com os galpões onde funcionou a tecelagem, mas sem sucesso⁷. Em 1991, numa matéria para a *Revista Veja MG*, a jornalista Marili de Souza escreveu que tinha a impressão de que aquela “vilazinha” estaria “fadada ao

¹ MAM. *Arquivos do Biribiri – Jornal Estado de Minas*, 03 de dezembro de 1982.

² LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho: em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1998.

³ Empresas que mais tarde irão formar a Companhia Estamparia S/A. In: ARMONIMO, Luciana, NEVES, Osias Ribeiro. *Tecendo memórias: a história da Estamparia*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2007.

⁴ ARMONIMO, Luciana, NEVES, Osias Ribeiro (2007). *Op.*, cit.

⁵ Maria da Conceição de Mello Ferreira (moradora que nasceu e permanece ainda no Biribiri). Entrevista oral concedida em 11/01/2019.

⁶ MAM. *Fábrica do Biribiri*. Carta de Alexandre Diniz Mascarenhas para o prefeito de Diamantina Antônio Carvalho Cruz (15/05/1973).

⁷ MAM. *Arquivos do Biribiri – Jornal Estado de Minas*, 03/12/1982, *Jornal O Globo*, 03/01/1988, *Revista VEJA, MG*, 10/07/1991.

esquecimento”⁸. O lugar tinha sido cenário de filmes como “Chica da Silva” de Cacá Diegues (1976) e “Dança dos Bonecos” de Helvécio Ratton (1986), porém nem isso ajudou a promover sua venda. Tratava-se de um lugar abandonado no meio do nada e esquecido no tempo⁹.

Em 1994, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Operária do Biribiri foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA¹⁰. Isto fez com que a antiga vila se tornasse rota de turismo obrigatória para quem visitasse a cidade histórica de Diamantina. Atualmente, o terreno, incluindo a casa grande n°19, a fábrica e a igreja, pertence à empresa Estamparia S/A, embora 32 casas da vila tenham sido vendidas para proprietários particulares¹¹. Este fato mudou a rotina daquela “vilazinha” que agora conta com novos moradores que buscam sossego próximo às águas rasas do Ribeirão das Pedras.

Ressuscitar, tal como exposto em nossa epígrafe, significa não permitir que a história da Fábrica do Biribiri caia no esquecimento. Aliás, este foi o fio condutor que motivou toda a nossa pesquisa nesta tese. Neste propósito, fundamentando-se na concepção de que a “história é uma escrita, de uma ponta a outra: dos arquivos aos textos de historiadores, escritos, publicados dados a ler”¹², buscamos analisar as produções historiográficas, produzidas no âmbito da história regional, para entendermos o universo cultural em que se desenvolveu esta fábrica e as relações de trabalho inerentes.

O primeiro texto que analisamos foi a dissertação de Antônio Carlos Fernandes, intitulada *O turíbulo e a chaminé: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina (1864-1917)*. Neste texto, a Fábrica do Biribiri foi compreendida como uma importante obra social, empreendida pelo Bispo Dom João Antônio dos Santos. Este gerou emprego e renda para as pessoas pobres da região, sobretudo mulheres. Acabou por colocar a cidade de Diamantina nos rumos da modernidade¹³.

⁸ MAM. *Arquivos do Biribiri – Revista VEJA, MG, 10 de julho de 1991.*

⁹ *Idem.*

¹⁰ IEPHA. *Programas e ações: Bens tombados.* Disponível em < <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php> >. Acesso 05/2/2019.

¹¹ Conforme o funcionário da Estamparia S/A Edvaldo Nascimento “as casas foram vendidas com contrato de compra e venda, não podem transferir as casas porque o imóvel é rural e para transferir o módulo rural o mínimo é de 03 hectares”. Edvaldo Nascimento – Entrevista concedida em 27/10/2018.

¹² RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Tradução: Alain Francois [et al.]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007, p. 247.

¹³ FERNANDES, Antônio Carlos. *O turíbulo e a chaminé: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina, 1864-1917.* PPG-História/UFMG. Dissertação de Mestrado, Orientadora Thaís Velloso Cougo Pimentel, 2005.

O segundo texto a que tivemos acesso foi a obra de Marcos Lobato Martins, intitulada *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (Século XIX)*. Nesta obra, o autor revela como os homens de negócio de Diamantina, pertencentes às famílias de antigos minerários, se reinventaram em meados do século XIX, mediante a abertura de indústrias, casas comerciais, oficinas de lapidação etc. A família Felício dos Santos, fundadora da Fábrica do Biribri e os irmãos Algemeiro Pompoloni Duarte e João Gerundino Duarte, que compraram a fábrica no início do século XX, são destaques no texto. Para Martins, a indústria têxtil fez parte dos projetos de desenvolvimento regional, propostos pelos homens de negócio de Diamantina¹⁴.

No terceiro texto, cuja autoria é de James William Goodwin Junior, *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora (1884-1914)*, encontramos um acurado trabalho efetuado com fontes jornalísticas. O autor apresenta-nos as ideias acerca da modernidade, dos mundos do trabalho, da moralidade etc., todas veiculadas pelas respectivas imprensas das cidades de Diamantina e Juiz de Fora, no final do século XIX e início do XX. Ao abordar aspectos sobre a cidade de Diamantina, Goodwin Jr. apresenta-nos um espaço acentuadamente marcado pela tradição. Igualmente, nos alerta sobre a carência de pesquisas que contemplassem o trabalho feminino nas tipografias ou nas fábricas têxteis da região¹⁵.

O estudo dissertativo de Dayse Lúcida dos Santos intitulado *Entre a norma e o desejo: estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social 1833-1933*, ressalta as ideias de modernidade que se contrastavam com os discursos de moralização dos costumes proferidos pela religião católica. A Fábrica de Biribiri foi vista, neste texto, como um espaço importante dessa moralização. A autora apresenta discussões sobre as mulheres que se separavam dos seus cônjuges, chamando-nos a atenção para os aspectos importantes das relações de gêneros naquele espaço¹⁶.

A partir dessas leituras, percebemos o quão era complexo o universo que envolveu a fundação da Fábrica de Tecidos do Biribiri e sua existência, assinalada por tradições. Propusemos, então, a investigação das particularidades que permearam o cotidiano vivenciado no âmbito da vila operária, da fábrica e da igreja. Por representar a maior parte da

¹⁴ MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (Século XIX)*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

¹⁵ GOODWIN JÚNIOR, James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2015.

¹⁶ SANTOS, Dayse Lúcida. *Entre a norma e o desejo: Estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social 1833-1933*. Belo Horizonte, UFMG, 2003. Dissertação de Mestrado.

mão de obra e pela carência de uma pesquisa que abordasse sua história naquele espaço escolhemos as mulheres como protagonistas. Assim, nosso objetivo foi investigar parte do processo histórico que envolveu as relações sociais das mulheres com aquele mundo do trabalho.

Paul Ricoeur, citado anteriormente, afirma “que a datação enquanto fenômeno de inscrição, não é desprovida de vínculos”¹⁷. Assim, os vínculos do nosso recorte temporal se situa entre em 1918 e 1959. Este período é assinalado por conquistas sociais¹⁸ e também pela intensificação da ação católica, sobretudo na região de Diamantina¹⁹. Entretanto, como a história não pode “isolar-se na ideia de espaço de extensão sem horizonte de expectativa”²⁰, recorreremos ao último quartel do século XIX para explicar a conjuntura social em que a fábrica foi fundada e, quando necessário, adentramos à década de 1960, com vias a construir um sentido histórico do texto.

Para “ressuscitar” a história das mulheres operárias seguimos a metodologia do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg²¹: rastreamos os indícios e os sinais. Desse modo, analisamos 2000 fichas de registros dos(as) trabalhadores(as), contratados(as) pela Fábrica do Biribiri no período entre 1918 e 1973. Selecionamos, como amostragem, 998 fichas que correspondiam ao nosso período de estudo, identificando 875 mulheres e 123 homens. Essa fonte nos permitiu responder a questões como: Quem eram as operárias do Biribiri? De que região provinham? Que idades tinham no momento em que foram contratadas? Como eram pagas? Tinham parentes trabalhando na fábrica? - entre outras questões. Vale destacar que algumas fichas estavam incompletas e outras deterioradas pela ação do tempo, mas isso não comprometeu nossas análises.

Lemos, selecionamos e separamos 142 atas da Associação Filhas de Maria e 150 do Apostolado da Oração. Estas atas registram reuniões religiosas que aconteceram na Capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri²², do período de 1926 a 1941 e de 1949 a 1962.

¹⁷ RICOEUR, Paul (2007). Op., cit., p. 163.

¹⁸ FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: organização e legislação trabalhista no entre guerras brasileiro (1917-1937)*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado, orientador Fernando Teixeira da Silva, 2016.

¹⁹ FIGUEIREDO, Anísia de Paulo (Org.); FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da. *A terra, o pão e a justiça social: a importante participação da Igreja nas políticas públicas no Brasil*. Belo Horizonte, Fumarc, 2010.

²⁰ Lévi-Strauss citado por RICOEUR, Paul (2007). Op., cit., p. 168.

²¹ Conforme Carlo Ginzburg o estudo do historiador é o passado e não há como acessá-lo diretamente, só há como tangenciá-lo por meio daquilo que nos ficou, dos restos desse passado. Isto é, através dos “rastreamento de sinais, indícios, signos”. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e Sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

²² Para se ter uma dimensão do espaço interno da Capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri ver ANEXO V.

Tratam-se de fontes históricas relevantes para a compreensão dos discursos que circulavam no cotidiano da vila operária. Nelas, constam os registros do pensamento da Igreja Católica sobre os comportamentos femininos e masculinos. Encontramos também os eventos que ocorriam naquele espaço e as instruções dadas às operárias para que não dispersassem o tempo.

O jornalista José Teixeira Neves realizou, durante as décadas de 1950 e 1960, importantes pesquisas nos jornais antigos de Diamantina. Ele separou e anotou informações sobre a família, a economia, o trabalho, etc. Suas anotações logo se tornaram fontes valiosas de consulta, disponíveis na Biblioteca Antônio Torres. Identificamos três cadernos que informavam sobre a Fábrica do Biribiri. Usamos esse material, juntamente com algumas outras fontes manuscritas e impressas que localizamos no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese e no Arquivo da Câmara municipal de Diamantina. Material valioso para contarmos a história da fábrica e das suas operárias nos primeiros anos de instalação. Utilizamos, também, alguns jornais locais como: *A Estrella Pollar*, *Sete de Setembro*, *O Município* e o *Pão de Santo Antônio*. Na citação das fontes, a grafia das palavras foi atualizada para uma melhor legibilidade e entendimento.

Para Paul Ricoeur, “apesar da confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor do que testemunho em última análise”²³. Sendo assim, contamos com os testemunhos de Maria da Conceição de Assis Pereira, Edvaldo Nascimento e Maria da Conceição de Mello Ferreira. Analisamos os fatos relatados por essas pessoas, confrontando-os com nosso material empírico.

Ao pensar a história das mulheres, faz-se necessário, também, considerar a história das relações entre os sexos. Michelle Perrot, ao revelar o silêncio das mulheres na história, indica que a conformação biológica e o discurso naturalista, disseminados no decorrer do século XIX, diferenciavam os sexos como “duas espécies com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”. No mundo do trabalho, essa diferenciação determinaria os trabalhos a serem desenvolvidos por homens e mulheres²⁴.

A historiografia, há algum tempo, vem usando a categoria gênero nas pesquisas sobre famílias, crianças e mulheres. Joan Scott, por exemplo, propõe que analisemos esta categoria para além da visão do parentesco, atentando-se, em particular, para as sociedades

²³ RICOEUR, Paul (2007). Op., cit., p. 156.

²⁴ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottman. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 177.

modernas complexas como: o mercado de trabalho, a educação, o sistema político etc.²⁵ Gláucia Fraccaro nos lembra que investigar a experiência de mulheres “se justifica pelo fato de que a sexualidade, a maternidade e sua força de trabalho configuram relações de controle ou dominação distintas e, portanto, requerem um olhar específico”. Assim, a categoria gênero emerge como necessária²⁶.

Ao usar a categoria gênero na história das mulheres operárias da Fábrica do Biribiri, não buscaremos nos ater apenas às questões do feminino, mas propor novas perspectivas de interpretações sobre os papéis sociais distintos atribuídos a ambos os sexos. Almejamos, ainda, mostrar como as concepções do feminino foram forjadas para atender aos propósitos do masculino. Este é o percurso pretendido nesta tese.

No primeiro capítulo abordaremos o contexto sócio-histórico que culminou na instalação da Fábrica do Biribiri, no município de Diamantina. Partimos da premissa de José Souza Martins, de que a ideologia do trabalho no final do século XIX defendeu-o não como uma atividade que enriquece o patrão e sim como “uma virtude moral universal”²⁷. Buscaremos mostrar como o Bispo e sua família, fundamentando-se nessa ideologia, empenharam-se em esforços para criar a fábrica. Apresentaremos, também, a vila operária e os elementos que a compõem, delimitando sua localização em relação à cidade de Diamantina.

O segundo capítulo tem por desafio apresentar as trabalhadoras da “fábrica do Bispo”. Fundamentando nossa pesquisa em Michelle Perrot, quando argumenta que a história das mulheres não é só delas, mas tudo o que foi produzido sobre elas²⁸, este capítulo buscará construir o perfil social das operárias, a partir das histórias narradas pela imprensa diamantinense. Também argumentaremos acerca dos aspectos históricos e sociais que poderiam ter contribuído para que a indústria têxtil se transformasse num espaço de trabalho majoritariamente feminino. As mudanças na administração também serão apresentadas com vistas a ilustrar o universo cultural em que estavam inseridos(as) os trabalhadores(as) da primeira metade do século XX.

No terceiro capítulo identificaremos os(as) operários(as) dos tempos modernos, no período que compreende os anos de 1918 a 1959. A partir de dados quantitativos e

²⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. *Educação e Realidade*. V. 20, nº2, julho-dezembro, 1989, p. 71-100. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso 10/12/2018.

²⁶ FRACCARO, Gláucia (2016). Op., cit., p. 15.

²⁷ MARTINS, José Souza. *O Cativo da Terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 205.

²⁸ PERROT, Michelle (1988). Op., cit.

qualitativos, delineamos o perfil social das mulheres e dos homens demonstrando as ocupações de acordo com o gênero. Neste sentido, mostraremos os fatores que determinaram a divisão sexual do trabalho naquele espaço. Por fim, apresentaremos as mulheres que fiavam e teciam.

No quarto capítulo analisaremos os instrumentos utilizados para a geração dos laços de dependência entre trabalhadores(as) e patrões. Na história do trabalho, os direitos sociais constituíram uma grande conquista da primeira metade do século XX²⁹. Exporemos de que maneira tais direitos vão se inserindo no cotidiano das pessoas empregadas na fábrica.

No quinto capítulo mostraremos as mulheres que rezavam. A partir das histórias narradas pelas atas de reuniões da Associação Filhas de Maria do Biribiri, buscaremos identificar as concepções do feminino católico e das relações de poder vigentes. O propósito do capítulo é mostrar como as associadas foram gradativamente sendo moldadas através da religião, para se transformarem em trabalhadoras exemplares. Nesta parte também atentaremos para a formação de redes femininas católicas, bem como os momentos de lazer vigiados.

No último capítulo, mediante a manipulação de fontes diferenciadas e complexas, delinearemos como as circularidades das ideias do discurso católico, influenciaram o cotidiano da vila operária e da Fábrica do Biribiri. Neste contexto, apresentaremos as contradições deste discurso que, por um lado mostrou a preocupação com os pobres, e por outro, determinou a formação daquele mundo do trabalho.

Carlo Ginzburg certa vez afirmou que as fontes, tão diretas, trazem o trabalho para perto de nós³⁰. Essa foi a sensação que tivemos com a análise das fontes pesquisadas. À medida que avançávamos na pesquisa, conhecemos as operárias, ora menina, ora mulher adulta, ora mulher idosa. Eram mulheres comuns, simples e pobres, “mulheres do povo”³¹, que nos transmitiram tantas histórias. São estas histórias que vamos contar nesta tese.

²⁹ Para este assunto ver: GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

³⁰ GIZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

³¹ Expressão usada por PERROT, Michelle (1988). Op., cit.

CAPÍTULO 1
A VILA OPERÁRIA E AS ADAPTAÇÕES DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FABRIL



Figura 1. Foto da Vila Operária do Biribiri (2018).
Fonte: Fotografia de Estevão Luís Pereira Lima.

1.1. A cidade, o Bispo e a fábrica

Diamantina, denominada no passado pela alcunha de “Arraial do Tijuco”³², se desenvolveu no século XVIII, mediante a exploração aurífera e dos diamantes. Em seu entorno surgiu uma rede de circuitos comerciais relevantes que possibilitou uma diversificação produtiva³³. Quando o arraial se tornou uma cidade, em 06 de março de 1838³⁴, as elites de Diamantina e do Serro atuaram em projetos que buscavam uma afirmação regional. Diamantina destacou-se, tornando-se a “Metrópole do Norte”³⁵, sendo também escolhida pela Igreja Católica para se tornar a sede da “cidade episcopal”³⁶. Isto ocorreu em 10 de agosto de 1853³⁷, mediante a instalação do serrano Dom João Antônio dos Santos, o primeiro Bispo residente.

Dom João pertencia a uma família do Serro, cuja fortuna provinha dos negócios minerários. Seu pai, Antônio José dos Santos, foi encarregado da Real Fundição da Vila do Príncipe. Do casamento com Maria Jesuína da Luz nasceram seis filhos: o referido Bispo e os irmãos Antônio Felício dos Santos – comerciante de diamantes; Joaquim Felício dos Santos – advogado³⁸; Maria Silvana, que se casou com Josefino Vieira Machado (Barão de Guacuí); Silvana Maria, que se casou com Pedro Alcântara Machado (deputado e diretor do Banco do Brasil) e Feliciano Amador dos Santos (explorador de diamantes)³⁹. As condições financeiras

³² O Arraial do Tijuco fazia parte da demarcação do Distrito Diamantino cuja Comarca da Vila do Príncipe (Atual cidade do Serro) era a sede. Maiores informações ver SOUZA, José Moreira de. *Cidade Momentos e processos: Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*. Anpoes, Marco Zero, São Paulo, 1993.

³³ MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: Abastecimento Alimentar nas Minas Gerais Setecentistas*. Diamantina, Maria Fumaça, 2000.

³⁴ “Lei Provincial número 93” daquele ano. Ver: MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina*. 3. ed. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980. p. 220.

³⁵ SOUZA, José Moreira de (1993). Op., cit., p. 105.

³⁶ A cidade episcopal conta com autonomia local muito maior, temida pelo poder centralizador, que detém o gládio das coisas materiais e temporais. SOUZA, José Moreira de. Op., cit., p. 103 (1993).

³⁷ Diamantina tornou-se sede do segundo Bispado de Minas Gerais pela “Lei número 293 confirmada por Pio IX na Bula *Apostolatus Officium* de 28 de setembro do mesmo ano”. MACHADO FILHO, Aires da Mata (1980). Op., cit., p. 220.

³⁸ Joaquim Felício dos Santos ficou conhecido como “homem de letras”; foi autor do livro “Memórias do Distrito Diamantino”, dos romances “Acayca”, “Os invisíveis”, “Cenas da vida de um garimpeiro”, “John Bull e Importunos”, das comédias “O inferno sátira”, e de outros textos que escreveu para o jornal *O Jequitinhonha*. Foi também Senador da recém-criada República e escreveu o primeiro *Código Civil brasileiro*. BAT. *Alguns mineiros que, ilustres pelo saber e suas virtudes cívicas, elevaram o nome do Brasil (...)*. p. 433. Quando faleceu em 1895 Joaquim Felício foi enterrado no canteiro da Capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri. A título de ilustração ver imagens do ANEXO IV.

³⁹ NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro*. Revista do Livro, Rio de Janeiro, INL/MEC, ano V, 20, dez. 1960. p. 49-59.

do pai possibilitaram a educação dos filhos, além de favorecer a inserção familiar dos membros nos diversos âmbitos da sociedade⁴⁰.



Figura 2. Foto de Dom João Antônio dos Santos na década de 1860.
Fonte: Veiga Fotógrafo/Diamantina. In: NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro*. Revista do Livro, Rio de Janeiro, INL/MEC, ano V, 20, dez. 1960, p. 53.

⁴⁰ No século XIX, famílias ricas e numerosas procuravam inserir seus filhos nos principais setores da sociedade para obter ascensão de cunho político, econômico ou social. Dessa forma, determinavam a formação escolar e os casamentos (principalmente no caso das filhas), conforme seus interesses. Ou seja, estas famílias adotavam estratégias de inserção familiar em diversos âmbitos da sociedade. Sobre este assunto ver: MATTOS, Ilmar Rolohff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília/DF: INL, 1987.

A ação do Bispo de Diamantina visou projetar a modernidade local⁴¹. Pode-se destacar, também, a influência de Dom João como abolicionista e empreendedor social, cuja liderança ultrapassava os limites de Diamantina⁴². A ideia de uma “cidade episcopal” é comumente usada para se referir às mudanças implementadas pelo bispado de Diamantina⁴³.

Quando assumiu o cargo, Dom João criou instituições de instrução e formação moral, como: o Colégio Ateneu São Vicente de Paulo, para a formação de homens; e o Colégio Nossa Senhora das Dores, para a formação de mulheres⁴⁴. Severiano de Campos Rocha, ao escrever suas memórias acerca deste educandário, denominou-o de Colégio e Orfanato Nossa Senhora das Dores, porque, além da instrução para as alunas pensionistas, provenientes das elites diamantinense e entorno, o estabelecimento também abrigava no seu anexo “meninas órfãs, deserdadas da sorte e da fortuna”⁴⁵.

No período em que Dom João assumiu o bispado de Diamantina, a Igreja Católica implementava um processo de reforma que ficou conhecido como “catolicismo ultramontano”, ou “Romanização do catolicismo”.

Esse processo intensificou a centralização da Igreja Católica em torno do pontífice, o reaparelhamento da sua burocracia administrativa e a clara definição da sua doutrina e disciplina. O objetivo era eliminar interpretações heterodoxas que nasciam das ingerências estatais e políticas, definindo, assim, os traços de sua identidade e universalidade perante o mundo moderno.⁴⁶

Dom João Antônio dos Santos, discípulo de Dom Viçoso – Bispo de Mariana, teve sua formação fundamentada nos preceitos ultramontanos. Assim, ele não eximiu a Igreja de suas responsabilidades no processo de correção dos costumes. Fundou o Seminário Episcopal com o propósito de formar e preparar o clero, conforme as instruções do

⁴¹ FERNANDES, Antônio Carlos (2005). Op., cit.

⁴² OLIVEIRA, Livia Gabriele. *A presença da igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: o caso do bispado de Diamantina 1864-1888*. PPG-História/UFOP, Dissertação de Mestrado, Orientadora Andréa Lisly Gonçalves, Ouro Preto/MG, 2011.

⁴³ Além dos pesquisadores Antônio Carlos Fernandes e Livia Gabriele Oliveira que descrevem Diamantina como uma cidade episcopal. As pesquisas de Dayse Lúcida Santos e James William Goodwin Júnior também abordam esse tema, sobretudo as influências da cidade episcopal no processo de transição para modernidade. Maiores informações ver: SANTOS, Dayse Lúcida. *Cidade de Vidro: a fotografia de Chichico Alkimim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina: 1900 a 1949*. Belo Horizonte, UFMG, 2015. Tese de Doutorado. E, GOODWIN JÚNIOR, James William (2015). Op., cit.

⁴⁴ LOREDO, Meirelle Aiane Almeida. *O Colégio Nossa Senhora das Dores e o projeto educacional das Filhas da Caridade em Diamantina 1905-1925*. PPGED - Mestrado Profissional em Educação/UFVJM, Dissertação de Mestrado, Orientador Leonardo dos Santos Neves, Diamantina – MG, 2017.

⁴⁵ ROCHA, Severiano de Campos. *Memórias do Colégio e Orfanato de Nossa Senhora das Dores e do Hospital de Nossa Senhora da Saúde da Diamantina*. NSA Oficial do Estado de Minas, Belo Horizonte, 1919. p. 19

⁴⁶ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço / S. Luís, EDUFMA, 2015. p. 35-36.

catolicismo ultramontano⁴⁷. Em parceria com a sua família, fundou a primeira fábrica têxtil da cidade – a Fábrica de Tecidos do Biribiri⁴⁸ – inaugurada em 06 de janeiro de 1877⁴⁹.

Segundo José Teixeira Neves, a fábrica foi fundada para amparar aproximadamente cerca de 100 órfãs, que estudavam no Colégio Nossa Senhora das Dores. O governo subvencionava 60 órfãs, antes da questão religiosa. Posteriormente, suprimiu o auxílio⁵⁰.

Outro motivo para a fundação da fábrica estaria ligado à crise da mineração ocorrida nos períodos de 1860 a 1870⁵¹. Assim, a Fábrica de Tecidos do Biribiri teria sido criada com os propósitos de recuperar a economia e gerar emprego e renda “aos menos favorecidos”⁵². Dom João Antônio dos Santos, no ano de 1874, encaminhou à Câmara Municipal de Diamantina um documento de quatro páginas assinado por 128 homens pertencentes à elite local como comerciantes, advogados, médicos, juízes, militares de alta patente, membros da Igreja Católica e da Maçonaria⁵³. O trecho a seguir confirma essa segunda hipótese:

Em tão penosas críticas circunstâncias lembram-se os abaixo assinados de apelar para vosso patriotismo sugerindo-vos a ideia de pedirdes providencias aos altos poderes do Estado. Lembram-se primeiramente de levar a vossa consideração a ideia de contrair desta Câmara Municipal, um empréstimo com o fim de criar neste município uma fábrica de tecidos de algodão. São reconhecidos os algodões do Norte de Minas como rivalizando em qualidade com melhores do mundo. Em antigos tempos quando o convidava a barateza dos carretos, fizemos um comércio ativo de algodão com a praça do Rio, mesmo esta indústria depois que se encareceram os meios de transportes e a última se desenvolveu em terrenos mais próximo dos mercados consumidores. Uma fábrica de tecidos neste município traria emprego a muitos braços e animaria a cultura do algodão, um gênero completamente abandonado e não seria o fim de sua principal vantagem, outras fábricas se

⁴⁷ OLIVEIRA, Livia Gabriele (2011). Op., cit. p. 1-113.

⁴⁸ Há documentos em que o nome aparece com as seguintes grafias: Beri-beri, Biribiry e Biribiri. Como optamos pela atualização ortográfica aplicamos em todo o texto a última versão.

⁴⁹ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Caderneta 53, Cx 1. p.100.

⁵⁰ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Envelope 2. Cx 7. Fl.5.

⁵¹ Douglas Cole Libby informa que essa crise aconteceu entre as principais cidades mineradoras. In: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho: em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1998. p.186-256.

⁵² Expressão usada por Dom João. In: ACMD. *Representação apresentada à Câmara Municipal de Diamantina em 07 de maio de 1874*. Documento Transcrito do Livro de Atas 1882.

⁵³ Embora existissem conflitos entre Igreja e Maçonaria, sobretudo em função da romanização católica, não há como negar a presença da elite diamantinense em ambos os espaços. Na carta encaminhada à Câmara, é possível identificar alguns maçons, como José Ferreira de Andrade Brant, Antônio Eulálio e de Souza, Josefino Vieira Machado, entre outros. Sobre a atuação da Maçonaria na política de Diamantina ver: SOUZA, José Moreira de (1993). Op., cit., p. 106. Ver também: MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O Poder da Maçonaria – A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

estabelecerão quando são capitais desanimados visam um emprego lucrativo certo e não precário de comércio e mineração quase extinta⁵⁴.

A produção têxtil doméstica, destinada a atender às necessidades imediatas, já existia na região de Minas Gerais desde o século XVIII⁵⁵. Auguste Saint Hilaire, em suas narrativas sobre a viagem ao Distrito dos diamantes por volta de 1830, descreveu a existência de grandes plantações de algodão nas regiões do Serro, Peçanha, Minas Novas e Araçuaí. Na comunidade de Tapera, próxima ao Serro, ele relatou que a base econômica daquele local se pautava na fabricação de tecidos de algodão⁵⁶.

Dom João Antônio dos Santos tinha conhecimento dessa produção e do potencial do algodão produzido no Norte de Minas. No mesmo documento, encaminhado à Câmara, ele afirmou que a única dificuldade do comércio de algodão se devia aos meios de transportes, que ainda eram precários⁵⁷. Mas, ao que parece, esse não era o único empecilho. Existia uma demanda pelo algodão brasileiro entre 1860 e 1870, mas os preços e a demanda caíram em função “tanto da exploração britânica dos algodões indianos quanto da recuperação da lavoura do sul dos Estados Unidos após o fim da Guerra de Secessão”⁵⁸.

O Bispo também conhecia e mantinha relações com os irmãos Antônio, Bernardo e Caetano Mascarenhas, empresários que fundaram, em 1872, a Fábrica de Tecidos do Cedro, na região de Sete Lagoas, se tornando assim pioneiros na indústria têxtil de grande porte em Minas Gerais. No ano de 1873, na região de Curvelo, também fundaram, com um novo sócio, a Fábrica de Tecidos Cachoeira. No ano de 1882, optaram pela fusão das duas empresas fundando assim “Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (CCC)”⁵⁹. A carta a seguir exemplifica o tipo de relação que o eclesiástico mantinha com os irmãos empresários:

Cedro 18 de Outubro de 1875

Ilmo Exmo. Sr. Bispo de Diamantina

Respeitadíssimo amigo muito estimo que V. Exa. aí tenha chegado com muita feliz viagem e encontrado com saúde já toda a sua família e, nessa cidade a pose e o sossego restabelecido. Dou a V. Exa. meus muitos sinceros parabéns pela apatia aos prelados que se achavam presos na capital do Império. Vão os meninos que fiquei de mandar para os colégios, Vitalina

⁵⁴ ACMD. *Representação apresentada à Câmara Municipal de Diamantina em 07 de maio de 1874*. Documento Transcrito do Livro de Atas 1882.

⁵⁵ LIBBY, Douglas Cole (1998). Op., cit., p. 187.

⁵⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e Litoral do Brasil*. Tradução: Leonam De Azeredo Pena. Companhia Editora Nacional São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre, 1941, pp.76-77.

⁵⁷ ACMD. *Representação apresentada à Câmara Municipal de Diamantina em 07 de maio de 1874*. Documento Transcrito do Livro de Atas 1882.

⁵⁸ GOODWIN JÚNIOR. James William (2015). Op., cit., p. 70.

⁵⁹ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. E, LIMA, Junia de Souza. *De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872 – 1930)*. (Dissertação de Mestrado), 2009.

Francisca França, órfãzinha, pobre, muito ativa e inteligente, estudiosa e de qualidade distintas que vai merecer de V. Exa. a graça de estudar no colégio das Irmãs de caridade farei-lhe eu as despesas de lavagem de roupa, desenho, música. [...] Alexandre de Laura, menino não muito ativo inteligente que manda meu mano Antônio Candido para o Colégio. Ele não escreve agora por eles a V. Exa. por achar-se de viagem por Sete Lagoas. Dei aos meninos como correspondente João Ribeiro de Carvalho Amarante. Peço a Deus que dê a V. Exa. muitos anos de vida e pedindo sua benção assino-me.
De V. Exa. amigo [...] Caetano Mascarenhas⁶⁰.

As crianças encaminhadas por Caetano Mascarenhas seriam atendidas pelas instituições criadas pelo Bispo. Além disso, a carta comprova a relação de amizade entre Dom João e os irmãos empresários.

O século XIX, em Minas Gerais, foi assinalado por transformações do trabalho e nos modos de produção. Para Douglas Cole Libby, parte dessas transformações ocorreu devido ao surgimento de indústrias metalúrgicas, alimentícias e têxteis⁶¹. Em Diamantina, antigos minerários e comerciantes, que fizeram fortunas com a mineração, também diversificaram seus investimentos. O capital gerado pela economia do diamante sustentou a abertura de firmas industriais, comerciais e de serviços⁶².

A Fábrica de Tecidos do Biribiri foi fundada em 06 de janeiro de 1877 e, anexo ao seu galpão, inauguraram-se também duas oficinas: uma de lapidação de diamantes e outra de fundição de metais⁶³. Os sócios eram: o major Antônio Felício dos Santos, o jurista Joaquim Felício dos Santos, o médico Antônio Felício dos Santos e o Capitão João Felício dos Santos. Os dois primeiros eram irmãos do Bispo e os dois últimos, seus sobrinhos⁶⁴.

Segundo Douglas Cole Libby, no período entre 1872 e 1887, foram criados na província de Minas Gerais 16 empreendimentos têxteis, conforme ilustra o mapa a seguir:

⁶⁰ AEAD. *Arquivos de Dom João Antônio dos Santos*. Caixa 03. Bloco A (1875-1877). Documento 28.

⁶¹ LIBBY, Douglas Cole. LIBBY, Douglas Cole (1998). Op., cit., p. 186-256.

⁶² MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (Século XIX)*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014. p. 140-145.

⁶³ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Caderneta 53, Cx 1. P.100.

⁶⁴ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Envelope 2. Cx 7. Fl. 1

Mapa 01: Distribuição das Fábricas Têxteis em Minas Gerais (1872 a 1887)

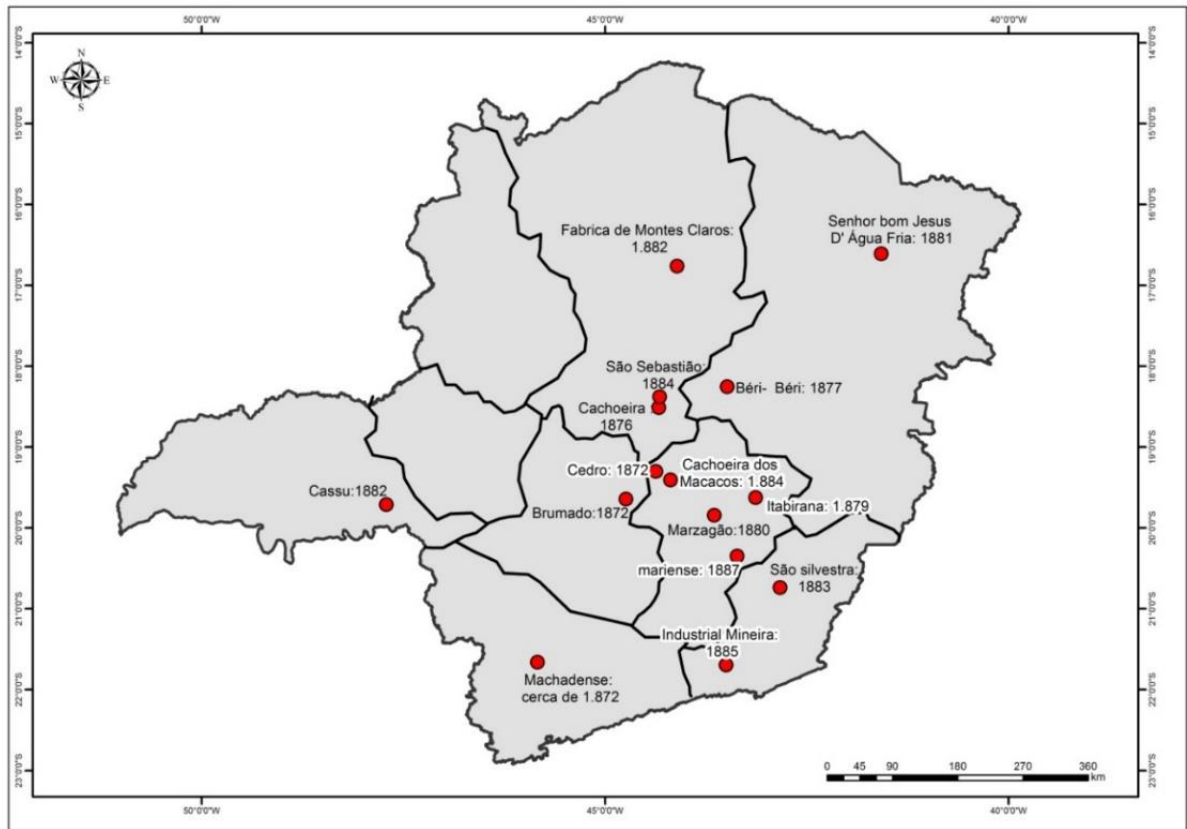


Figura 3. Mapa 1: Distribuição das Fábricas têxteis em Minas Gerais (1872 a 1887)

Fonte: LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho: em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX, p. 231.

No decorrer de 1877, na localidade de Santo Antônio da Gouveia, situada a 53,5 km da cidade de Diamantina, Quintiliano Alves Ferreira, o Barão de São Roberto e seus sócios, constituíram a empresa “Alves, Ribas, Ribeiro & Cia” para fundar a Fábrica de Tecidos São Roberto, com capital de 120.000\$000 (Cento e vinte contos de réis) e 20 teares⁶⁵. Em 09 de maio de 1895, com o ingresso de novos sócios, a fábrica tornou-se a Companhia Fiação e Tecidos São Roberto e o seu capital atingiu a quantia de “300.000\$000 (trezentos contos de réis), representado por 1200 ações integralizadas, no valor de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) cada uma”⁶⁶. Esse fato caracteriza como se deu o progresso do empreendimento.

⁶⁵ MACHADO FILHO, Aires da Mata (1980). Op., cit., p. 194.

⁶⁶ MAM. *Ação Nº 0181 de 1º de dezembro de 1895*.

Em 1884, o diamantinense e importante negociante de diamantes, João da Mata Machado, idealizou fundar na “Fazenda Santa Bárbara”⁶⁷, localizada a aproximadamente 95 km de Diamantina, uma fábrica de tecidos⁶⁸. O executor foi seu filho, o Conselheiro João da Mata Machado Junior. A Companhia Santa Bárbara foi fundada em 1886, sendo organizada sob a espécie de comandita simples com capital inicial de 160.000\$000 (cento e sessenta contos de réis) mediante a sociedade Mata Machado, Moreira & Cia. Em 2 de dezembro de 1889, a Companhia passou para sociedade anônima, cujo capital foi elevado para 500.000\$000 (Quinhentos contos de réis)⁶⁹.

Ambos os empreendimentos foram fundados em regiões que pertenciam ao município de Diamantina⁷⁰. Além destes, no ano de 1893, a sociedade de capital e indústria Oliveira Neves & Cia, integralizada por sócios portugueses residentes em Diamantina, os senhores João de Souza Neves, Albino de Oliveira Cunha, José Teixeira de Souza Neves e João Teixeira de Neves, fundaram a Fábrica de Tecidos Perpétua, no lugar de mesmo nome situado na região de Diamantina. Era uma fábrica que produzia, principalmente, as casimiras inglesas. Essa produção era um diferencial em relação às outras. “Seu funcionamento foi irregular, marcado por dificuldades financeiras e operacionais. Em 1889, sobreveio a paralisação”⁷¹.

Constata-se que tanto Dom João Antônio Felício dos Santos quanto os denominados homens de negócio de Diamantina tinham conhecimento do potencial econômico de uma fábrica têxtil. Por isso, seguindo uma tendência da economia mineira no final do século XIX, investiram capitais para montagem dessas indústrias. No período entre 1875 e 1889, o município de Diamantina já contava com quatro fábricas têxteis.

⁶⁷ Atualmente Santa Bárbara é distrito do município de Augusto de Lima. No passado, este município foi distrito de Diamantina, sendo posteriormente incorporado a Buenópolis por decreto de lei nº 148 de 17/12/1938, vindo a se tornar município e cidade em 30/12/1962, pela lei nº 2.764. In: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, 1970. p.163.

⁶⁸ MACHADO FILHO Aires da Mata (1980). Op., cit., p. 194.

⁶⁹ MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 144.

⁷⁰ COSTA, Joaquim Ribeiro (1970). Op., cit., p. 219.

⁷¹ MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 136.

1.2. A Fábrica de Tecidos do Biribiri: caracterização espacial e geográfica

“Dom João (...) então, convidou os manos Antônio e Joaquim a ajudá-lo fundar uma fábrica de tecidos, perto da cachoeira de Biribiri. Assim, constituíram a firma Santos & Cia”⁷². A região onde a fábrica fora instalada, localizava-se aproximadamente a 13 quilômetros de Diamantina, entre duas colinas, em cujo meio corriam as águas do Ribeirão das Pedras⁷³. Este curso d’água ficou popularmente conhecido como Rio Biribiri⁷⁴. A família adquiriu o local e fundou ali a Fábrica de Tecidos do Biribiri. Os mapas a seguir ilustram sua localização:

Mapa 2: Limites do Parque Estadual e da Vila do Biribiri

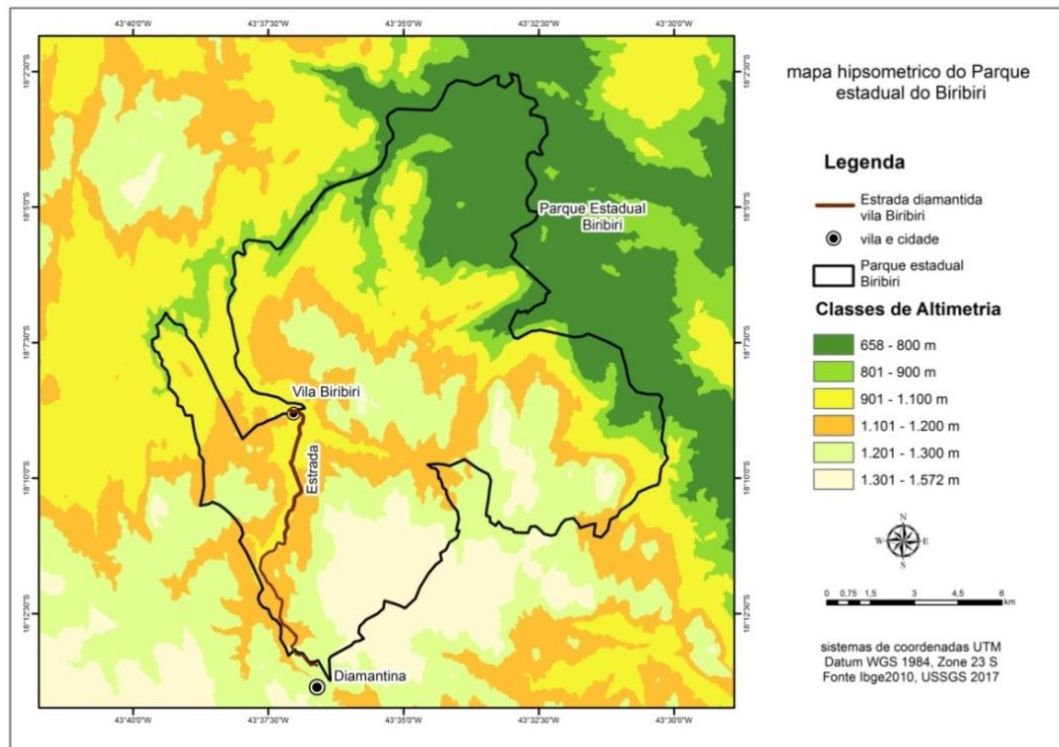


Figura 4. Mapa 2: Limites do Parque Estadual e da Vila do Biribiri

Fonte: Mapa elaborado com base nos dados do Instituto Estadual de Floresta/IEF. Projeto executado pelo Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes, 2017.

⁷² LEMOS, Marcos. *O grande Tecelão*. Editora Gráfica O Lutador, 1999. p. 41.

⁷³ O Ribeirão das Pedras situa-se na Serra do Espinhaço; trata-se de uma sub-bacia hidrográfica que pertence à bacia do Rio Jequitinhonha, que nasce no alto da serra. Ele atravessa por toda a extensão do atual Parque Estadual do Biribiri, indo desaguar no Rio Pinheiro próximo à localidade homônima. Maiores informações ver: NEVES, Soraya de Carvalho et al. *Geoquímica ambiental da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão das Pedras, Diamantina, MG*. GEONOMOS 16(2): p. 63-68, 2008. Disponível em <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geonomos/article/view/84/64>>. Acesso 21/11/17.

⁷⁴ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Caderneta 11. p. 84.

Mapa 3: Delimitação do Povoado de Biribiri em relação ao Município de Diamantina e Minas Gerais.

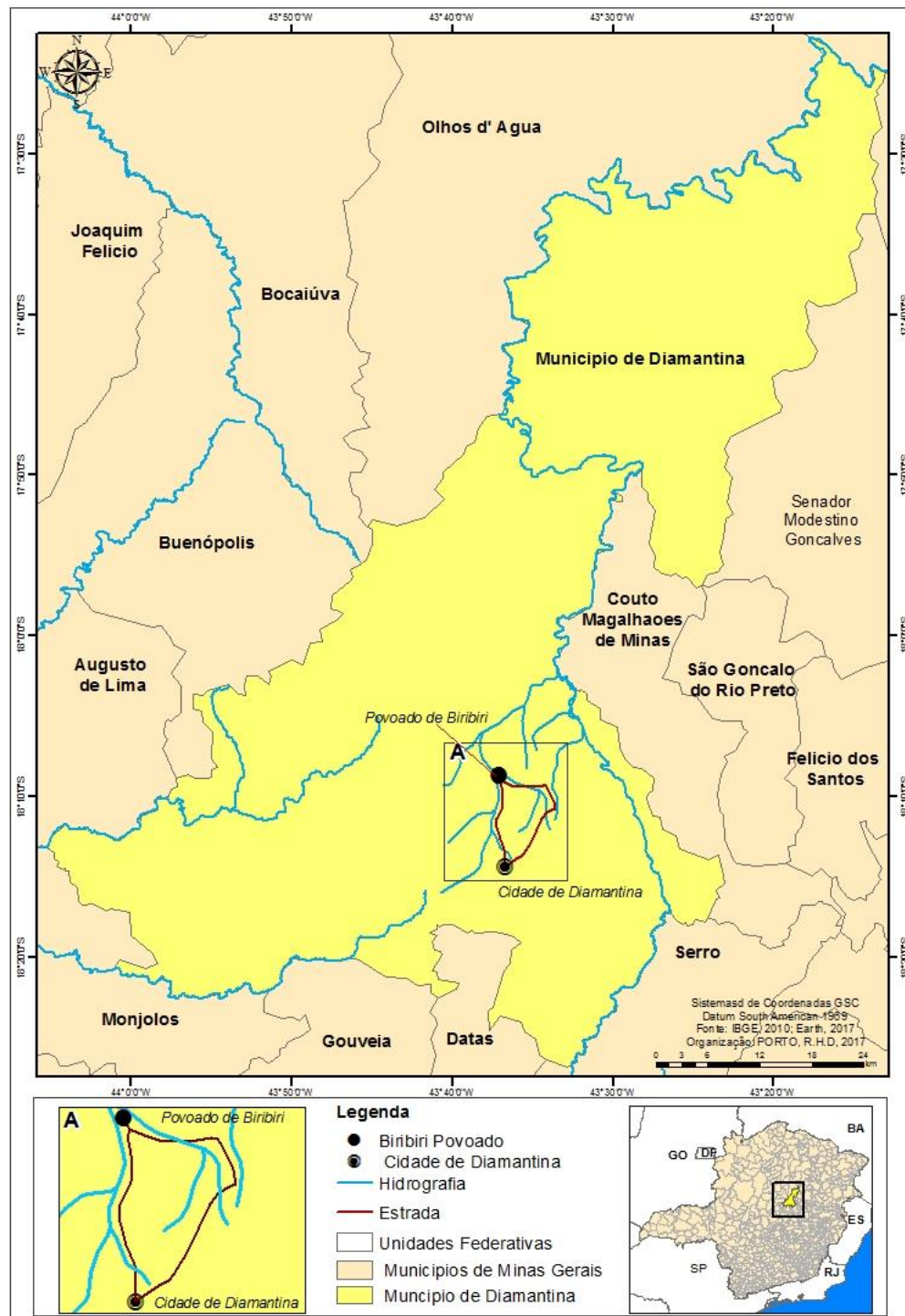


Figura 5. Mapa 3: Delimitação do Povoado de Biribiri em relação ao Município de Diamantina e Minas Gerais. Fonte: Mapa elaborado com base nos dados do Instituto Estadual de Floresta/IEF. Projeto executado pelo Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes, 2017.

A planta e a maquinaria para instalação da fábrica foram encomendadas à Lidgerwood Manufacturing Company Limited⁷⁵, empresa de origem estadunidense que indicou o inglês Robert Hopwood de Oldhan (Manchester), para a construção do edifício e o assentamento do maquinário⁷⁶. Esta empresa seria a mesma que forneceu o maquinário e consultoria para a instalação da Fábrica do Cedro, em 1872, de propriedade dos irmãos Mascarenhas⁷⁷. Isso demonstra mais uma vez a proximidade de Dom João com estes irmãos.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, o maquinário seguiu pela ferrovia até Juiz de Fora. Posteriormente, foi transportado por meio de carroças até Santa Luzia; depois, transportado em canoas e jangadas pelo Rio das Velhas (Sabará) e Paraúna (Conceição do Mato Dentro), para, enfim, ser conduzido em carros de boi e tropas, até chegar a Biribiri (Diamantina)⁷⁸. As dificuldades enfrentadas demonstram a precariedade dos transportes no interior de Minas Gerais.

O local escolhido para instalação da fábrica situava-se numa região cercada por colinas, a queda d'água serviria de força motriz. Nessa localização, uma pequena usina de armazenamento bombeado poderia ser construída.

Este sistema de acumulação consiste no bombeamento de água desde um reservatório inferior para um reservatório superior durante períodos de pequena carga utilizando energia extra de qualquer outra fonte geradora do sistema, utilizando esta água armazenada para movimentar as turbinas hidráulicas na geração de eletricidade nas horas de demanda máxima⁷⁹.

Na encosta do Ribeirão das Pedras, nasceu uma moderna indústria têxtil com um maquinário estadunidense. Conforme Salvador Pires Pontes, o nome “Biribiri” derivaria do

⁷⁵ Importante empresa norte-americana, que se instalou no Rio de Janeiro em 1860 e em São Paulo em 1866. Comercializava máquinas agrícolas de sua invenção destinadas ao beneficiamento do café e também importava máquinas de costuras e descaroçadores, sendo, também a responsável pela importação das máquinas de fiar e tecer que foram instaladas em Itu, para a montagem da fábrica de tecidos São Luiz. Maiores informações ver: ZEQUINI, Anicleide. *Fábrica de Tecidos São Luís: passado e presente*. 2016. Disponível em < <http://www.itu.com.br/artigo/fabrica-de-tecidos-sao-luispassado-e-presente-20170131>>. Acesso 21/11/2017.

⁷⁶ Conforme José Teixeira Neves o senhor Hopwod tinha 25 anos de prática e tinha reputação na Europa. Montou uma fábrica na Rússia, em Sarrowslaw, em 1858 e construíra uma serraria na Austrália, em 1863. Fez funcionar a fábrica de tecidos de Antônio de Machado, assentou a fábrica de Pitangui e auxiliou a montagem da fábrica de Macacos do Brasil Industrial, no Rio de Janeiro. In: BAT. *Arquivo José Teixeira Neves*. Fábrica do Biribiri. Caderneta 12. Pp.81-82.

⁷⁷ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. *Centenário da Fábrica do Cedro: Histórico 1872-1972*. Edição Particular. Minas Gráfica Editora, Belo Horizonte, 1972, p. 50.

⁷⁸ BAT. *Arquivo José Teixeira Neves*. Fábrica do Biribiri. Caderneta 12. p. 83-85.

⁷⁹ CANALES, Fausto Alfredo et al. *Usinas hidrelétricas reversíveis no Brasil e no mundo: aplicação e perspectivas*. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria, v. 19, n. 2, Mai-Ago . 2015, p. 1230-1249 Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSSM ISSN: 22361170. Disponível em < <https://periodicos.ufsm.br/revget/article/viewFile/16002/pdf>>. Acesso 21/11/2017.

tupi guarani, significando “buraco-buraco ou buraco fundo”⁸⁰. Assim a ideia de “buraco-buraco” ou buraco fundo decorreu da posição geográfica da região onde a fábrica foi instalada, conforme pode-se observar nas imagens:



Figura 6. Foto da vista geral do Biribiri (1950).

Fonte: NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro*. Revista do Livro, Rio de Janeiro, INL/MEC, ano V, 20, dez. 1960, p. 57.

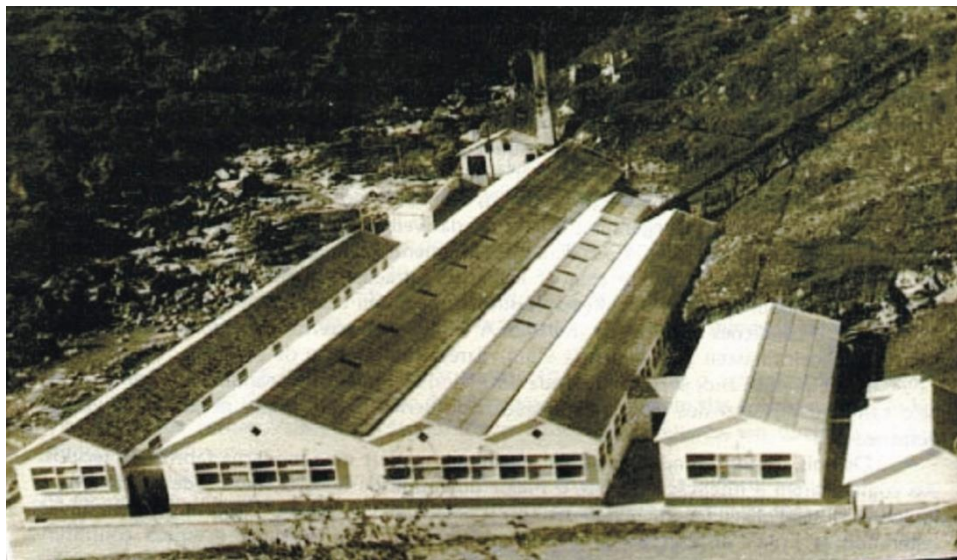


Figura 7. Foto da Fábrica de Tecidos do Biribiri (1943)

Fonte: Acervo do Museu Alexandre Mascarenhas. Estamparia S/A – Contagem/MG.

⁸⁰ Conforme Salvador Pires Pontes, “buraco-buraco” ou buraco fundo seria a tradução mais próxima do vocábulo indígena “Biribiri”. No entanto, existem outras versões, por exemplo, Biribiri – “piri-piri” que significa “juncal grande, extenso”. Já as repetições de nomes insinuam abundância dando a ideia de plural. In: PONTES, Salvador Pires. *Nomes indígenas na geografia de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1970, p. 129.

A fotografia representada na **Figura 6** foi tirada na entrada da vila operária do Biribiri em 1950. Na imagem, é possível observar o seu entorno cercado por colinas, enquanto a vila situa-se abaixo. Na imagem da **Figura 7** visualizam-se também, além dos galpões, várias pequenas quedas d'água e a escada que dá acesso à represa. As figuras demonstram o quanto a posição geográfica foi decisiva para a construção de uma usina de bombeamento. O motor da fábrica era “uma turbina de eixo vertical de dupla ação com força 50 HPs, da qual seriam só utilizados 18 HPs. A velocidade da turbina atingia 556 voltas por minuto”⁸¹.

O maquinário da fábrica, no início de suas atividades produtivas, era composto por:

Uma descaroadadeira de algodão com trinta serras, um batedor duplo encoberto, um abridor, um amolador de cardas, seis jogos de Cardas com limpador, dois espichadores com três saídas cada um, um laminador com dezoito carretéis, três bancos de fusos com 144 fusos, total 432 fusos, uma dobradura com quarenta fusos, uma urdideira, um engomador, uma caneleira e vinte teares⁸².

No ano de 1888, uma escritura de empréstimo detalhou a dimensão do patrimônio da fábrica do Biribiri da seguinte maneira:

O edifício da fábrica de fiação e tecidos tem 58 teares falatórios, cordas, alandra e todos os mais acessórios movida por turbina de força de 150 cavalos, diversos maquinismos para mover os trinta teares com peso de 4.630 arrobas. Há outro com uma tinturaria a vapor com todos seus acessórios anexo ao edifício da fábrica, uma casa de carpintaria com serra circular, também movida pelo motor de fábrica de tecidos, um forno de fundição de ferro com todos seus acessórios, uma casa de oficina de ferreiro com dois tornos de ferro, máquina de furar e aplainar ferro, movida pelo motor da fábrica, e seus acessórios. A duzentos metros da mesma fábrica há um outro edifício com fábrica de lapidação de diamantes, tendo 42 rodas. A quatrocentos metros há uma fundição de bronze e uma fundição por meio de cadinhos para as peças pequenas da fábrica. Uma grande casa de depósito para o algodão, em rama, outra de depósito em tecidos. Três grandes casas de morada dos diretores, uma do diretor de lapidação, um dos operários, um refeitório grande, etc. um grande armazém para mantimentos e um moinho de pedra para milho. A área da fábrica contava com sete léguas quadradas de terras de plantar campos. Todos os bens estimados no valor de 550 contos de réis⁸³.

As fábricas têxteis possuíam organização interna. A Fábrica do Cedro, por exemplo, possuía “oito repartições – portaria, fiação, urdume, tecelagem, preparação,

⁸¹ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Caderneta 12. Cx. 2. p. 79-80.

⁸² *Idem*.

⁸³ BAT. Escritura de empréstimo, Livro de Inscrição Especial n. 2, inscrição n. 298, fl.168. In: MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 139-140 (*Grifos nossos*).

tinturaria, ferraria e carpintaria”⁸⁴. O maquinário, descrito acima, e a forma como se estruturou sua unidade de produção indicam que a Fábrica do Biribiri também adotou uma divisão similar à da Fábrica do Cedro.

A Fábrica de tecidos do Biribiri funcionou assim que seu maquinário foi assentado. Possuía 20 teares e um quadro de 63 operários(as)⁸⁵. No início, produzia algodões lisos e alguns mesclados, de diversas cores. Depois a fábrica passou a produzir diariamente “1.200 metros de algodão Santa Catarina e 450 metros de algodão americano”⁸⁶. O anúncio a seguir ilustra a variedade de tecidos produzidos.

**FABRICA DE TECIDOS
DO
BERIBERY.**

**PREÇOS DAS FAZENDAS BRANCAS POR
FACTURAS DE MAIS DE 100.000
À DINHEIRO.**

Algodão grosso	por metro	317 réis
Minas Novas	» »	210 »
Americano marca Leão	» »	300 »
» » Veado	» »	210 »
» » Flor	» »	185 »
» » Boi	» »	158 »
» » S	» »	230 »
Trançado	» »	350 »
» alvejado	» »	440 »

Ha tambem um grande sortimento de fazendas de cores de preços proporcionalmente reduzidos. As facturas a prazo pagão um por em ao mez.

Beribery, 13 de Fevereiro de 1887.
SANTOS & COMP.

Figura 08. Anúncio dos tipos de tecidos produzidos em Biribiri
Fonte: BAT. *Sete de Setembro* (13/02/1887, p.4).

⁸⁴ GIROLETTI, Domingos (1991). Op., cit., p. 35.

⁸⁵ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Caderneta 12. Cx. 2. p. 82- 85.

⁸⁶ *Idem*, p. 81.82.

Além dos prédios relacionados no inventário de empréstimo de 1888, a vila operária do Biribiri contava ainda com a Capela do Sagrado Coração de Jesus, uma “casa grande” para a família dos donos da fábrica, uma casa dormitório para abrigar as operárias solteiras (chamada de Convento) e uma escola⁸⁷.

Helena Morley⁸⁸, em *Minha vida de Menina*, nos informa sobre alguns aspectos da estrutura da vila operária do Biribiri, como segue:

Quarta feira, 17 de maio de 1889. Chegamos hoje a Biribiri, onde passamos três dias de gozo completo. Eu não teria pressa de ir para o céu se morasse no Biribiri. Não acredito que no céu se possa ter melhor vida do que ali. Quando eu volto de lá fico com o lugar e as pessoas na cabeça muito tempo. Estivemos conversando na mesa sobre a felicidade que Dona Mariana e o Major Antônio Felício conseguiram na terra. Eles são os donos da fábrica e a família toda é empregada ali. Matam boi de manhã e os pedaços melhores vão para as casas dos filhos e a casa-grande, que é onde mora Dona Mariana. O resto vai para o pessoal da fábrica. O lugar é lindíssimo. A casa-grande de Dona Mariana é cercada de árvores frondosas. Ela vive com a casa sempre cheia de hóspedes e todos muito bem tratados. A mesa é muito grande e cheia de comidas. Senhor Bispo fica na cabeceira de cabeça baixa e Guily pondo as coisas no prato dele. Ele não conversa nem pede nada. Nos outros lugares ficam a família e os hóspedes. De noite as moças da fábrica brincam de roda e de tudo que querem. O lugar onde elas dormem é uma casa comprida chamada de Convento⁸⁹.

A citação nos apresenta um panorama idílico do cotidiano na vila, mas também oferece uma dimensão da estrutura, como, por exemplo, a existência da casa grande e do convento. Segundo Domingos Giroletti, “as primeiras fábricas para produzir a disciplina, criaram vários espaços fechados superpostos aos quais os operários (e às vezes suas famílias) estavam simultânea e permanentemente submetidos”. Assim, eles investiram em vilas operárias com o objetivo de moralizar e normalizar o cotidiano do operariado⁹⁰. De acordo com Telma de Barros Correia:

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, difundiu-se largamente a prática da construção, por empresas, de moradias para seus operários em cidades ou em localidades rurais. Tal prática deu origem a comunidades habitadas principalmente por empregados de uma única companhia que possuía parte substancial do mercado imobiliário e das casas e com frequência, também detinha o controle sobre os equipamentos e serviços coletivos. No território nacional, esses assentamentos estavam ligados,

⁸⁷ Conforme BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Envelope 2. Cx 7. Fl.1, em 1891 que Rita dos Santos Brandão foi nomeada professora durante a licença concedida à professora Etelvina S. de S. e Saraiva, esse fato indica que a presença e o funcionamento de uma escola na Vila Operária do Biribiri.

⁸⁸ Helena Morley é o pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant, nascida em Diamantina em 1880.

⁸⁹ MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 55-56.

⁹⁰ GIROLETTI, Domingos (1991). Op., cit., p. 141.

sobretudo, a indústrias têxteis, de papel, empresas de mineração, usinas de açúcar e frigoríficos⁹¹.

Assim, o Brasil reuniu as mais diversas experiências de núcleos habitacionais para operários, denominadas genericamente de “vilas operárias”. Tais vilas funcionariam como:

um equipamento de arregimentação, fixação e controle do trabalhador, em cuja organização a segurança da propriedade e da produtividade do trabalho foram questões centrais. A criação desses equipamentos inseriu-se em um esforço amplo das elites na organização da sociedade do trabalho e do preparo de trabalhadores para indústria. Princípios liberais, noções positivistas, teorias médicas, ideias do catolicismo social, técnicas de engenharia, noções de dever e lealdade, padrões de moral e civilidade foram mobilizados pelos industriais na concepção da ordem urbana e social dos núcleos que criaram.⁹²

Para Palmira Petratti Teixeira, a construção de vilas operárias, por parte do patronato brasileiro, sobretudo no final do século XIX e nos anos finais da década de 1910, fazia parte da estratégia patronal para disciplinar o operariado.

A vila operária, ao mesmo tempo que dá ao empresário a garantia de mão de obra estável, facilita-lhe a imposição de um estilo de vida através de um código de conduta que extrapola os limites da fábrica e alcança os trabalhadores em sua intimidade, em seu lar, em seu lazer, como um novo campo de moralidade e vigilância.⁹³

A Vila Operária do Biribiri foi um exemplo típico de núcleo fabril. As imagens a seguir elucidam, um pouco mais, a sua composição espacial e topográfica.

⁹¹ CORREIA, Telma de Barros. *De vila operária a cidade-companhia*: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. R. B. Estudos Urbanos e Regionais n° 4 / maio 2001, p. 83-98. Disponível em < <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/59>>. Acesso 24/11/17. p. 83.

⁹² CORREIA, Telma de Barros. *Pedra*: Plano cotidiano operário no sertão. Campinas, SP. Papiros, 1998. p. 11.

⁹³ PETRATTI, Palmira Teixeira. *A fábrica do sonho*: trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1990, p. 74.

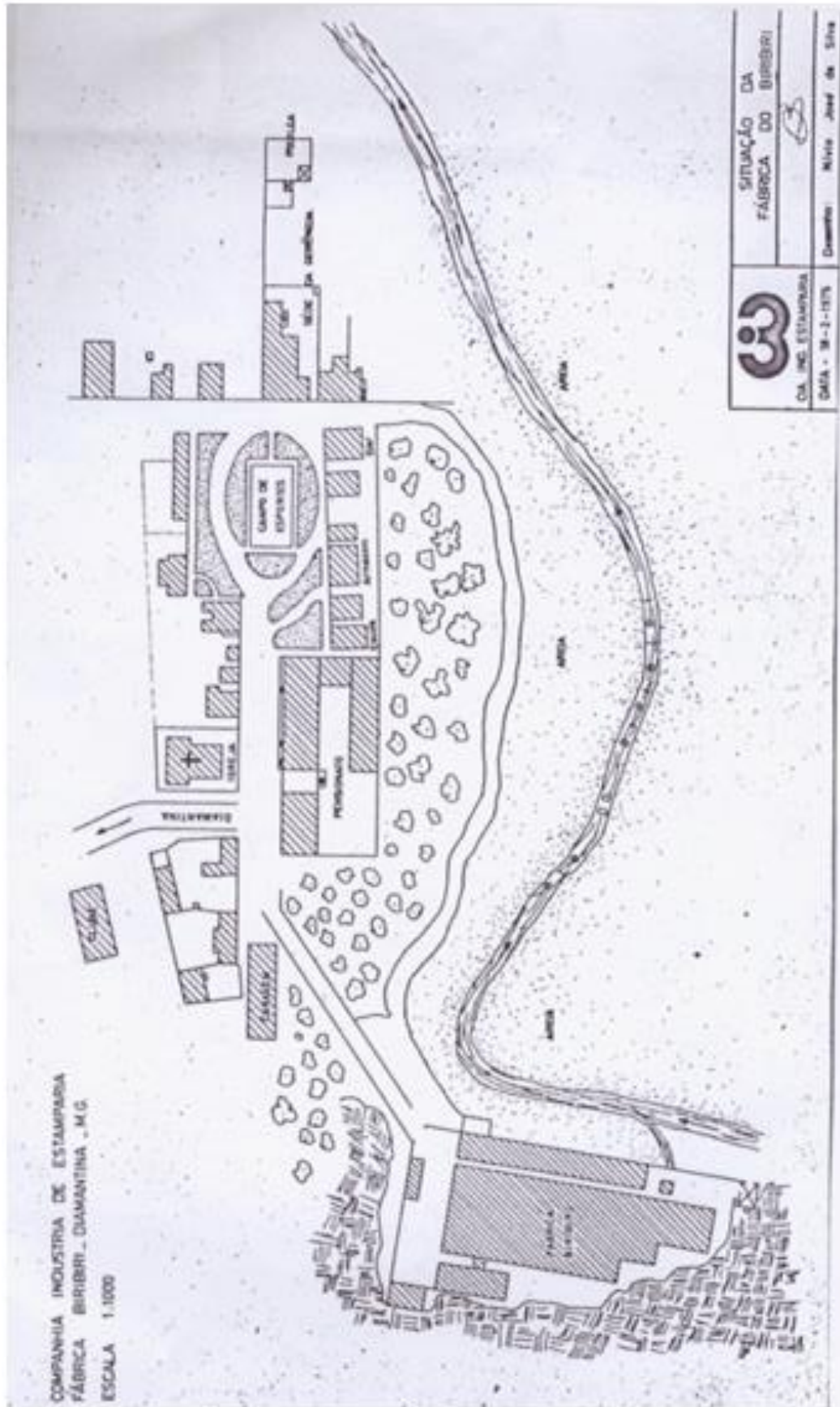


Figura 9. Planta da Vila Operária do Biribiri 1975

Fonte: MAM - Museu Alexandre Mascarenhas. Estamparia S/A – Contagem/MG.

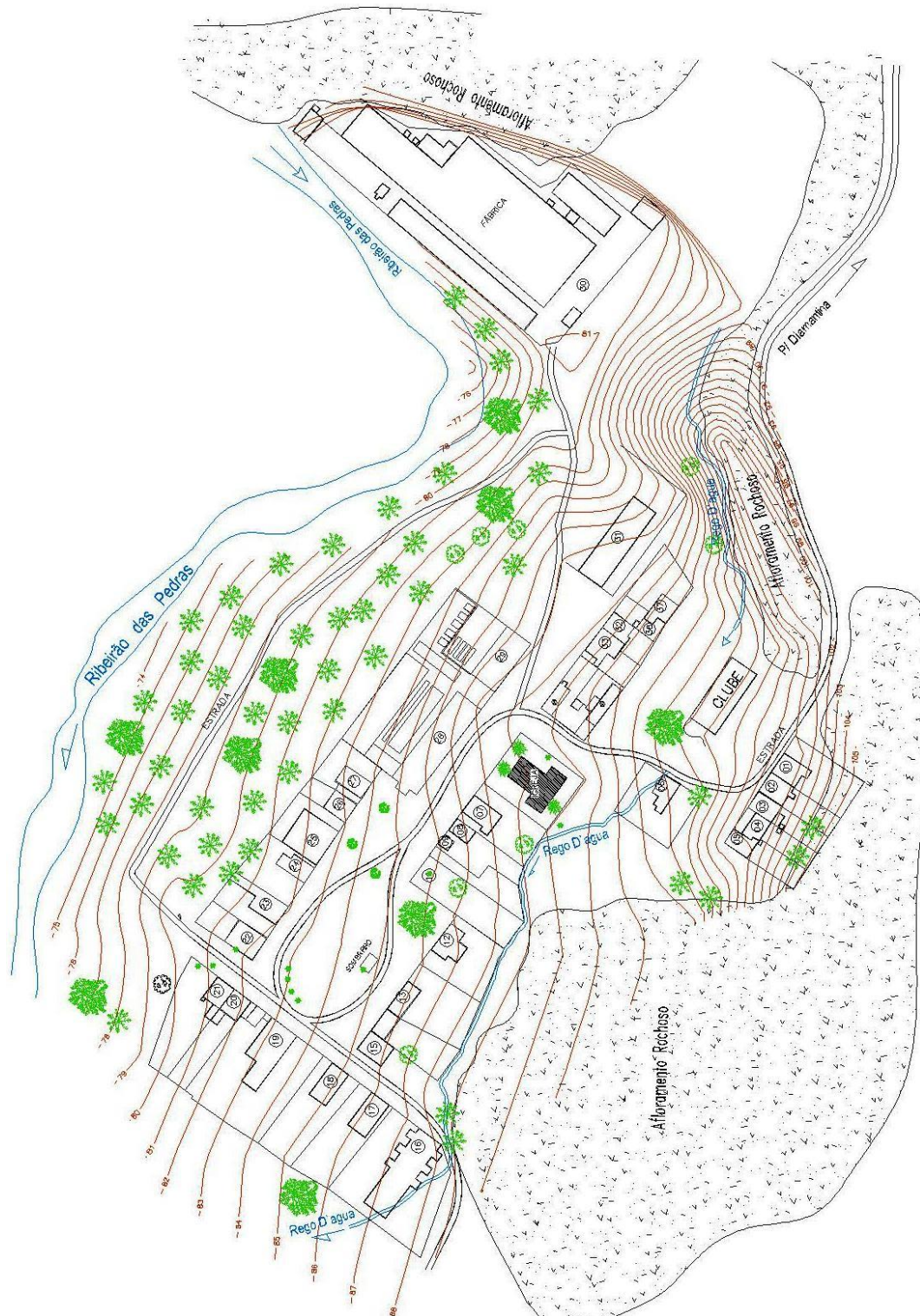


Figura 10. Vila do Biribiri – Diamantina/MG: situação e levantamento topográfico
 Fonte: Projeto Arquitetônico cedido pela Arquiteta Rafeale Bogatzki Ribeiro Corrêa (01/11/2017).

Tanto a **Figura 9**(1975) quanto a **Figura 10** (2017) ilustram a composição geográfica e predial da Vila do Biribiri. No centro da vila situa-se a Capela do Sagrado

Coração de Jesus⁹⁴, o prédio maior em frente à capela era o convento (pensionato para as mulheres solteiras e viúvas). O portão de entrada para fábrica fica entre esses dois prédios, o que conduz-nos a entender que o controle da mão de obra ocorria no interior desses três espaços: fábrica, igreja e convento. Nas demais casas moravam os proprietários, membros da gerência e suas respectivas famílias, os(as) operários(as) casados(as) e alguns operários solteiros. A casa menor ao lado do convento funcionava uma escola e ao seu lado um armazém. Ao fundo do conjunto arquitetônico da vila correm as águas do Ribeirão das Pedras e à frente e entorno da vila notamos a presença da vegetação do cerrado e algumas árvores plantadas pelos antigos moradores.

Como já ressaltamos, a Fábrica do Biribiri foi instalada numa localidade rural, a 13 quilômetros de Diamantina. Em seu entorno, casas foram construídas com a finalidade de alojar o operariado. Digno de nota é o indicativo de que o isolamento espacial e a influência da cultura católica⁹⁵ representavam instrumentos estratégicos para submeter o operariado a um programa disciplinar capaz de estimular as aptidões subjetivas e coletivas para o trabalho fabril.

Vale ainda ressaltar que o período de fundação da Fábrica do Biribiri coincide com a “transição do trabalho escravo para o trabalho livre”⁹⁶, cuja ênfase se dava no fomento de uma nova ideologia do trabalho. O trabalho livre e remunerado se apresentaria como, eventualmente, mais digno que o trabalho escravo. O jornal *Sete de Setembro*, de caráter conservador e tiragem semanal, publicou o seguinte a respeito do tema, no ano de 1887:

O trabalho é uma lei ditada ao homem pelo autor da natureza – da terra tirarás seu sustento com muito suor até que voltes para ela. Deus viu que, além da punição do homem, não era bom estar ocioso [...]. O homem nasceu para trabalhar, como o pássaro para voar. O trabalho em vez de ser um mal, pelo contrário, dá saúde ao corpo, tranquilidade ao espírito, e enfim torna o homem feliz [...]. A felicidade, pois, consiste no trabalho, como disse alguém. A agricultura, a indústria, as artes, o comércio e as letras, em altura análise conciliado, o trabalho é a vida das nações⁹⁷.

De acordo com James William Goodwin Junior, no período entre 1884 e 1914, a proposta de civilidade defendida pelos homens da imprensa de Diamantina incluía um discurso do trabalho como forma digna de vida e como meio de combate, à mendicância, à

⁹⁴ Para analisar com maiores detalhes a Capela Ver ANEXO VI – Projeto arquitetônico da Capela do Sagrado Coração de Jesus.

⁹⁵ As ideias do catolicismo social, sobretudo a partir da publicação da Carta Encíclica *Rerum Novarum* (15 de maio de 1891), foram também inseridas no cotidiano da Vila Operária do Biribiri. Sobre este assunto abordaremos nos capítulos 4 e 5.

⁹⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho: em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*.

⁹⁷ BAT. *Sete Setembro*, Diamantina, 5 de fevereiro de 1887.

vagabundagem e à criminalidade⁹⁸. Assim, a arregimentação da mão de obra contratada para trabalhar na Fábrica do Biribiri ocorreu dentro desse discurso.

Ao analisar a vila operária da Fábrica do Cedro, Domingos Giroletti constata que “o ingressar e o permanecer na vila significava adesão às regras de convivência estabelecidas”⁹⁹. Um dos mecanismos para disseminação desses valores era o convento – dormitório coletivo para mulheres solteiras ou viúvas. No interior do convento era comum a existência de uma capela e de uma abadessa que vigiava e controlava a moral no recinto. Na história da indústria têxtil mineira identificou-se a existência de convento “nas fábricas da Cachoeira, Cedro, São Sebastião, São Vicente, Biribiri, Montes Claros e outras”¹⁰⁰. Além de ser um espaço que tinha como base o controle e a vigilância do operariado feminino,

os conventos foram organizados pelos empresários para abrigar moças reunidas com a finalidade de trabalhar nas fábricas. Era uma forma barata de recrutar a mão de obra necessária porque evitava, em primeiro lugar, a imobilização de capital na construção de casas para operários. A execução de obras novas era objeto de queixas (censuras) constantes dos acionistas, que viam nessa realização o sorvedouro do lucro e da parte dos dividendos que lhes cabia. A preferência pela mão de obra feminina era justificada pela falta de casas para operários e pela impossibilidade de construir novas¹⁰¹.

Cabe ressaltar que, na França do século XIX, os dormitórios para as operárias nas fábricas de Lyon também eram chamados de conventos. As mulheres ingressavam para o trabalho nas fiações de seda e nas fábricas de tecidos a partir dos doze anos de idade. E, logo passariam a integrar dormitórios femininos, cujo cotidiano era assinalado por uma austeridade conventual¹⁰².

A Fábrica de Tecidos do Biribiri recrutou operárias órfãs ou filhas de agregados do município de Diamantina e região, sendo que o convento foi o principal instrumento para moralizar e disciplinar as operárias. O prédio possuía uma área de 1.561,65 metros quadrados¹⁰³, contendo os dormitórios e o refeitório.

⁹⁸ GOODWIN JÚNIOR. James William (2015). Op., cit.

⁹⁹ GIROLETTI, Domingos (1991). Op., cit., p. 141.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 171.

¹⁰¹ GIROLETTI, Domingos (1991). Op., cit., p. 172.

¹⁰² PERROT, Michelle (2011). Op., cit., p. 207.

¹⁰³ IEPHA. *Processo de Tombamento Município de Diamantina – Monumento Conjunto Arquitetônico do Biribiri*. Homologado em 11 de novembro de 1998. p. 116.



Figura 11. Foto da fachada do Convento do Biribiri (1940).
Fonte: Acervo do Museu Alexandre Mascarenhas. Estamparia S/A – Contagem/MG.

As relações de trabalho das operárias foram tecidas no interior da fábrica, no espaço recluso do Convento e da Capela do Sagrado Coração de Jesus. E, no isolamento da vida cotidiana da cidade e, sobretudo, na distância entre a vila e a cidade, provavelmente a ideologização seria mais efetiva.

CAPÍTULO 2
AS PRIMEIRAS OPERÁRIAS: “HISTÓRIAS” QUE SE CONTAM EM
DIAMANTINA

“As moças habitavam em comum um vasto prédio, por ironia denominado Convento. Brincam e se divertem a valer, porém, sem promiscuidade de sexos”¹⁰⁴.

¹⁰⁴ NEVES, José Teixeira (1960). Op., cit., p. 55.

2.1. A “fábrica do Bispo”

“Dar esmolas aos pobres é serviço duvidoso quer a Deus, quer aos pobres; mas dar aos pobres a oportunidade de ganhar a vida é para mim serviço à raça humana”, afirmou J. C. Branner, professor da Stanford University (Califórnia)¹⁰⁵. Em 1879, o referido professor visitou a cidade de Diamantina, conheceu a Fábrica do Biribiri e ficou impressionado com tudo o que viu, chamando-a de a “fábrica do Bispo”. Logo que retornou ao seu país, escreveu para o sócio de Dom João, Antônio Felício dos Santos, a quem conheceu pessoalmente, solicitando mais informações. O pedido de Branner foi prontamente atendido. Antônio Felício dos Santos respondeu o seguinte:

A Fábrica do Biribiri foi fundada em 1876¹⁰⁶, tinha 210 empregados, sendo 180 moças. Os teares eram 110, incluindo alguns Jacards com fiação correspondente e maquinismo de preparo do algodão e enfardamento. A força motriz fornecida por uma turbina movida por grande queda d’água do Rio Biribiri¹⁰⁷. Teve logo a tinturaria por vegetais e produtos químicos e rodas de lapidação de diamantes. O transporte foi feito em quase seis meses. O que impeliu o Bispo fundar a fábrica com capitais de seus parentes foi supressão da subvenção que o governo de Minas dava ao colégio de órfãs fundado pelo mesmo Bispo. A supressão deu-se por ocasião da Questão Religiosa. Embora mais tarde fosse restabelecê-las a subvenção compreendeu o Bispo a inconveniência de ficar um estabelecimento daquela ordem em condições precárias [...]. A fábrica empregaria logo as moças pobres que terminaram os estudos.¹⁰⁸

Antônio Felício dos Santos também informou que as operárias eram moças pobres que ingressavam no trabalho fabril após o fim dos seus estudos. De posse dessas informações, J. C. Branner escreveu um texto revelando a sua admiração pelo Bispo, por fundar a fábrica e gerar emprego para os pobres¹⁰⁹. Delineia-se no binômio - término de estudos e ingresso no trabalho fabril - a origem social das primeiras operárias.

A educação de mulheres, em Diamantina, a partir da segunda metade do século XIX, estava a cargo do Colégio Nossa Senhora das Dores¹¹⁰. É provável que parte da mão de obra feminina viesse desse colégio.

¹⁰⁵ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 11. Cx.2, p. 83-87.

¹⁰⁶ Este foi o ano de constituição da empresa Santos & Cia. A fábrica começou a funcionar com todo seu maquinário em 06/01/1877. In: NEVES, José Teixeira (1960). *Op.*, cit., p. 55.

¹⁰⁷ Ele se refere na verdade ao Ribeirão das Pedras. Ver Capítulo anterior.

¹⁰⁸ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 11. Cx.2, p. 83-87.

¹⁰⁹ *Idem*.

¹¹⁰ Este educandário foi inaugurado com “30 alunas matriculadas” e este número aumentou consideravelmente no decorrer da sua existência. Assim, a partir da sua “fundação até o ano de 1916 foram matriculadas 1.538

A mão de obra contratada para trabalhar em Biribiri, assim como nas demais fábricas têxteis mineiras, era captada em Diamantina e nas demais cidades do Norte de Minas. Segundo Júnia de Souza Lima, as operárias contratadas para trabalhar na Companhia Cedro Cachoeira, por exemplo, vinham das regiões de Serro, Diamantina, Montes Claros, entre outras, “cujas condições de pobreza eram tão acentuadas que, na maioria das vezes, a companhia custeava os gastos que elas teriam com a viagem até a fábrica para depois descontar nos seus ordenados”¹¹¹.

Domingos Giroletti informa que grande parte do operariado empregado nas incipientes indústrias têxteis do Centro e Norte de Minas Gerais, era composta por pessoas pobres:

com exceção feita do qualificado que é contratado no exterior ou, internamente, em centros maiores como o Rio de Janeiro, a maior parte dos operários industriais fora recrutada entre artesãos, camponeses (pequenos sitiantes ou agregados), trabalhadores rurais e vários tipos de “desclassificados sociais” (libertos, escravos, ex-escravos, órfãos, menores, viúvas, “gente pobre”). Provinham de um agregado heterogêneo do ponto de vista étnico, social e cultural: indivíduos sem tradição comunal-cultural ou organizativa, muitas vezes sem estrutura familiar definida. Eram desprovidos dos meios de produção ou de maiores habilidades profissionais. Na sua composição predominavam mulheres e menores. Deste contingente social originou-se a maior parte do operariado industrial do Centro e do Norte de Minas¹¹².

Dom João propôs a criação da fábrica para gerar emprego e renda para a “gente pobre” que vivia da força de trabalho, como, por exemplo, os ex-escravos, os ex-faiscadores, e, sobretudo, os órfãos e as órfãs¹¹³. Para o Bispo, era preciso educá-los e instruí-los conforme a doutrina católica reformista do século XIX.

O discurso moralizador da Igreja não se restringiu apenas aos espaços de atuação do clero. Alcançou, também, as fábricas de tecidos que foram fundadas no município de Diamantina, “entre as décadas de 1870 e 1890, pois elas foram vistas mais como lugares de moralização dos costumes do que unidades de produção”¹¹⁴.

Uma situação parecida ocorreu na Companhia Cedro Cachoeira, onde seus proprietários, os irmãos Mascarenhas, eram também católicos fervorosos e buscaram

alunas. O número de órfãs educadas no asilo, que funcionava sustentado pelo colégio, havia alcançado o número de 830”. LOREDO, Meirelle Aiane Almeida (2017). Op., cit., p. 52.

¹¹¹ LIMA, Junia de Souza (2009). Op., cit., p. 107.

¹¹² GIROLETTI, Domingos (1991). Op., cit., p. 81.

¹¹³ ACMD. *Representação apresentada à Câmara Municipal de Diamantina em 07 de maio de 1874*. Documento Transcrito do Livro de Atas 1882.

¹¹⁴ MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 312.

reproduzir os rituais e as crenças do catolicismo no cotidiano dos seus trabalhadores¹¹⁵. Esse tipo de prática era muito comum, pois a cultura católica era fortemente vivenciada em todo o território mineiro. O Censo de 1872, por exemplo, revelou que dos 2.039.735 moradores, 2.036.589 se declararam “católicos”, enquanto apenas 3.146 se declaravam “acatólicos”¹¹⁶. Cuidar da formação moral e religiosa do(a) trabalhador(a), equivalentes à época, seria também uma das práticas da cultura paternalista.

A Fábrica do Biribiri começou a funcionar em 1877 com 63 operários (sendo 36 do sexo feminino). Em 1879, este número subiu para 210 empregados (sendo 180 do sexo feminino). No entanto, em 1883, um documento enviado pelos diretores à Comissão Parlamentar de Inquérito do Rio de Janeiro informava que o número de operários era equivalente a 130 (sendo 110 do sexo feminino da faixa etária entre 10 a 30 anos)¹¹⁷. Não é possível saber se estes dados estão corretos, porém, o mais importante é notar que nos três períodos o número de mulheres foi superior ao número de homens.

Tabela 1
Distribuição dos(as) Operários (as) da Fábrica de Tecidos do Biribiri 1877-1883

Período	Operárias (meninas e mulheres adultas)	Operários (meninos e homens adultos)	Total
1877	36 (57,2%)	27 (42,8%)	63
1879	180 (85,7%)	30 (14,3%)	210
1883	110 (84,6%)	20 (15,4%)	130

Fontes: **1877** – BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 12, Cx. 2, p. 82- 85. **1879** – BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 11, Cx.2, p. 83-84. **1883** – Comissão Parlamentar de Inquérito, informações apresentadas ao corpo legislativo, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883, p. 1883. In: LIBBY, Douglas Cole (1998). Op., cit., p. 23.

Entre as hipóteses oferecidas pela historiografia para justificar a empregabilidade de mulheres nas fábricas de tecidos, destacam-se três: A primeira se fundamenta na prerrogativa de que a mulher já possuía habilidades no trato do algodão. Friedrich Engels, por exemplo, afirma que antes mesmo de se introduzir a maquinaria, “a fiação e a tecelagem das matérias-primas efetuava-se na própria casa do trabalhador. Mulheres e raparigas fiavam o fio

¹¹⁵ LIMA, Junia de Souza (2009). Op., cit., p. 121.

¹¹⁶ Base de dados do CEDEPLAR/UFGM. NPHEd - Pop72.

¹¹⁷ Comissão Parlamentar de Inquérito, informações apresentadas ao corpo legislativo, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883, p. 1883. In: LIBBY, Douglas Cole (1998). Op., cit., p. 236.

que o homem tecia ou que elas vendiam, quando o chefe de família não o trabalhava”¹¹⁸. Michele Perrot demonstra que existia um discurso acerca dos ofícios vigentes no século XIX: “para o homem, a madeira e os metais, para a mulher, a família e os tecidos”. Tal discurso transformou a linguagem do trabalho numa das mais sexuadas possíveis ¹¹⁹.

No contexto brasileiro, os pesquisadores Maria Regina Ciparrone Mello e Douglas Colle Libby asseguram a evidência da presença de uma indústria têxtil doméstica. Em São Paulo, a “produção doméstica do fio constituía tarefa predominantemente feminina”¹²⁰. Em Minas Gerais, os mapas de população, do período entre 1831-1840, demonstram que existia um “enorme número de fiandeiras e tecedeiras registradas em literalmente todos os arrolamentos que incluem informações sobre as ocupações das pessoas recenseadas”¹²¹.

A segunda hipótese justificava que as mulheres, assim como também as crianças, possuíam mãos pequenas e mais hábeis do que os homens. Conforme Engels:

O trabalho nas máquinas consiste principalmente, tanto na fiação como na tecelagem, em reparar os fios que se partem, pois, a máquina faz todo o resto. Este trabalho não exige nenhuma força física, mas dedos ágeis. Então, não só os homens não são indispensáveis para isso como, por outro lado, o grande desenvolvimento dos músculos e dos ossos das mãos os torna menos aptos para este trabalho do que as mulheres e as crianças; por isso, eles são muito natural e quase totalmente afastados deste trabalho.¹²²

Assim, mulheres e crianças seriam preferidas por terem mãos pequenas e delicadas para o traquejo com as máquinas.

A terceira e última hipótese se fundamenta no ponto de vista econômico, ou seja, os patrões preferiam mulheres e crianças porque poderiam pagar salários menores do que aos homens adultos¹²³. Karl Marx também expressa esta hipótese:

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego dos trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi utilizar o trabalho das mulheres e crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do

¹¹⁸ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. - São Paulo: Boitempo, 2008. p. 32.

¹¹⁹ “Declaração de um delegado de operários de 1867”. PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottman. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 178.

¹²⁰ MELLO, Maria Regina Ciparrone. *A industrialização do Algodão em São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1983. p. 93.

¹²¹ LIBBY, Douglas Cole (1998). Op., cit., p. 197.

¹²² ENGELS, Friedrich (2008). Op., cit., p. 185.

¹²³ *Idem*

trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob domínio direto do capital¹²⁴.

As três hipóteses perpassam a questão do gênero. No caso específico da Fábrica do Biribiri, além de contar com um quadro de empregados majoritariamente feminino, também se empregavam crianças. Logo que começou a funcionar, por exemplo, essa empresa empregou também 18 meninos. Como no lugar junto à fábrica de tecidos funcionava uma oficina de lapidação de diamantes e outra de fundição de metais, é provável que parte desses meninos e homens adultos seriam contratados para atuar nestes setores e não diretamente na produção de tecidos.

Ao abordar a questão sobre a mão de obra adotada pelas indústrias têxteis em Minas Gerais, Douglas Cole Libby conclui que, com exceção dos(as) escravos(as) que pertenciam à Fábrica São Sebastião, localizada na região de Curvelo-MG, quase toda a mão de obra dessas indústrias, no período entre 1881 a 1887, era composta por operários(as) livres. Outra característica marcante desse período foi o emprego de órfãos e órfãs. “É preciso destacar que a definição de “menor” parece ter se estendido às crianças com 14 anos de idade ou menos, o que significa que boa parcela da mão de obra poderia ser de adolescente”¹²⁵.

Na Companhia Cedro Cachoeira, por exemplo, no período entre 1880 e 1915 a tecelagem “mostrou ser a seção predominantemente feminina, haja vista a grande quantidade de mulheres nessa linha de produção. Por sua vez, a seção de fiação era composta quase exclusivamente por crianças”¹²⁶. Ao analisar as relações de trabalho a partir da década de 1890 no Brasil, Cláudio Batalha destaca que

O trabalho infantil era amplamente empregado em toda uma série de atividades, desde a idade de 7 anos (há relatos que mencionam idades ainda mais jovens) crianças eram empregadas em indústrias têxteis, de fósforo, de fumo, de vidro, metalúrgicas e gráficas¹²⁷.

Essa situação ocorria porque elas representavam uma mão de obra barata podendo receber pelo trabalho metade do valor que seria pago a um homem adulto¹²⁸.

¹²⁴ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro 1*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 30ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 451.

¹²⁵ LIBBY, Douglas Cole (1998). Op., cit., p. 233-235.

¹²⁶ PAULA, Manoel Júlio de. A infância tecida: construindo a infância entre teares e as escolas da Fábrica de Tecidos e Fiação Cedro e Cachoeira (1880 -1915). In: JINZENJI, Mônica Yumi; MORENO, Andrea. *Histórias da Educação – Sujeitos da educação: intelectuais, professores, crianças e família*. Jundiaí, Paco Editorial, 2014. p. 338.

¹²⁷ BATALHA, Claudio H. M. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República. In: LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Júnia (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 95-110.

¹²⁸ BATALHA, Claudio H. M. (2006). Op., cit., p. 100.

Em Diamantina, Dom João liderou, no período de 1860 a 1888, ações que resultaram na compra de 523 cartas de alforria¹²⁹. Aliada à recomendação da pastoral católica que pregava o amparo dos libertos(as)¹³⁰, grande parte dessas pessoas supriam a mão de obra da Fábrica de Tecidos do Biribiri. No início do seu funcionamento, “a fábrica foi dirigida por um norte-americano, amigo de Dom João. Depois ele ensinou o serviço aos operários e entregou a direção das máquinas a um mulatinho brasileiro julgado apto”¹³¹.

2.2. Pobres “órfãs-operárias”

Na Fábrica de Tecidos do Biribiri, Dom João se posicionou como líder e transformou-a em sua plataforma de influência¹³². Seu irmão, o Major Antônio Felício dos Santos, era diretor comercial. E sua cunhada, Dona Mariana Valadares Fernandes dos Santos, era a diretora interna. Ela se responsabilizou por cuidar de todas as moças que ali trabalhavam¹³³.



Figura 12. Foto: Dona Mariana, Dom João, familiares e operários(as) da fábrica, ano de 1877 (Versão completa).
Fonte: MAM. *Acervo de Imagens*.

¹²⁹ OLIVEIRA, Lúvia Gabriele (2011). Op., cit., p. 30.

¹³⁰ A pastoral de 28/08/1887 recomendou dentre outras obras como a mais oportuna a libertação dos cativos e amparo dos libertos. In: BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 53 Cx 1, p. 96.

¹³¹ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Envelope 2. Cx 7. Fl.3.

¹³² FERNANDES, Antônio Carlos (2005). Op., cit., p. 119.

¹³³ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Envelope 2. Cx 7. Fl.2.



Figura 13. Foto: Dona Mariana, Dom João, familiares e operários(as) da fábrica, ano de 1877 (Versão com recorte)

Fonte: MAM. *Acervo de Imagens*. In: LOREDO, Meirelle Aiane Almeida (2017). Op., cit., p.56.

A **Figura 12** traz a seguinte identificação: 1. Dona Mariana Felício dos Santos, esposa de Antônio Felício dos Santos e diretora da casa de moças; 2. Dom João Felício dos Santos, primeiro Bispo de Diamantina e um dos fundadores da Fábrica do Biribiri; 3. Antônio Felício dos Santos, um dos fundadores da Fábrica do Biribiri; 4. José Antônio Felício dos Santos Filho; 5. Dona Maria Amélia Felício dos Santos casada com Maximiano Saraiva; 6. Maximiano, marido de dona Maria Amélia e tesoureiro e contador da fábrica; 7. Maria Joana Felício dos Santos; 8. Adelina Moraes e; 9. Alice Dayrel (Helena Morley)¹³⁴.

Um desenho indica que os números 10, 11, 12, 13, 14 e 15 são, respectivamente: Dona Luiza Gonçalves, Dona Maria Bernadina, Dona Onessa, Dona Francisca Gonçalves, José Marques Nogueira e sua esposa Dona Eugenia com seu filho (Guerrinha). Os demais sem identificação são operários(as) da fábrica. Como segue:

¹³⁴ MAM. *Acervo de Imagens*. Documento manuscrito realizado com base na imagem.

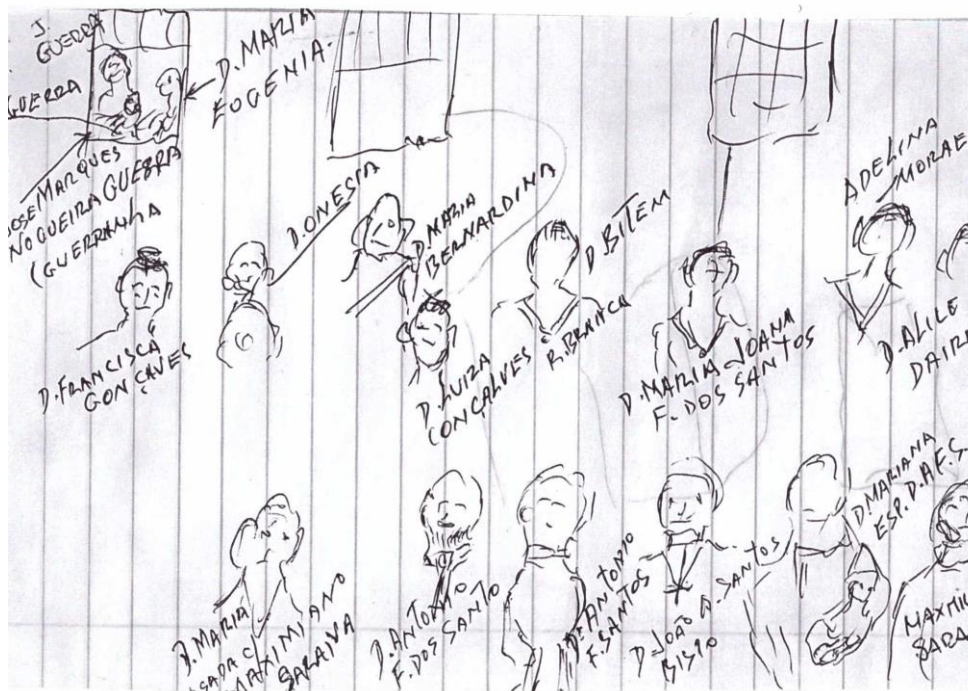


Figura 14. Desenho e identificação da foto de Dona Mariana, Dom João, familiares e operários(as) da fábrica, ano de 1877.

Fonte: MAM. *Acervo de Imagens*. (Sem autoria).

Nas **figuras 12 e 13** é possível notar Dona Mariana com uma criança no colo. Ao seu lado está o Bispo Dom João e os demais integrantes da família Felício dos Santos, assentados próximos e alinhados lado a lado. Na fila posterior, estão os(as) “amigos(as)” da família como, por exemplo, a jovem Alice Dayrel (Helena Morley). E por fim, os(as) operários(as) que, embora não identificados, ajudariam a compor o cenário da grande empresa familiar¹³⁵.

Não conseguimos identificar a ocasião em que a fotografia foi tirada. Mas, a presença do Bispo e os trajes de algumas mulheres, com vestidos pretos e fitas brancas com medalhas penduradas nos pescoços indicam que, provavelmente, tenha sido em algum evento religioso ocorrido na Vila do Biribiri.

Dona Mariana – a esposa-mãe – era a administradora do lar e das operárias. De acordo com Junia Souza Lima, na Companhia Cedro Cachoeira, este papel coube à Dona

¹³⁵ Conforme Dayse Lúcida dos Santos, ao analisar as fotografias de família, devemos ter em mente a pose, o teatro construído para o momento. Desse modo, a fotografia “é resultante de escolha, geralmente de integração ou institucionalização do grupo familiar”. SANTOS, Dayse Lúcida. *Cidade de Vidro: a fotografia de Chichico Alkimim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina:1900 a 1949*. Belo Horizonte, UFMG, 2015. Tese de Doutorado, p.80.

Policena Mascarenhas, matriarca da família Mascarenhas, chamada de “Dindinha” pelas operárias¹³⁶.

A Fábrica do Biribiri empregava moças pobres e órfãs. Dona Mariana “promoveu o casamento de 97 órfãs-operárias”¹³⁷. Quando recrutadas, as operárias solteiras – “as moças” –, iam morar no Convento, onde brincavam e se divertiam¹³⁸. Isto indica que elas eram, em sua maioria, crianças. Para Douglas Cole Libby, o contrato dessas órfãs, onde “moças e meninas” ficavam submetidas à inspeção de uma mulher dotada de valores morais, foi uma prática recorrente adotada pela indústria têxtil mineira¹³⁹. Percebe-se que a “fábrica do bispo” seguiu um trajeto similar.

Quando Dona Mariana faleceu, em 1897, o jornal “*O Município*” homenageou-a, exaltando suas qualidades como “matriarca incansável da caridade”:

Sobrevivendo ao seu esposo, o Major Antônio Felício dos Santos, somente dois meses e cinco dias, sucumbiu pelas 8 horas da manhã do dia 26 do passado mês, na Fábrica de Tecidos do Biribiri, a Exma. Senhora Dona Mariana Fernandes dos Santos, legando aos seus descendentes os mais vivos exemplos de virtude, educação e o ensino próprio de uma senhora modelo que reunia ao mais generoso e esmoler coração os mais alevantados dotes de espírito que tanto ilustre e realce sempre deram à sua distinta personalidade. A ilustre finada tinha 72 anos de idade e levou a vida a praticar o bem, um altruísmo santo e adorável, sendo amparo de dezenas de órfãs, sobre cuja educação velava em extremo, ora colocando-as sob suas vistas nos diversos misteres da Fábrica do Biribiri, donde se retiravam depois de casadas, vindo refletir na sociedade os belos exemplos colhidos nessa escola de trabalho honesto, e ora as suas custas, no colégio das irmãs de caridade, estabelecendo este que, desde a sua fundação, para o que muito concorreu, prestou os mais assinalados serviços. O fatal acontecimento não feriu apenas seus parentes e as infelizes órfãs; a perda da ilustre senhora reflete-se também nos inúmeros pobres de quem ela era providencia e que por muito tempo chorarão a sua benfeitora morta, que soube conquistar o apreço, a estima e o respeito de todos que a seguiram de perto e que hoje entre bênçãos e saudades veneram o seu respeitável nome. Seu corpo, acompanhado por seus descendentes e operárias da referida fábrica, foi conduzido para esta cidade e depositado na chácara de seu filho, Coronel João Felício dos Santos donde no dia imediato, saiu o préstito fúnebre, de uma imponência pouco comum ao qual concorreram inúmeras pessoas, entre as quais notamos representantes de nossas classes sociais, clero, seminaristas, alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores e operários(as) da Fábrica do Biribiri¹⁴⁰.

¹³⁶ LIMA, Junia Souza (2009). Op., cit., p. 64.

¹³⁷ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Envelope 2. Cx 7. Fl.2.

¹³⁸ NEVES, José Teixeira (1960). Op., cit., p. 55.

¹³⁹ LIBBY, Douglas Cole (1998). Op., cit., p. 235.

¹⁴⁰ BAT. *O Município*. Diamantina (Minas Gerais), 06 de novembro de 1887. N. 135, p. 1.

Na leitura do texto acima, percebem-se múltiplas significações em que Dona Mariana é representada como “senhora modelo”, preocupada com pobres e órfãs, ou como exemplo de “virtude” e “educação”. Observa-se, igualmente, a exaltação de um modelo feminino no universo católico. Nota-se, a ideia do casamento como uma instituição da família nuclear, onde “a matriarca” atuou como intermediadora das órfãs-operárias.

A expressão “infelizes órfãs” traduz a visão da sociedade em relação àquelas jovens empregadas na fábrica. Esta visão não seria predominante apenas em Diamantina. A representação das mulheres como “frágeis”, “indefesas”, “passivas” e “carentes” foi também o discurso engendrado pela política higienista da segunda metade do século XIX. Margareth Rago caracteriza este discurso de processo da “colonização da mulher”, adotando táticas pelo viés analítico e classificador de médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos que visavam “domesticar” o novo operariado e impor um “modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa”¹⁴¹. A mulher, assim, deveria ser:

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja a representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho¹⁴².

Todavia, havia uma diferença entre as mulheres ricas e pobres. As primeiras seriam educadas e preparadas para conseguir “bons” casamentos e para o magistério. Já as mulheres pobres seriam preparadas para o trabalho nas fábricas ou nos demais setores de serviços¹⁴³. O empenho em casar órfãs-operárias, como ocorreu em Biribiri, se deu em decorrência do discurso religioso católico, cujo modelo ideal de mulher seria o de esposa-mãe¹⁴⁴, mas também, em virtude dos discursos higienista e paternalista. Na esteira do imaginário, produziu-se a ideia de que tais meninas “infelizes”, por serem muito pobres,

¹⁴¹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 -1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 61.

¹⁴² RAGO, Margareth (1985). Op., cit., p. 62.

¹⁴³ *Idem*, p. 63.

¹⁴⁴ Segundo Dayse Lúcida Santos o casamento fazia parte do “projeto moralizador” empreendido pelo clero e pelos jornais de Diamantina a partir da segunda metade do século XIX. Tal projeto disseminava a ideia que “tudo deveria concorrer para a manutenção dos bons costumes, enraizados na construção social da família e da mulher”. In: SANTOS, Dayse Lucide (2003). Op., cit., p. 49.

precisariam ser amparadas para evitar descaminhos. Logo, as mulheres que, depois de casadas, se retiravam da Fábrica do Biribiri, refletiriam na sociedade como exemplos de esposas-mães, uma das principais representações sociais empreendidas pelo projeto moralizador católico¹⁴⁵.

O perfil de “dona” também se ancora na perspectiva de controle e proteção dos sujeitos, típicas do paternalismo. A ajuda aos pobres, no início da Idade Moderna europeia, mostra exemplos parecidos de controle e proteção. Um caso exemplar refere-se ao que ocorreu com as meninas do orfanato Saint Catherine, em Lyon, citadas por Natalie Zemon Davis¹⁴⁶. Estas meninas eram treinadas para fiar e tecer a seda ou algodão, porém os salários não eram pagos diretamente a elas, mas depositados numa caixa até que as mesmas chegassem à idade de receber o dote e deixar o orfanato. O dote, naquele período, seria a garantia do casamento. No caso das “órfãs-operárias” da Fábrica do Biribiri, Dona Mariana representava essa garantia através de sua proteção e controle.

A afirmação no texto jornalístico de que lá era uma “escola de trabalho honesto” vai ao encontro da afirmação de Antônio Felício dos Santos no Manifesto da Associação Industrial de 1881, que defendeu que era preciso “moralizar as classes pobres pelo trabalho e pela educação industrial”¹⁴⁷. Vale ainda ressaltar que a moralização também se pautava na ideia de que o trabalho precisaria “se despir de seu caráter aviltante e degradador, característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse valor positivo”¹⁴⁸. Neste sentido, a fábrica teria de assumir um papel formador para aquele “novo” mundo do trabalho.

Assim era a Fábrica do Biribiri, tendo Dona Mariana como a principal guardiã e disciplinadora das “pobres órfãs-operárias”. Após sua morte, foi substituída pela filha: Dona Maria Amélia Felício dos Santos¹⁴⁹. Assim como a mãe, incorporou a representação de matriarca e gestora das operárias, dando continuidade à política de controle adotada desde os primórdios da fábrica.

No ano de 1903 o jornal católico *A Estrela Pollar*, ao noticiar um evento litúrgico ocorrido no Biribiri, também teceu elogios às “prendas” de Dona Maria Amélia.

¹⁴⁵ BORGES, Kátia Franciele Corrêa. *Santa, Esposa-mãe e professora*. Montes Claros, Unimontes, 2013.

¹⁴⁶ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Tradução: Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. p. 48.

¹⁴⁷ Antônio Felício dos Santos foi o primeiro Presidente da Associação Industrial Nacional sediada no Rio de Janeiro e participou do Manifesto da Associação Industrial de 1881. In: MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 377.

¹⁴⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. – Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

¹⁴⁹ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Envelope 2. Cx 7. Fl.2.

Desde que fundou-se aquele importante estabelecimento, industrial, que demora a 12 quilômetros dessa cidade, ali se tem sempre celebrado entre outras, a festa de Nossa senhora das Mercês tendo se efetuado a mesma este ano, a 23 do mês em que vamos. Constou-se de véspera festiva, no sábado, e missa cantada no domingo, sendo celebrante o Reverendíssimo Padre João Benjamim, com assistência do Exmo. Senhor Bispo Diocesano. À tardinha desfilou pelo circuito da capela a procissão da Senhora, acompanhada de bom número de fiéis e duas extensas alas virgens que lembravam dois cândidos flocos de neve em movimento a flor da terra por onde se estendiam [...]. Ao recolher da procissão houve bênção do Santíssimo Sacramento dada pelo Exmo. Senhor Bispo [...]. Funcionou em todos aqueles atos o coro composto por cantoras operárias do estabelecimento, acompanhando a harmonia com correção e expressão igualmente admiráveis D. Amélia dos Santos, tocando tão bem o mavioso instrumento e interpretando os textos musicais, como melhor não fariam as suas inteligentes antecessoras no cargo de organistas, quais foram D. Guilhermina Chaves (hoje, Irmã de Caridade) e D. Maria José, atualmente residente em Mendes, no Estado do Rio de Janeiro. O dia que ali passamos, foi um dia cheio das melhores emoções do espírito, dando-nos sentir que conforme a palavra de Deus, o homem não vive só de pão, porém muito mais do lhe fala a alma e ao coração¹⁵⁰.

Além de ser gestora das operárias, Dona Maria Amélia também era organista do coro para os eventos litúrgicos. Segundo o texto, ela não substituiu apenas a mãe, mas outras organistas que ali atuaram antes dela. Esta informação leva-nos a concluir que as operárias estariam também, durante o tempo livre, envolvidas com atividades litúrgicas católicas.

O cotidiano das primeiras operárias da fábrica do Biribiri foi assinalado por práticas de proteção e disciplina. No primeiro momento, elas eram recebidas pelo Colégio e Orfanato Nossa Senhora das Dores, onde seriam educadas e instruídas¹⁵¹. Depois, eram encaminhadas para a fábrica – lugar de moralização e disciplinamento e, por fim, caso elas se casassem, seus respectivos maridos deveriam protegê-las e suas funções passariam a ser as de esposas-mães. Provavelmente aquelas que não se casaram permaneceram no trabalho da fábrica por muitos anos.

¹⁵⁰ AEAD. *A Estrela Pollar*. Órgão da Diocese de Diamantina. 27/08/1903, p. 3.

¹⁵¹ De acordo com Meirelle Loredó, nem todas as alunas amparadas pelo Colégio e Orfanato Nossa Senhora das Dores seriam órfãs. Na maioria das vezes, tratavam de meninas oriundas de famílias muito pobres que as deixavam na instituição para que pudessem estudar. In: LOREDO, Meirelle Aiane Almeida (2017). Op., cit.

2.3. As mudanças na administração XIX-XX

Tendo em mira realizar uma obra mais de alcance social do que uma empresa com finalidades puramente mercantis, Dom João adverte os sócios da firma que não esperem suas quotas de capital dividendos compensadores em dinheiro; estes seriam revertidos em bênçãos pelo bem que pudessem espalhar¹⁵².

Para José Teixeira Neves, autor da citação acima, a “fábrica do bispo” não almejava lucros, mas o amparo social aos necessitados. O discurso social de Dom João Antônio dos Santos estava presente na representação enviada à câmara em 1874¹⁵³, e nas suas ações à frente da diocese diamantinense¹⁵⁴. No entanto, a montagem de uma fábrica de tecidos do porte do Biribiri requiritava investimentos dispendiosos. Só com custeio de transporte do maquinário a empresa Santos & Cia gastou 1.200\$000 (Hum conto e duzentos mil réis) do traslado entre “Nova York e o Rio de Janeiro e, mais 50\$000 (Cinquenta mil de réis) para transferi-las do Rio de Janeiro até Diamantina”¹⁵⁵. Acreditar que os investidores não teriam retorno financeiro é, no mínimo, ingenuidade. Todavia, o referido Bispo, através dos seus discursos e de suas ações benevolentes, deixou sua marca no imaginário diamantinense. A Fábrica do Biribiri, muitas vezes, foi descrita pela imprensa local como uma empresa filantrópica¹⁵⁶.

Michel de Certeau, ao abordar sobre as táticas e técnicas adotadas no cotidiano, afirma que para compreender o jogo das representações é preciso reorganizar o lugar onde se produz o discurso¹⁵⁷. Com base na assertiva de Certeau, podemos evidenciar que, para compreender a atitude do Bispo, sobretudo a ideia de que ele não almejava lucros com a fábrica, faz-se necessário observar o contexto social em que o mesmo se encontrava inserido.

Em Diamantina, desde 1870, funcionava a “Sociedade do Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês” – uma instituição abolicionista que atuou intensivamente na libertação

¹⁵² NEVES, José Teixeira (1960). Op., cit., p. 55.

¹⁵³ ACMD. *Representação apresentada à Câmara Municipal de Diamantina em 07 de maio de 1874*. Documento Transcrito do Livro de Atas 1882.

¹⁵⁴ Sobre ações sociais de Dom João ver: FERNANDES, Antônio Carlos (2005). Op., cit. E, OLIVEIRA, Livia Gabriele (2011). Op., cit.

¹⁵⁵ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Envelope 2. Cx 7. Fl.2.

¹⁵⁶ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 12. Cx 2, p. 82- 85.

¹⁵⁷ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 62.

de cativos através das cartas de alforria¹⁵⁸. Dom João foi um dos fundadores e até 1888, pouco antes da assinatura da Lei Áurea, junto com os demais membros, “saía de porta em porta nas casas onde haviam escravos pedindo a libertação destes”¹⁵⁹. Uma vez livres, “libertos e libertas” eram amparados em uma fábrica de tecidos, que além de lhes oferecer um trabalho, poderia ser também um meio de integração no mundo do trabalho remunerado.

Dom João foi um homem do seu tempo, pois, por um lado, representou a moral e o conservadorismo típicos da sua ordem religiosa; e, por outro, efetuou sua ação no campo social, deixando um legado que até os dias atuais permeia o imaginário diamantinense.

Em 1886, dez anos após a fundação da empresa Santos & Cia, a Fábrica do Biribiri enfrentou dificuldades financeiras. Dom João, visando superar tais dificuldades, encomendou ao sobrinho e sócio que averiguasse a possibilidade de concessão de empréstimos junto aos bancos credores, na praça do Rio de Janeiro. O retorno do sobrinho veio por meio da carta a seguir:

Rio de Janeiro 30 de Abril de 1886

Meu tio e amigo,

Respondo-lhe estimadíssima carta de 12 do corrente ano. Não o fiz logo que a recebi porque desejara informa-lhe de novo sobre a proposta do seu trato. Continuo a pensar que há grande manifesto na conversão da sociedade do Biribiri em associação anônima. As noções têm escrito nas cartas que escrevi, a meu pai, ao João Felício e creio que também a vossa senhoria. Talvez para conseguir o empréstimo com a firma Santos & Cia, mas será em condições muito pesadas e principalmente a prazo curto, salvo o caso de hipoteca, o que acarretaria grandes despesas e muitas mensalidades. Sendo assim, depende isso do estado da praça e mais. A associação anônima detém facilmente um empréstimo, mesmo mais avultado, do que as sociedades comerciais solidárias. Não discutamos por sem razão, assim é a verdade que é (ilegível) a opinião geral. A praça do Rio de Janeiro não se guia pelo raciocínio, estão em moda as sociedades anônimas e as ações de referência são tomadas a juro muito menos do que os dos descontos gerais. As ações de referências constituem títulos de importância fracionadas e transmissíveis em formalidades com juro e satisfação garantidas. Eis por que são preferidas. A objeção que vossa excelência fez ao senhor João Felício não tem alcance, com efeito, (já o disse nessa carta). Pode-se legalizar perfeitamente a conversão em sociedade anônima com muito pouco dispêndio. Citei o caso da grande companhia carioca que há pouco reorganizou como melhor meio de satisfazer as exigências legais em grande despesa. Tem a companhia de organizar com um capital de 2\$000 contos de réis muito já mais 1\$500 contos de réis em (ilegível) e apenas gastar alguns contos de mil reis. Já expliquei como se fez isso, mas ainda terá de manter cópia das atas da carioca que pede (ilegível) a um dos diretores. A sociedade organizou-se como sociedade em comandita com 13 sócios que tornaram quinhões variados de capital. Depois de um ou dois meses requerem ao Tribunal de Comércio sua conversão em associação anônima com as normas dos sócios

¹⁵⁸ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 53 Cx 1, p. 96-97.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 97.

transformando poucos as suas quatro comanditas em ações de 2000\$000 cada uma, distribuídos (ilegível) atribuindo a ata de organização da associação anônima em todos os comanditários de acordo. Visto por que não entra sócio novo. Não se pagou imposto de transmissão de propriedade, mas simplesmente selo de capital. Mais está o que proponho para Biribiri. As vigências de balancetes e outras formalidades nada valem. Peço que releiam minha carta nas gerais supondo ter resolvido todas as dificuldades. Precisamos também apresentar melhor os maquinismos para lutar com a nova concorrência e com a antiga de outras fábricas. Desejando que Vossa Excelência e todos estejam bem, aqui termino, pedindo sua benção para mim e minha família. Antônio Felício dos Santos¹⁶⁰.

“Sociedade comercial solidária”. Assim, Antônio Felício dos Santos descreveu o modelo de sociedade adotado pela Fábrica de Tecidos do Biribiri. O Código Comercial do Império do Brasil considerava atividades comerciais “as empresas de fábricas, de comissões, de depósitos, de expedição, consignação e transporte de mercadorias, de espetáculos públicos”¹⁶¹. Já a sociedade comercial solidária era de uma “sociedade em nome coletivo ou com Firma”. Neste modelo de sociedade todos os sócios responderiam solidariamente nos direitos e deveres.

Nas sociedades em nome coletivo, a firma social assinada por qualquer dos sócios gerentes, que no instrumento do contrato for autorizado para usar dela, obriga todos os sócios solidariamente para com terceiros e a estes para com a sociedade, ainda mesmo que seja em negócio particular seu ou de terceiro; com exceção somente dos casos em que a firma social for empregada em transações estranhas ao negócio designado no contrato. Não havendo no contrato designação do sócio ou sócios que tenham a faculdade de usar privativamente da firma social, nem algum excluído, presume-se que todos os sócios têm direito igual de fazer uso dela. Contra o sócio que abusar da firma social, dá-se ação de perdas e danos, tanto da parte dos sócios como de terceiro; e se com o abuso concorrer também fraude ou dolo, este poderá intentar contra ele a ação criminal que no caso couber¹⁶².

Antônio Felício dos Santos sugere a Dom João que seria interessante converter a Fábrica do Biribiri em uma “sociedade anônima”. Neste tipo de sociedade, o capital das companhias seria dividido em ações, e estas poderiam ser subdivididas em frações. Deste modo, os sócios não seriam responsáveis pelo valor das ações ou dos interesses comprometidos¹⁶³. Por este contexto, esta modalidade de associação estaria em moda na capital do Império, naquele período.

¹⁶⁰ AEAD. *Arquivos de Dom João Antônio dos Santos*. Caixa 03. Bloco B (1886).

¹⁶¹ BRASIL. *Código Comercial do Império do Brasil*. Lei Nº 556, de 25 de junho de 1850. Artigo 19, parágrafo 3.

¹⁶² BRASIL. *Código Comercial do Império do Brasil*. Lei Nº 556, de 25 de junho de 1850. Artigo 316.

¹⁶³ *Idem*. Artigos 297-298.

Ao que parece, Dom João seguiu o conselho do sobrinho e aderiu à sociedade anônima¹⁶⁴. A Firma Santos & Cia contraiu proeminentes empréstimos bancários¹⁶⁵. No ano de 1889, por exemplo, pediu ao Banco de Comércio do Rio de Janeiro, empréstimo no valor de 100.000\$000 (cem contos de réis), a juros de 8% ao ano, pagos semestralmente, dando como garantia a Fábrica do Biribiri. Este empréstimo foi quitado em outubro de 1891¹⁶⁶.

Em 15 de janeiro de 1895, a Companhia Industrial do Biribiri contraiu outro empréstimo no valor de 150.000\$000 (cento e cinquenta contos de réis), com garantias hipotecárias¹⁶⁷. Anos depois, em 21 de novembro de 1898, a empresa fechou “empréstimo com o Banco Hipotecário do Brasil, sediado no Rio de Janeiro, no valor de 165.000\$000 (cento e sessenta e cinco contos de réis), com juros de 8% ao ano e prazo até 1º de janeiro de 1904”¹⁶⁸. Contudo, desta vez, a operação não foi quitada, e a fábrica passou a ser administrada pela instituição financeira carioca, a partir de 1908¹⁶⁹.

No intercurso destes empréstimos, ocorreram os falecimentos de Joaquim Felício dos Santos (1895)¹⁷⁰, do Major Antônio Felício dos Santos e da sua esposa Dona Mariana (1897) e de Dom João (1905). Antônio Carlos Fernandes defende que a crise na Fábrica do Biribiri se alastrou logo após a morte de Dom João¹⁷¹.

Em 1900, com o falecimento do diretor João Felício dos Santos, José Marques Nogueira Guerra, na qualidade de diretor interino, convocou os acionistas para eleição de novo diretor e reforma dos estatutos.

O abaixo assinado, na qualidade de diretor da Companhia Industrial do Biribiri, convida a todos os senhores Acionistas a comparecerem no dia 06 de agosto para quando marcou a assembleia geral ordinária para prestação de contas. Tendo-se também de proceder à eleição de um diretor, em substituição ao coronel João Felício dos Santos, cujo lugar vagou com o falecimento do mesmo. E, sendo de necessidade a reforma dos estatutos por adversas circunstância, continuar-se-á em assembleia extraordinária nesse intuito. Biribiri, 16 de julho de 1900. José Marques Nogueira Guerra¹⁷².

Em 1908, após a execução do crédito, o Banco Hipotecário do Brasil assumiu a Fábrica de Tecidos do Biribiri e nomeou José Marques Nogueira Guerra como administrador.

¹⁶⁴ BAT. *O Município*. 23/07/1900. Convocatória dos acionistas traz implícito a informação de que a empresa Santos & Cia, naquele momento já era um Sociedade Anônima.

¹⁶⁵ MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 139.

¹⁶⁶ BAT. Escritura de empréstimo, livro de Inscrição Especial n.2, inscrição n.247, fls 132-133. In: MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 139.

¹⁶⁷ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Envelope 2. Cx 7. Fl.4.

¹⁶⁸ MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 140.

¹⁶⁹ BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 12. Cx 2. p. 82-85.

¹⁷⁰ Ele foi sepultado no pátio da Capela do Sagrado Coração de Jesus na Vila do Biribiri (Ver ANEXO IV).

¹⁷¹ FERNANDES, Antônio Carlos (2005). Op., cit.

¹⁷² BAT. *Jornal O Município*. 23/07/1900. p. 5.

Ele era casado com Etelvina Felício dos Santos, filha de Joaquim Felício dos Santos. Isto conduz-nos a constatar que, embora a empresa pertencesse ao referido banco, a gerência local ainda pertencia aos familiares dos Felícios dos Santos.

Em 1921, o Banco Hipotecário do Brasil vendeu a Fábrica do Biribiri para os irmãos Algemiro Pompoloni Duarte e João Gerundino Duarte. José Marques Nogueira Guerra continuou a fazer parte do quadro de funcionários, recebendo inclusive 10% de comissão sobre a produção¹⁷³, revelando sua habilidade com o serviço de gerência.

A fábrica foi adquirida pelo valor de 897.156\$800 (oitocentos e noventa e sete contos e cento e cinquenta e seis mil e oitocentos réis). O documento abaixo informa a composição do patrimônio adquirido:

Valor da Fábrica de Fiação de Tecidos do Biribiri que adquirimos do Banco Hipotecário do Brasil, com todos os seus terrenos; prédios em número de 32 (trinta e dois); aguadas, maquinismos assentados e não assentados; imóveis, pertences necessários; sobressalentes; máquinas avulsas; cobres, ferro e bronze (novos e velhos); motor elétrico; madeiras; matéria prima; estopa e resíduos; drogas, mobiliário, utensílios, confeitarias e semoventes conforme a escritura de compra e venda honrada em notas do tabelião Dr. Álvaro Rodrigues Teixeira do 18º Ofício da Capital da República dos Estados Unidos do Brasil em 5 de Outubro do corrente ano, pelo pagamento da importância de 100.000\$000 (Cem contos de réis) em moeda corrente do país e 8 (oito) notas promissórias do 99.644\$600 (noventa e nove contos, seiscentos e quarenta e quatro mil e seiscentos réis), cada uma, emitidas em 5 do mesmo mês e ano, tudo no valor total de 897.156\$800 (oitocentos e noventa e sete contos e cento e cinquenta e seis mil e oitocentos réis)¹⁷⁴.

“Comprei Catita”¹⁷⁵. Assim escreveu Algemiro Pompoloni Duarte, num telegrama enviado do Rio de Janeiro ao irmão João Gerundino Duarte, em Diamantina. Desde os primórdios do século XX, os referidos irmãos já movimentavam o comércio de Diamantina com um negócio de secos e molhados¹⁷⁶. No Livro Diário da Casa Comercial dos Irmãos Duarte, encontramos a declaração dos irmãos quanto à posse de um capital de 918.976\$372 (novecentos e dezoito contos, novecentos e setenta e seis mil, e trezentos réis). Eles também exploravam “o comércio de fazendas, armarinhos, ferragens, louças cópias feitas, confecções de calçados, chapéus, armas de fogo [...], entre outros artigos”¹⁷⁷.

A dinamicidade comercial destes dois irmãos não parava aí, eles também enveredaram para os negócios imobiliários. Entre 04/05/1922 e 31/06/1922 compraram 12

¹⁷³ MAM. *Livro Contas Correntes*. Registro 30/06/1922. p. 1.

¹⁷⁴ MAM. *Documento Compra da Fábrica*. Livro Contábil – agosto 1921, p. 1.

¹⁷⁵ Catita era o nome de um dos tecidos fabricados em Biribiri. In: MAM. “*Alguns dados sobre a fundação da fábrica do Biribiri*”. S/D

¹⁷⁶ MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 121-122.

¹⁷⁷ MAM. Livro *Diário da Casa Comercial Diamantina dos Duarte & Irmão* (14/06/1921). p. 1.

ranchos situados na localidade de Aroeiras, próxima a Biribiri. O total investido na compra foi 1.185\$000 (hum conto, cento e oitenta e cinco mil réis). Os terrenos possuíam “árvores frutíferas tais como laranjeiras, mangueiras, bananeiras e cafeeiros [...]”¹⁷⁸.

No primeiro ano de gestão dos irmãos Duarte a fábrica apresentou um crescimento progressivo, como ilustra a Tabela 2.

Tabela 2
Ativo e passivo da Fábrica de Tecidos do Biribiri

Ano 1922	Deve	Haver
Meses		
10/06 a 15/07	3.062\$560	26.572\$846
16/07 a 10/08	10.351\$595	30.692\$976
11/08 a 30/09	15.537\$520	35.047\$256
01/10 a 30/11	25.787\$860	43.618\$512
01/12 a 30/12	37.842\$312	50.057\$203

Fonte: MAM. *Caderno de Contas Correntes da Fábrica de Tecidos do Biribiri*. 1922.

Para Marcos Lobato Martins, os irmãos Duarte eram muito astutos, pois, em plena crise da Grande Depressão (1929), recorreram a empréstimos junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais, conseguindo um valor de 500\$000,00 (quinhentos contos de réis). Mais uma vez a Fábrica do Biribiri foi oferecida como garantia. Esta operação comprova o bom nome da firma Duarte & Irmão no mercado¹⁷⁹.

É notório que a partir da gestão dos irmãos Duarte, o discurso filantrópico implementado na época de Dom João cedeu lugar a um discurso de cunho mais capitalista. A empresa Duarte & Irmão almejava o lucro e, para isso, fez da Fábrica do Biribiri um negócio próspero. Em 1933, com o falecimento de Algemeiro Duarte, o inventário apresenta um patrimônio de 1.755:166\$348 (Hum milhão, setecentos e cinquenta e cinco contos, cento e sessenta e seis mil, trezentos e quarenta e oito réis).

¹⁷⁸ APE-S/A. *Extrato de Imóveis adquiridos pela firma Duarte & Irmão dos moradores do Distrito de São João da Chapada Município de Diamantina* (1922).

¹⁷⁹ MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 123.

Tabela 3
Balanço geral da firma Duarte & Irmão (1933)

Ativo	Valor/Réis	Passivo	Valor/Réis
Caixa	5:077\$300	Capital	873:398\$130
Letras a receber	161\$400	Títulos em cobrança	10:936\$010
Móveis/Utensílios	6:970\$340	Títulos descontados	214:838\$270
Moedas em cobre	1:100\$00	Letras a pagar	22:000\$000
Fábrica de Biribiri (Capital)	879:156\$800	Contas Correntes	259:232\$650
Contas correntes	318:996\$361	Obrigações a pagar	207:554\$916
Mercadorias	176:555\$920	João G. Duarte (c/part)	164:778\$272
Títulos em bancos	10:936\$010	Imposto sobre a renda	2:428\$100
Títulos diversos	3:065\$000		
Veículos	13:898\$600		
Imóveis	197:796\$246		
Ações	1:600\$000		
Algemeiro Duarte (c/ participação)	121:252\$371		
Multa depositada	600\$00		
Total	1.755:166\$348	Total	1.755:166\$348

Fonte: BAT. *Inventário de Algemeiro Popoloni Duarte 1933*. Cartório do 2º Ofício, março 106, fl.9. In: MARTINS, Marcos Lobato (2014). Op., cit., p. 123.

Algumas práticas adotadas pelos Felícios dos Santos foram mantidas durante a gestão dos irmãos Duarte, como por exemplo, a prática de empregar moças pobres e membros da própria família Duarte, assim como, também, a continuidade da cultura católica.

Identificamos seis registros de funcionários integrantes da família Duarte admitidos no período entre 1919 e 1955. São eles: Paulo Duarte (Gerente - 01/02/1919); Pedro Duarte (Gerente - 07/01/1924); Geraldo Duarte (Mecânico - 28/08/1924); Raymundo Jadir Duarte (Industriário - 01/03/1949); Maria Altair Duarte (Gerente - 01/03/1952) e José Duarte Filho (Industriário - 03/01/1955)¹⁸⁰.

Em 1941, os herdeiros de Algemeiro Pompoloni Duarte e João Gerundino Duarte decidiram abrir o capital da fábrica, que passou a ser denominada “Irmãos Duarte Sociedade Anônima Têxtil e Comercial”, com o capital de 2.000:000\$000 (dois milhões de contos de

¹⁸⁰ Pedro e Raymundo Duarte são irmãos e filhos do casal Algemeiro Pompoloni Duarte e Antonina dos Santos Duarte. Paulo e Geraldo Duarte são irmãos e filhos do casal Hipólito Fortunato Duarte e Maria Madalena da Silva Duarte. Maria Altair Duarte é filha do casal Hipólito Duarte e Leny Dias Duarte. E, José Duarte é filho do casal José Duarte e Judith Andrade Duarte. APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos (1918-1959)*.

réis)¹⁸¹. O quadro de diretores da Sociedade para o exercício de 1941 a 1946 foi composto pelos acionistas Antônio Edílio Duarte (Diretor Presidente), Pedro Duarte (Diretor Técnico e Comercial) José Machado Freire (Diretor Secretário) Hipólito Duarte (Diretor Gerente). Como se observa, a família Duarte ainda era majoritária na gestão administrativa. No entanto, este quadro mudaria a partir da década de 1950, quando suas ações foram averbadas pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais¹⁸².

Em 1954, Alexandre Mascarenhas, neto de Caetano Mascarenhas (aquele amigo de Dom João), e importante industriário têxtil, entrou como sócio da família Duarte, após a averbação das ações, tornou-se acionista majoritário da Fábrica do Biribiri¹⁸³. Vale ressaltar que, desde a década de 1930, ele já era proprietário da Fábrica de Tecidos São Roberto, localizada em Gouveia¹⁸⁴.

É no intercurso destas administrações (1921 – 1959) que se encontram as operárias que analisaremos a seguir.

¹⁸¹ MAM. *Estatuto da Irmãos Duarte Sociedade Anônima Têxtil e Comercial*. Publicado no “Minas Gerais” de 14 de junho de 1941.

¹⁸² MAM. *Carta do Banco de Crédito Real de Minas Gerais encaminhada aos sócios Antônio Edílio Duarte e José Machado Freire*. 14/01/1959.

¹⁸³ ARMONIMO, Luciana, NEVES, Osias Ribeiro (2007). Op., cit.

¹⁸⁴ MAN. *Carta de Arrematação da Fábrica São Roberto encaminhada por J. Clementino ao Doutor Alexandre Mascarenhas*. 16/04/1932. Sobre pioneirismo de Alexandre Mascarenhas ver: ARMONIMO, Luciana, NEVES, Osias Ribeiro (2007). Op., cit.

CAPÍTULO 3

O PERFIL SOCIAL DA MÃO DE OBRA DURANTE AS DÉCADAS DE 1920 E 1950



Figura 15. Foto das operárias e gerente da fábrica (1945).
Fonte: *Acervo particular*. Não foi possível identificar as pessoas.

3.1. “Serviços” de homens e mulheres: a questão do gênero nas ocupações

Aída Botelho tinha 16 anos quando foi contratada para trabalhar como fiandeira na Fábrica de Tecidos do Biribiri, em maio de 1937¹⁸⁵. Ela era natural de Extração (Currallinho) e recebia por seu trabalho 1\$300 (hum mil e trezentos réis) mensais, mais um adicional de 25% por sua produção. Dali, ela só sairia seis anos mais tarde, em dezembro de 1943. Os motivos que ocasionaram sua saída naquela época, já com 22 anos, não são esclarecidos na sua ficha de trabalho. Aída tinha uma irmã mais nova, Elza Botelho, que também tinha sido admitida como fiandeira na mesma data. Na época, Elza tinha 14 anos e recebia por seu trabalho o mesmo valor pago à sua irmã. Ao contrário da ficha de Aída, a ficha de Elza não informa o tempo em que ela trabalhou na fábrica. O que se sabe sobre estas irmãs é que ambas eram solteiras, sabiam assinar o próprio nome e se declararam pardas¹⁸⁶.

As fichas de Aída e Elza fazem parte do banco de dados composto por 998 fichas de cadastro de pessoas que trabalharam na Fábrica de Tecidos do Biribiri, entre os anos de 1921 e 1959, das quais 875 eram mulheres e 123 eram homens, distribuídos em diferentes funções.

Tabela 4
Funções de acordo com os gêneros na Fábrica do Biribiri – 1921-1959

Categoria de ocupação	Feminino	Masculino	Total Geral
Abridor de Algodão		8	8
Ajudante de Motorista		5	5
Aprendiz Têxtil	3		3
Auxiliar Carpinteiro		1	1
Auxiliar de Cozinheira	2		2
Auxiliar de Escritório	6		6
Auxiliar de Ferreiro		7	7
Auxiliar de Mecânico		1	1
Bobinadeira	11		11
Cardador		6	6
Carpinteiro		3	3
Carregador(a) de Linha	1	1	2
Chefe da Fiação		1	1
Chefe da Tecelagem		1	1

¹⁸⁵ Ver Retrato da carteira de trabalho no ANEXO II – Operárias do Biribiri fotografadas por Assis Horta (1943).

¹⁸⁶ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Categoria de ocupação	Feminino	Masculino	Total Geral
Comerciário(a)	2	5	7
Copeira	20		20
Cozinheira	11		11
Engomador		2	2
Espuladeira	8		8
Ferreiro		3	3
Fiandeira / Fiandeiro	457	2	459
Fiandeira e Tecelã	27		27
Foguista		3	3
Gerente		2	2
Guarda-Livros		1	1
Industriário		3	3
Marceneiro		1	1
Mecânico		4	4
Medidor de Panos		11	11
Mestre Geral		2	2
Motorista		2	2
Operária do Pavio	5		5
Operárias do Urdume	11		11
Pedreiro		5	5
Regente	5		5
Remetedeira	1		1
Rodante		1	1
Servente	1	27	28
Preparadora	6		6
Tecelã / Tecelão	295	7	302
Tintureiro		2	2
Não Identificado	3	6	9
Total Geral	875	123	998

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Os setores de fiação e tecelagem contrataram 779 mulheres e 9 homens. No grupo integrado por mulheres encontramos 457 fiandeiras, 295 tecelãs e 27 “fiandeiras/tecelãs”. Entre os homens, encontramos apenas dois no setor de fiação e sete no setor de tecelagem. Notamos que, assim como ocorreu nos primórdios da história dessa fábrica, estes setores continuaram a ser ocupados majoritariamente por mulheres¹⁸⁷.

Além da fiação e tecelagem, a fábrica possuía outros setores que foram ocupados por homens e mulheres. No período de 1921 a 1959, a empresa contratou oito abridores de algodão, cinco ajudantes de motorista, um auxiliar de carpinteiro, sete auxiliares de ferreiro, um auxiliar de mecânico, seis cardadores, três carpinteiros, um chefe da fiação, um chefe da tecelagem, dois engomadores, três ferreiros, três foguistas, três gerentes, um guarda-livros

¹⁸⁷ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

(contador), três industriários, um marceneiro, quatro mecânicos, onze medidores de panos, dois mestres gerais, dois motoristas, cinco pedreiros, um rodante (vigia) e dois tintureiros. Para essas funções, a mão de obra adotada foi exclusivamente masculina¹⁸⁸.

Os contratos de mulheres, nesse mesmo período, além dos cargos de fiandeiras e tecelãs foram: três aprendizes têxteis, seis auxiliares de escritório, duas auxiliares de cozinha, onze bobinadeiras, vinte copeiras, onze cozinheiras, oito espuladeiras, cinco operárias de pávio, onze operárias do urdume, cinco regentes, duas remetedeiras e seis preparadoras. A empresa realizou contratos para funções que foram preenchidas por ambos os gêneros como carregador(a) de linha (uma mulher e um homem), comerciário(a) (duas mulheres e cinco homens) e servente (uma mulher e 27 homens). Para três mulheres e nove homens, não conseguimos identificar as ocupações¹⁸⁹.

Os setores principais de uma fábrica de tecidos são: a fiação, o urdume, a tecelagem e a tinturaria. Na fiação, o processo vai do descaroçamento do algodão até à entrega do fio. Trata-se de uma sessão constituída de diversos equipamentos que realizam tarefas e funções distintas, mas complementares. Conforme Domingos Giroletti:

A Fiação era dividida em duas etapas: a) preparação para fiação e b) processo de fiação propriamente dito. A preparação de Algodão era feita de várias máquinas: descaroçador, abridor, batedor, cardas, passador (ou laminador), pavieiro grosso (ou maçarqueira) e pavieiro fino. No descaroçador processava-se a separação do algodão da semente. No abridor, a abertura das fibras do algodão e uma primeira limpeza. No batedor, o algodão era violentamente farpado para separar as fibras das impurezas que, por um sistema de aspiração, eram retiradas para fora enroladas em canilhas. Nas cardas, as fibras eram novamente esgarçadas e dispostas em camadas regulares, entrelaçadas umas nas outras para poderem suportar o estiramento e a torção, formando uma fita homogênea que era enrolada e armazenada em bobinas. No passador (ou laminador) as fibras eram paralelizadas, retirando-se as curtas. A manta tornada homogênea e uniforme era fortemente comprimida, saindo mais fina e adelgada. Em seguida, a fita passava ainda pelo pavieiro grosso (ou maçarqueira) quando o objetivo era a produção de fio mais encorpado ou pelo pavieiro fino, para prepará-lo mais delgado. Nestas máquinas, concluía-se o processo de desengrosso pelo estiramento e prensagem, sendo a fita acondicionada em bobinas prontas para ir para as fiandeiras, a fim de serem fiadas¹⁹⁰.

A sessão de urdume seria responsável pelo recebimento do fio até a entrega dos rolos de urdume. É também conhecida como “preparação à tecelagem”. Nesta sessão, o fio das espulas, que vem da fiação, é transferido pelas bobinadeiras para bobinas menores, “que

¹⁸⁸ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

¹⁸⁹ *Idem*

¹⁹⁰ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 35.

seriam utilizadas na trama da tecelagem ou formavam o ‘queijo’, que seria transformado, pelas urdideiras, no rolo urdido”¹⁹¹. Este processo compreende,

num agrupamento longitudinal de fios paralelos e de comprimento igual, em número, ordem e disposição determinados pelo tipo de tecido que se quer produzir, formando a teia. Nas engomadeiras, o rolo urdido passava por uma substância aglutinante e gelatinosa, feita à base de polvilho, que impregnava os fios, dando-lhes maior consistência para suportar a fricção dos pentes ao serem tecidos. O rolo depois de seco seguia para tecelagem¹⁹².

Já a tecelagem recebe os rolos urdidos e transforma-os em tecidos.

Na tecelagem processava-se, pelo cruzamento e entrelaçamento, a conversão do fio em pano, sólido e resistente. Montava-se a teia no tear e dispunham-se longitudinalmente os fios em igual distância e número. Operava-se em seguida o entrelaçamento transversal do fio, introduzido um após o outro por uma lançadeira, constituindo a trama. E o pano, desta forma tecido, era enrolado no órgão de tear¹⁹³.

A tinturaria atuaria como intermediária entre a fiação e o urdume. Domingos Giroletti ainda ressalta que “o tingimento era uma arte difícil e complexa. A obtenção de cores firmes e iguais, um constante desafio. Dependia da qualidade das tintas e das drogas e, sobretudo, das habilidades do tintureiro”¹⁹⁴. Identificamos na Fábrica do Biribiri dois homens que ocupavam as funções de tintureiros, são eles: José Décio de Almeida, natural de Biribiri, contratado em 1934, com 16 anos de idade, e João Secundo Lima, natural de Bocaiúva, em 1945, com 24 anos¹⁹⁵.

¹⁹¹ GIROLETTI, Domingos (1991). Op., cit., p. 36.

¹⁹² *Idem*, p. 36-37.

¹⁹³ *Idem*, p. 37.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 38.

¹⁹⁵ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Quadro 1
Análise do processo de fabricação

FIAÇÃO		TECELAGEM	
1	Abrir o algodão	22	Carreteiras
2	Alimentadores	23	Urdideiras
3	Batedores	24	Engomadeiras
4	Cardas	25	Remetedeiras
5	Reunideiras	26	Espuladeiras para fio tinto
6	Laminadores	27	Teares
7	Penteadeiras	28	Dobrar, medir e revistar o pano
8	Passadores		
9	Maçaroqueira grossas		
10	Maçaroqueiras intermediárias		
11	Maçaroqueiras finas		
12	Maçaroqueiras extra-finas		
13	Fiadeiras (Urdimento e trama)		
ACABAMENTO DO FIO		ACABAMENTO	
14	Passar em rocas	29	Alvejamento
14	Dobrar	a)	Chamuscar
16	Passar em rocas o fio retorcido	b)	Conzinhar
17	Retorceadeiras	c)	Alvejar
18	Meadeiras de fio singelo	30	Tinturaria
19	Meadeiras de fio retorcido	a)	Mercerizar
20	Gazeadeiras	b)	Tingir
21	Passar em garrafas ou carretéis	31	Engomar e terminar
		32	Medir, dobrar e confeccionar o pano

Fonte: SÁ. A. Lopes de. *Contabilidade das indústrias de tecidos*. Editora Atlas S/A. São Paulo, 1958. p. 12-13.

As **Figuras 16, 17 e 18** ilustram os setores de fiação e tecelagem da Fábrica de Tecidos do Biribiri na década de 1950.

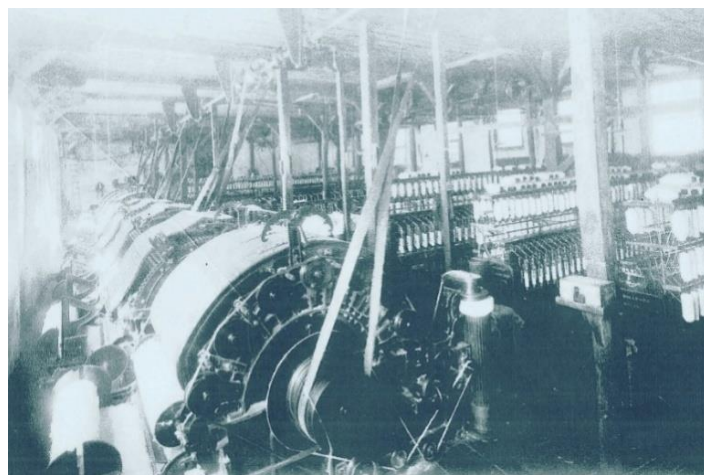


Figura 16. Foto da sala de cardas e fiação grossa – (1950).

Fonte: Arquivo pessoal de Raimundo Geraldo de Souza (Vulgo - Raimundo Sem Braço)

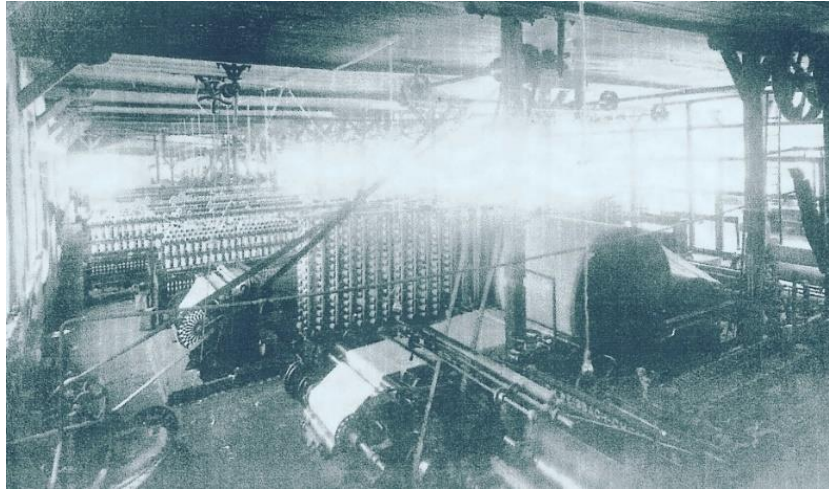


Figura 17. Foto da sala de fiação fina (4.200 fusos) – (1950).

Fonte: Arquivo pessoal de Raimundo Geraldo de Souza (Vulgo - Raimundo Sem Braço)



Figura 18. Foto da sala dos teares (144) – (1950).

Fonte: Arquivo pessoal de Raimundo Geraldo de Souza (Vulgo - Raimundo Sem Braço)

Os serviços desenvolvidos pelos carpinteiros, pedreiros, ferreiros e rodantes eram externos aos demais setores da fábrica. Aos três primeiros cabiam assegurar a zeladoria dos prédios da fábrica e da vila operária, assim como também a construção de novas moradias. Já o rodante tinha a função de vigiar e manter a disciplina na vila operária, ou seja, assegurar que

os horários e o toque de recolher fossem cumpridos¹⁹⁶. Os serviços de mecânico abrangiam tanto a parte externa da fábrica (manutenção dos veículos), quanto interna (manutenção das máquinas).

Diante do exposto, é possível depreender que as relações sociais na Fábrica de Tecidos do Biribiri também foram permeadas pela divisão sexual do trabalho. Conforme Danièle Kergoat, essa divisão decorre das relações sociais entre os sexos e foi “historicamente adaptada a cada sociedade”. Sendo assim, possui princípios organizadores como: “o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher)”¹⁹⁷.

Elizabeth Souza-Lobo afirma que a divisão sexual do trabalho tende a conservar o equilíbrio entre emprego de mulheres e homens, conforme a dinâmica de emprego dos distintos setores empregadores de mão de obra masculina e feminina. Deste modo, as definições de masculino e feminino são constructos sociais cujo termo “divisão sexual do trabalho” se transforma num dos “muitos lócus das relações de gênero”¹⁹⁸. Compreendemos, assim, que as relações de gênero são partes constitutivas dos diversos “mundos” do trabalho.

Na Fábrica do Biribiri, a divisão sexual do trabalho seguia o princípio da separação e da hierarquização. Entre as fichas analisadas, não encontramos mulheres contratadas para cargos de chefia de sessão. Todavia, fora do espaço de produção fabril, existia um cargo de coordenação que poderia ser ocupado, exclusivamente, por mulheres, preferencialmente mais velhas (viúvas ou solteiras). Este era o cargo de “Regente das operárias”. Identificamos cinco mulheres que foram contratadas para esta função¹⁹⁹.

¹⁹⁶ De acordo com Telma de Barros Correia, o sistema de vigilância foi adotado tanto por fábricas inglesas quanto brasileiras como meio de garantir a disciplina e a coerção social dos trabalhadores que residiam nas vilas operárias. CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano cotidiano operário no sertão*. Campinas, SP. Papiros, 1998, p. 11-12.

¹⁹⁷ Todas as aspas citam KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-75. (p. 67).

¹⁹⁸ Todas as aspas citam SOUSA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 200-202.

¹⁹⁹ APE-S/A. *Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri*. 01/02/1964.

Quadro 2
Mulheres que atuaram como Regentes do Dormitório Feminino

Nome	Idade	Estado Civil	Data da admissão	Data da saída
Maria Antônia de Macedo	57	Solteira	10/08/1921	Não informado
Maria Cesária Alves	48	Viúva	23/02/1948	01/11/1952
Maria Caldeira Miranda	43	Viúva	03/12/1949	12/04/1950
Maria Fernandes Guimarães	38	Solteira	01/02/1954	30/09/1955
Anita Gonçalves Costa	26	Solteira	01/09/1955	17/04/1956

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

A Regente, que depois passou a ser denominada de Encarregada Geral, era responsável pelas operárias que habitavam o Convento – função que outrora pertenceu a Dona Mariana. As moças deveriam ter “boa moral, bons costumes, procedimento irrepreensível, e o máximo de respeito para com a Encarregada Geral”²⁰⁰. A Regente ainda era responsável pelo controle e a saída das operárias. Ela deveria realizar as compras dos gêneros alimentícios no armazém, fazer inventário dos bens do pensionato a fim de evitar desgastes, gerir pelo bom funcionamento e a disciplina do lugar. Porém, embora se tratasse de um cargo de poder, ocupado por uma mulher, ainda estaria submetido a uma autoridade masculina. Neste caso, era o gerente da fábrica que redigia o regulamento, supervisionava e emitia requisições para as compras mensais²⁰¹.

Observamos, neste contexto, a presença da racionalidade harmoniosa da divisão sexual descrita por Michele Perrot, cuja tese determina que “cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em detalhes”²⁰². Esta perspectiva naturalizou a concepção de que administrar a limpeza e as contas da casa (espaço privado), seriam atribuições apenas das mulheres. Na vila operária do Biribiri, a Regente ocupava uma função de uma dona de casa, de uma guardiã, de uma administradora do lar e de uma “mãe” zelosa.

Entre as mulheres contratadas, relacionadas no **quadro 2**, apenas uma tinha menos de 30 anos e sua permanência no cargo durou apenas sete meses. É possível indicar que a preferência por mulheres mais velhas se dava justamente pelo fato delas imporem mais

²⁰⁰ APE-S/A. *Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri*. 01/02/1964.

²⁰¹ *Idem*.

²⁰² PERROT, Michelle (1988). Op., cit., p. 178.

respeito no comando das operárias. Elas também teriam mais experiências em relação à administração doméstica.

A categoria “continuidades” foi utilizada por Chris Wrigley para descrever os avanços e retrocessos do trabalho feminino na Inglaterra no final do século XIX e primeira metade do século XX. Durante esse período, “as principais oportunidades de emprego alternativo ao serviço doméstico eram localizadas nas fábricas têxteis e algumas outras atividades industriais”. Quase todos os setores reproduziam profunda desigualdade de gênero, sobretudo, no que se refere aos salários pagos para homens e mulheres²⁰³.

A questão da hierarquização salarial foi outro princípio adotado pela indústria têxtil. Chris Wrigley nos lembra que a justificativa para a desigualdade de gênero, em termos salariais, já era discutida há um longo tempo, por historiadores. Segundo ele,

fala-se da distinção entre o trabalho masculino e feminino, segundo a qual determinadas subcategorias ocupacionais ou até mesmo ocupações inteiras são vistas, quase que por definição, como sem especialização e, portanto, de baixa remuneração. Havia também a crença de que o trabalho feminino representava uma mera fase temporária entre a escola e a maternidade, ou as noções de que cabe ao homem sustentar sozinho sua família e, portanto, de um salário único para toda a família, além, finalmente da discriminação que resulta da construção social das habilidades²⁰⁴.

Na Fábrica do Biribiri, no período entre 1921 e 1942, os salários pagos aos homens que ocupavam cargos de chefia ou funções na fiação e tecelagem, oscilaram entre 2\$800 (dois mil e oitocentos réis) a 10\$000 (dez mil réis) diários. Já os salários pagos às mulheres (fiandeiras e tecelãs), variaram entre 1\$300 (Hum mil e trezentos réis) a 1\$800 (Hum mil e oitocentos réis) diários, acrescidos de mais 25% por produção. A base de cálculo era equivalente a “\$040 (quarenta réis) por "rank de pavio sobre produção”²⁰⁵ para as fiandeiras e “diferentes taxas por metro de tecidos de sua produção” para as tecelãs. O medidor de panos, cargo ocupado exclusivamente por homens, era quem fazia a conferência da produção de cada operária. Este, por sua vez, tinha um salário equivalente a 2\$000 (dois mil réis) diários²⁰⁶.

A partir de 1942, com a mudança da moeda “réis” para “cruzeiro”, os salários pagos às fiandeiras e tecelãs oscilaram entre Cr\$ 2,40 (dois cruzeiros e quarenta centavos) a Cr\$ 21,40 (vinte um cruzeiros e quarenta centavos) diários. Os incentivos por produção

²⁰³ WRIGLEY, Chris. Continuidades no trabalho e no status das mulheres desde o final do século XIX. In: LIBBY, Douglas Colle e FURTADO, Junia Ferreira, Orgs. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 177-191. (p. 179).

²⁰⁴ WRIGLEY, Chris (2006). Op., cit., p. 181. (*Grifos nossos*).

²⁰⁵ A base de cálculo era em função da quantidade pavios produzidos.

²⁰⁶ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

continuavam a prevalecer²⁰⁷. E os cálculos dos salários mensais se baseavam no salário mínimo²⁰⁸.

Entre as possíveis explicações para as diferenças salariais, de acordo com os gêneros, podemos citar a falta de escolarização. Por exemplo, entre as 875 mulheres contratadas, 233 não sabiam assinar seus próprios nomes²⁰⁹. Além disso, as fontes indicam que os administradores da fábrica preferiam contratar aprendizes, que em sua maioria, eram mulheres solteiras.

Quadro 3
Estado Civil dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica do Biribiri

Estado Civil	Feminino	Masculino	Total
Casado(a)	4	40	44
Solteiro(a)	851	71	922
Viúvo(a)	7	3	10
Não declarado	13	9	22
Total	875	123	998

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Ao longo das décadas de 1920 e 1950, a administração da Fábrica de Tecidos do Biribiri manteve sua preferência por mulheres e homens solteiros(as). Entre as 875 mulheres, 851 eram solteiras, 4 casadas, 7 viúvas e 13 não declararam seu estado civil. Entre os 123 homens, 40 eram casados, 71 solteiros, 3 viúvos, e 9 não declararam seu estado civil. Ao questionarmos por que encontramos apenas quatro mulheres casadas trabalhando na fábrica identificamos a resposta num verso de uma das fichas: “saiu para se casar”²¹⁰.

A Fiandeira Ana de Jesus Souza, por exemplo, natural do Distrito de Pinheiro, entrou na fábrica em janeiro de 1959, com 15 anos de idade. Pediu demissão em agosto de 1964, encaminhando para a gerência, a seguinte carta:

Ilmo senhor Dr. Pedro, cordial saudações!
Sendo eu funcionária já há 6 anos na fábrica, aqui no Biribiri, venho por meio desta comunicar-lhe que, por motivo de casamento, sairei no próximo dia 1º e aproveito a oportunidade para lhe pedir também um auxílio em

²⁰⁷ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²⁰⁸ BRASIL. Decreto-Lei Nº 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo.

²⁰⁹ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²¹⁰ *Idem*.

dinheiro pois sou pobre. Desde já deixo nesta os meus sinceros agradecimentos²¹¹.

Na mesma carta da operária, o “doutor” Pedro escreveu com o lápis, o seguinte: “Evandro, arquiva na ficha, não damos mais este tipo de ajuda”²¹². O fato da operária solicitar um auxílio, em virtude do seu casamento e o diretor responder ao gerente que “não dá mais”, indica que essa prática de oferecer ajuda financeira às operárias que se casavam, era, havia sido, corriqueiro na fábrica. “Sou pobre”. Assim se definiu a operária. Mas o que poderia induzir uma moça pobre a pedir demissão? O salário não poderia fazer falta?

A resposta foi dada de forma simples pela operária Maria da Conceição de Assis: “Meu marido não quis deixar eu ficar trabalhando, tem uns namorados, uns homens que quer maquinistas de fogões. Eu casei e fui ser uma maquinista de fogão”²¹³. Ela trabalhou na fábrica no período entre 1955 e 1963²¹⁴. Maria da Conceição manifestou a sua vontade de continuar trabalhando e que um dos gerentes até ofereceu emprego para seu esposo, para que ele e ela pudessem continuar na fábrica após o casamento. Todavia, seu futuro esposo não aceitou, dizendo assim: “Não! Casou, tem que sair”²¹⁵. Esta opinião, com certeza, era compartilhada por muitos homens daquele período. Encontramos cerca de 100 fichas com a seguinte inscrição no verso: “saiu para se casar”²¹⁶.

As poucas operárias casadas eram: Bertolina Flora Brant, Francisca de Lourdes da Silva Pinto, Maria das Dores Pereira e Maria Martins dos Santos. Bertolina nasceu em Biribiri. No mês de agosto de 1952, com 51 anos de idade, foi admitida pela fábrica, trabalhando ali até meados de agosto de 1953. Infelizmente, a sua ficha de cadastro não informa a função de trabalho exercida por ela. Francisca de Lourdes nasceu em Gouveia. Veio para Biribiri com 37 anos de idade, em janeiro de 1955, para trabalhar como tecelã. Atuou ali, até abril de 1956. Maria das Dores também era uma tecelã, nascida em Gouveia. Entrou na fábrica em janeiro de 1955, com 34 anos de idade, e saiu em outubro daquele mesmo ano. Outra mulher a se destacar é Maria Martins, que nasceu em Carbonita. Chegou a Biribiri para trabalhar como fiandeira em janeiro de 1948, com 28 anos de idade. Deixou o cargo em

²¹¹ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²¹² *Idem*.

²¹³ Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018.

²¹⁴ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²¹⁵ Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018.

²¹⁶ Só localizamos 100, mas acreditamos que este número é bem maior. Não é possível ter uma precisão exata porque parte das fichas estão deterioradas ou com preenchimento incompleto. In: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

setembro de 1949²¹⁷. As fichas de cadastro indicam que todas elas já eram casadas no momento em que foram contratadas pela fábrica.

Um ponto comum entre essas operárias foi o tempo de permanência na fábrica, que durou entre 10 e 14 meses. Os motivos que ocasionaram a saída delas da fábrica não estão informados nas suas fichas. Interpretamos, todavia, que suas demissões poderiam estar ligadas às dificuldades que elas tiveram em conciliar o trabalho fabril e as “obrigações do lar”. Esta dificuldade é denominada por pesquisadoras das relações de trabalho e gênero, como por exemplo, Danièle Kergoat e Elizabeth Souza-Lobo, de “dupla jornada” das mulheres²¹⁸.

Cabe ressaltar que, no Brasil, a Consolidação das Leis Trabalho se deu em 1943. O Artigo 391 determinava que não se constituía “justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez”²¹⁹. Tratava-se de uma legislação “protetora das mulheres trabalhadoras”, afirma Elizabeth Souza-Lobo²²⁰. Na Fábrica do Biribiri é possível confirmar que, quando uma operária se casava, o pedido de demissão partia dela mesma²²¹.

O gênero determinava os serviços de homens e mulheres no espaço fabril. Na análise acerca da divisão sexual do trabalho, deve-se considerar que as diferenças entre gêneros não são simples categorias, mas relações entre classes que se formaram “por” e “na” relação de poder dos homens sobre as mulheres²²². Assim, o gênero também determinou as relações de trabalho na Fábrica do Biribiri.

²¹⁷ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²¹⁸ KERGOAT, Danièle (2009). Op., cit.; SOUSA-LOBO, Elisabeth (2011). Op., cit..

²¹⁹ BRASIL. *Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 – Seção V: Da proteção à maternidade*.

²²⁰ SOUSA-LOBO, Elisabeth (2011). Op., cit., p. 203.

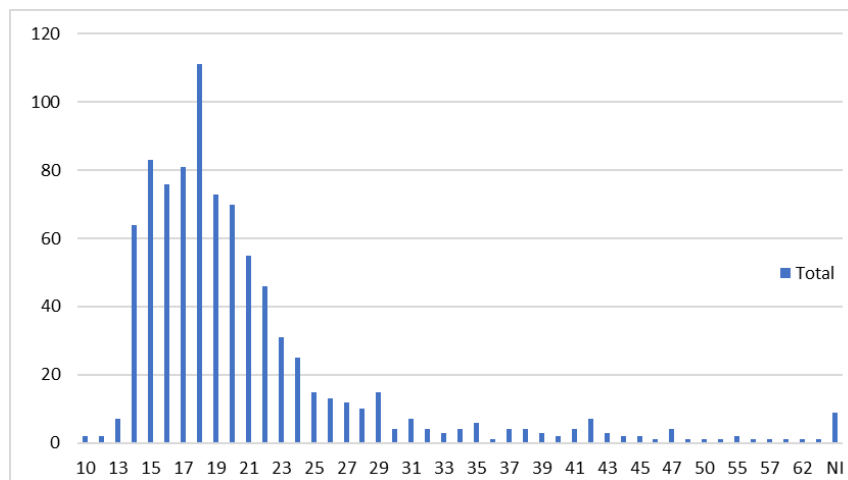
²²¹ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²²² KERGOAT, Danièle (2009). Op., cit.

3.2. De meninas a operárias

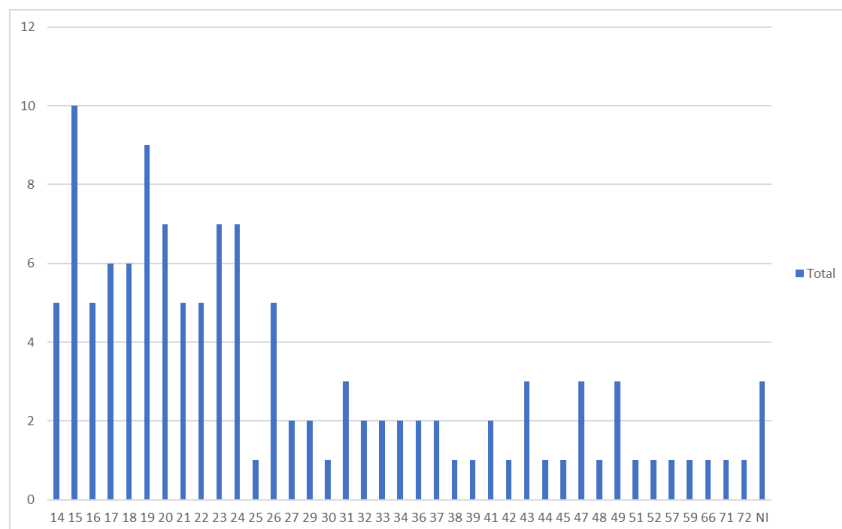
A presença de mulheres, com idades entre 10 a 18 anos, inseridas nos diversos setores da Fábrica do Biribiri, foi constante. Já entre os homens, as idades variavam conforme a complexidade da função que ocupariam. Os **gráficos 1 e 2** informam a faixa etária da mão de obra contratada no período entre 1920 e 1959.

Gráfico 1
Faixa etária das mulheres contratadas pela Fábrica de Tecidos do Biribiri



Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Gráfico 2
Faixa etária dos homens contratados pela Fábrica de Tecidos do Biribiri



Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

No **gráfico 1**, nota-se que a maior parte das operárias tinham idades entre 15 e 20 anos. No **gráfico 2**, observa-se que os homens com idades entre 14 e 24 anos também representavam a maioria e, a partir dos 25 até 72, o número de contratos variavam entre 1 a 5 empregados.

Existem hipóteses que justificam a grande quantidade de meninas (adolescentes) trabalhando como operárias. Uma delas defende a concepção de que, sendo solteiras, elas representariam economia para a empresa, uma vez que poderiam morar no Convento, poupando os empregadores de gastar com construções de mais moradias²²³. Outra estaria ligada ao espaço de disciplinamento representado pelo Convento, que tinha como principal objetivo moldar meninas para o trabalho fabril²²⁴. Estas duas hipóteses podem ser aplicáveis à Fábrica de Tecidos do Biribiri, que além da preparação para o trabalho fabril também instruía suas operárias, até certo momento, para a vida familiar.

No Convento, no dormitório da frente, maior, situado no segundo piso, ficavam “as operárias de 14 a 18 anos”. Já o dormitório do fundo, menor, situado no térreo, era “destinado às operárias de 18 anos em diante”²²⁵. Esta divisão ocorria porque, conforme informou o **gráfico 1**, o número de operárias mais jovens era consideravelmente maior. O processo de disciplinamento ocorria a partir do momento em que as operárias eram contratadas. O trecho do regulamento a seguir dá uma dimensão do rigor:

Cada pensionista deverá ter sua própria roupa de cama, dentro do mesmo padrão de uniformidade, numeradas para comprovar sua propriedade. Será fornecido pela fábrica, a cama, o colchão e o travesseiro. A encarregada do pensionato corrigirá os defeitos de educação de todas as moças, quando necessário, mantendo em ordem a disciplina do pensionato. [...]. Após ser dado o sinal de recolher, às 8:30 da noite e o sinal de silêncio às 9:00 horas, não será permitido fazer barulho, conversar, etc. [...]. As operárias que não estiverem até as 8:30 horas da noite dentro do pensionato, por terem ido em suas casas, somente poderão entrar no pensionato no dia seguinte²²⁶.

Junia Souza Lima nos lembra que algumas fábricas, ao optarem “por meninas, moças solteiras e viúvas como força de trabalho majoritária”, assim o fizeram porque a disciplina sobre elas era maior e mais rigorosa do que a exercida sobre os trabalhadores homens. O Convento era um mecanismo importante, sobretudo, porque ao confinar a operária dentro deste espaço, cerceava também seus passos, buscando controlar seus movimentos e,

²²³ GIROLETTI, Domingos (1991). Op., cit.

²²⁴ LIMA, Junia de Souza (2009). Op., cit.

²²⁵ Todas as aspas se referem a dados encontrados do APE-S/A. *Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri*. 01/02/1964.

²²⁶ APE-S/A. *Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri*. 01/02/1964.

quicá, seus pensamentos. Deste modo, as operárias residentes no convento logo se tornariam “as melhores empregadas”²²⁷.

No Convento do Biribiri o artigo 33 do regulamento determinava que as moças, ao chegarem ou ao saírem da localidade do Biribiri, deveriam “manter o máximo de decoro e respeito, evitando companhias de pessoas inconvenientes dentro de condução particular”²²⁸. Observamos, desse modo, que o controle das operárias também extrapolava o espaço do convento, da fábrica e da vila operária.

Todavia, embora houvesse rigor e controle no trato com as operárias, existiam sempre aquelas que burlavam as regras. Um caso curioso foi o da operária da fiação Geni Maria Silva, admitida em maio de 1955, com 14 anos de idade. Anexo à sua ficha, encontramos uma carta encaminhada a outra operária que atende pelo nome de Argemira, dizendo o seguinte:

Querida Argemira saudações!! Desejo que esta vai encontrar você e todas colegas em plena saúde e felicidade. Argemi estou naquela fase. Estive em Tijucal quatro dias, com Andreлина e, ela está aqui. Vamos dançar hoje e amanhã se Deus quiser. Argemi, diga ao Fausto que não pude ir trabalhar estes dias não. Dá uma desculpa aí, diz que estou doente [...]”²²⁹.

Geni demonstra que tem intimidade com a colega a quem chama de “Argemi”. Ela informa que está numa determinada fase, possivelmente de ociosidade e lazer. Também menciona sobre uma outra operária, Andreлина, que estaria acompanhando-a. Argemira, Andreлина e Geni eram solteiras e moravam no Convento, onde possivelmente desenvolveram os laços de amizade. Ao pedir para a colega inventar uma desculpa, com a finalidade de justificar a sua ausência na fábrica e na vila, demonstra conhecer as regras e a ousadia para burlá-las. O fato de esta carta estar anexada à sua ficha indica que a gerência tomou conhecimento da sua contravenção. Aliás, esta não foi a única. No período entre 1958 e 1960, ela foi suspensa cinco vezes por “desacato ao gerente”, “responder com palavras pornográficas ao contra-mestre”, “se afastar do serviço sem autorização”, “beber com as companheiras no recinto da comunidade” e “dormir fora do local”²³⁰.

Geni era uma contraventora e, provavelmente, exercia uma influência sobre as outras colegas. Suas contravenções podem ser analisadas dentro da teoria de “antidisciplina”, defendida por Michel de Certeau. Para este autor, toda sociedade elabora redes de vigilância,

²²⁷ Todas as aspas citam LIMA, Junia de Souza (2009). Op., cit. p. 15.

²²⁸ APE-S/A. *Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri*. 01/02/1964.

²²⁹ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²³⁰ *Idem*.

mas uma sociedade inteira não se submete a elas. É preciso atentar ao fato de que os “procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-la. Enfim, que maneiras de fazer formam a contrapartida, compondo-se, desse modo, uma rede de “antidisciplina”²³¹. Geni era um exemplo claro dessa rede. O curioso é que mesmo cometendo todos os supostos delitos descritos na sua ficha, ela só foi dispensada da fábrica em abril de 1962. Os motivos de sua demissão não são esclarecidos.

3.3. De onde provinha a mão de obra?

A mão de obra – feminina e masculina – para a fábrica, em sua maioria, era oriunda do estado de Minas Gerais. Nas 998 fichas de cadastro de empregados(as) analisadas, identificamos 629 pessoas que nasceram em Diamantina, nos seus distritos, e na própria Vila do Biribiri. A Fábrica do Biribiri empregou também algumas pessoas provenientes de outros estados, como a fiandeira Maria Luiza Teixeira, nascida em São Paulo; o comerciário Jorge Menezes, que nasceu no Rio de Janeiro; e as operárias Ana Carlos Entrepertes e Maria de Jesus Lima, que vieram da Bahia. Em relação a estas duas operárias, não nos foi possível a identificação do município de origem.

²³¹ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 40-41.

Mapa 4: Localidades de origem da mão de obra contratada pela Fábrica de Tecidos do Biribiri (1920-1950)

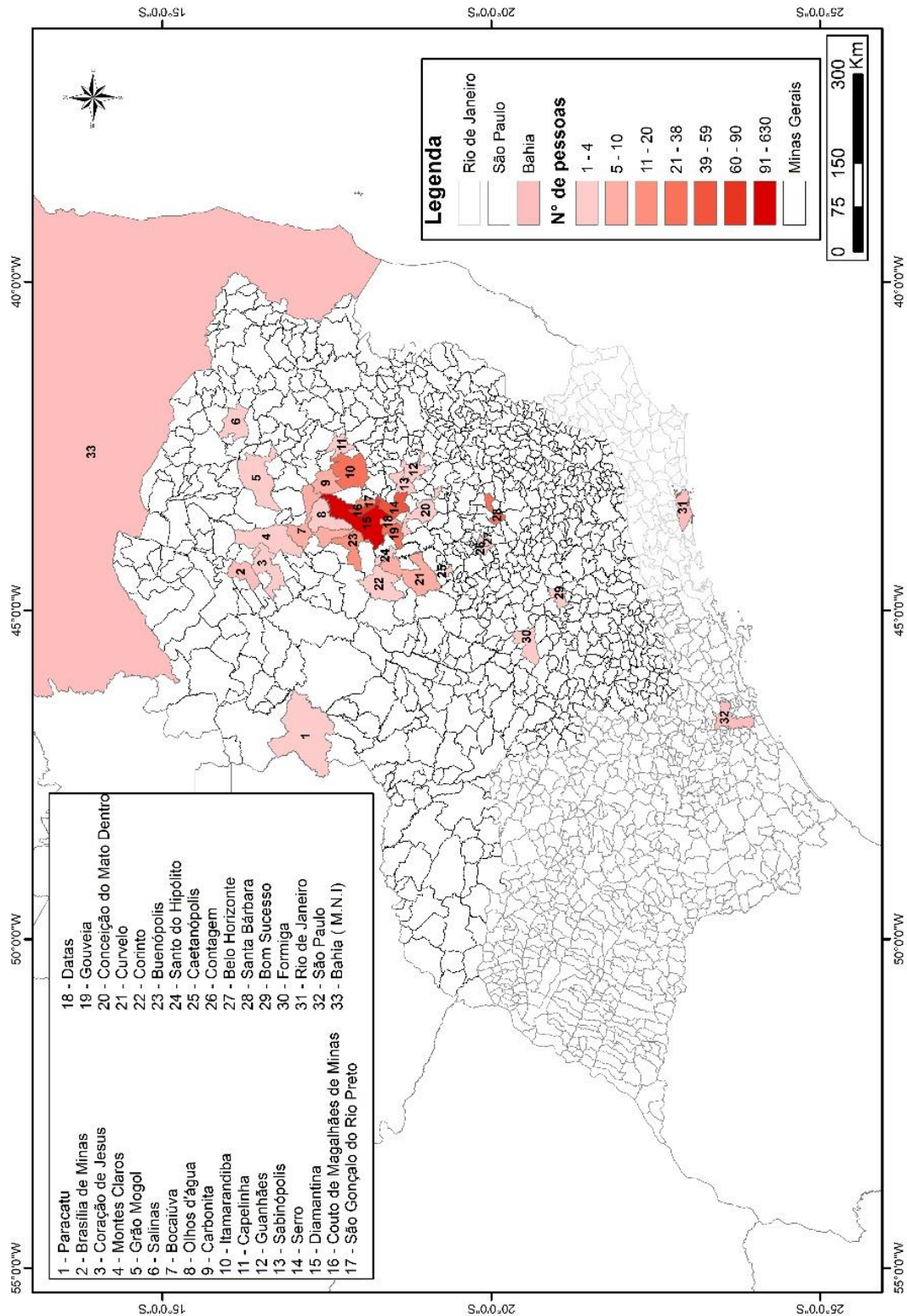


Figura 19. Localidades de origem da mão de obra contratada pela Fábrica de Tecidos do Biribiri (1920-1950).
Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959). Projeto executado pelo Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros/ Unimontes, 2018.

Os distritos de Diamantina que mais forneceram mão de obra foram: São João da Chapada (143); Pinheiro (60); Mendanha (47); Sopa (40); Inhaí (25); Extração – hoje, Curralinho (31). Os demais distritos, tais como Guinda, Conselheiro Mata, Desembargador Otoni, entre outros, somavam 93. Além destes, havia ainda trabalhadores(as) que nasceram na cidade de Diamantina (108) e na própria vila operária do Biribiri (82).

Cidades localizadas no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas também forneceram parte desta mão de obra. Da localidade de Santa Bárbara, lugar onde também funcionava uma indústria têxtil, vieram 20 operários(as) (15 mulheres e cinco homens).

Quadro 4
Operários(as) que vieram de Santa Bárbara

	Trabalhador/a	Idade	Ano de Admissão	Cargo	Sexo
1.	Alaíde Buitrago	19	26/04/1939	Fiandeira	Feminino
2.	Benvindo Batalha	47	26/10/1926	Abridor de Algodão	Masculino
3.	Bernadina de Oliveira	13	11/04/1932	Tecelã	Feminino
4.	Carmelita Gonçalves Primo	23	21/05/1932	Tecelã	Feminino
5.	Geraldo Saraiva	23	13/11/1933	Abridor de Algodão	Masculino
7.	Hamilton de Paula	14	02/01/1936	Medidor de Panos	Masculino
8.	João Antônio Ribeiro	26	03/09/1935	Cardador	Masculino
9.	João Benedito Lemos	32	01/05/1923	Fiandeira	Feminino
10.	José Lucas Batalha	14	06/05/1936	Carregador de linha	Masculino
11.	Juracy de Paula	18	09/11/1936	Tecelã	Feminino
12.	Maria Carmelita Lemos	28	01/05/1923	Tecelã	Feminino
13.	Maria da Conceição de Paula	18	29/03/1943	Fiandeira	Feminino
14.	Maria das Dores Buitrago	33	02/03/1953	Tecelã	Feminino
15.	Maria do Amparo de Paula	29	22/06/1937	Tecelã	Feminino
16.	Maria do Carmo de Paula	26	02/05/1927	Tecelã	Feminino
17.	Maria José de Paula	16	02/05/1927	Tecelã	Feminino
18.	Maria Nascimento de Jesus	38	16/02/1937	Tecelã	Feminino
19.	Ruth de Paula	20	27/01/1932	Tecelã	Feminino
20.	Sebastiana Gonçalves Primo	21	07/09/1931	Tecelã	Feminino

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Identificamos no quadro acima, diversos grupos familiares. Alaíde e Maria das Dores eram irmãs, filhas do casal Sabino Buitrago e “dona”²³² Arminda de Lima. Benvindo Batalha e José Lucas eram, respectivamente, pai e filho. As irmãs Carmelita e Sebastiana eram filhas do casal Pedro Gonçalves Primo e “dona” Aleixina Brigida. E os seis irmãos: Hamilton, Juracy, Maria do Amparo, Maria do Carmo e Maria José eram filhos do casal José de Paula e “dona” Maria Augusta de Paula ²³³.

A presença de operários(as) pertencentes a um mesmo grupo familiar ocorreu com frequência na Fábrica de Tecidos do Biribiri. Identificamos 198 famílias que tiveram entre 2 e 7 filhos que trabalhavam nesta fábrica. Francisco Marcolino Moraes, por exemplo, natural do Biribiri, foi contratado como mecânico no ano de 1923. Ele era casado com a “dona” Maria Conceição Brant, com a qual teve seis filhos: David, Edson, Expedito, Maria Auxiliadora, Maria Bernarda e Maria José. Os homens ocupavam funções de auxiliares de ferreiro e as mulheres eram fiandeiras e tecelãs²³⁴. Com exceção da mãe, toda a família “Moraes” estava empregada na fábrica.

Pedro Robim de Salles e “dona” Maria Augusta da Cunha Salles, moradores da cidade de Gouveia, tiveram cinco filhos que também trabalharam na fábrica: Aurea do Espírito Santo, Maria Coralia, Maria de Jesus, Pedro Junior e Germe. O filho caçula do casal, Germe, nasceu em Biribiri. Aurea, a irmã mais velha, foi a primeira a entrar para o quadro de funcionários, em abril de 1935. Na fábrica, ela trabalhou na função de Auxiliar de Escritório, por 21 anos. Suas irmãs atuaram nas funções de fiandeiras e seus irmãos foram serventes. Aurea era uma funcionária de confiança da gerência e também a responsável pelo registro das fichas de cadastro dos funcionários. Nos processos de demissões, ela testemunhava a favor da fábrica, afirmando que a mesma havia cumprido com todos os direitos trabalhistas²³⁵.

Além dos oito integrantes da família Moraes que nasceram na Vila Operária do Biribiri, conseguimos identificar mais 74 pessoas que também nasceram lá, somando-se assim um total de 82 pessoas. Ao que tudo indica, tratavam-se de famílias cujos membros compunham parte da mão de obra contratada pela fábrica.

²³² Expressão usada em todas as fichas de registro para especificar que mãe seria “dona de casa”. Conforme Maria Valéria Junho Pena, a dona de casa é uma representação social feminina cuja maior parte das mulheres adultas desempenham no espaço doméstico. Essa representação considera que funções como lavar, costurar, bordar, cozinhar etc, são serviços que devem ser executados apenas por mulheres. PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Paz e Terra, 1981, p. 29.

²³³ APE-S/A. *Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri*. 01/02/1964.

²³⁴ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²³⁵ *Idem*.

Quadro 5
Quantidade de operários(as) nascidos(as) em Biribiri 1897-1898

Período	Mulheres	Homens
1897 -1898	3	3
1901 -1909	6	1
1910 -1920	12	9
1921-1930	13	11
1930 - 1940	9	9
1940 - 1945	6	-
Total	49	33

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

De acordo com Domingos Giroletti, na Companhia Cedro Cachoeira, os gerentes também optavam por famílias extensas por diversas vantagens.

Primeira, ocupava menos casas e fornecia mão de obra. Segunda, a renda familiar ampliada pelo salário de vários membros, garantia um melhor nível de sobrevivência e reprodução à família, porque o ordenado pago era baixo. Terceira, a gerência poderia contar com o empenho e o poder dos pais no sentido de estimular ou mesmo submeter os filhos ao trabalho fabril, porque a contribuição salarial de cada um era vital para sobrevivência de todos, ou para cumprir compromissos pessoais assumidos com as gerências²³⁶.

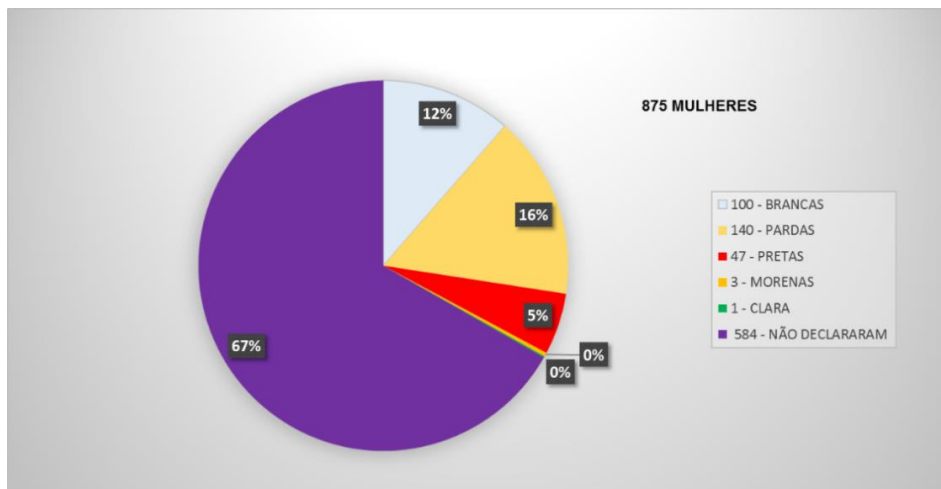
A Fábrica do Biribiri seguia esses mesmos critérios ao contratar famílias extensas. Assim, o discurso filantrópico que permeou o imaginário local, afirmando que a fábrica gerava emprego e renda para os “pobres” da região, como um ato de benevolência e caridade, revelava-se, cada vez mais, seu viés capitalista. A contratação de mão de obra fundamentava-se na eficiência e na racionalidade econômica, pela busca do lucro e pela perspectiva de formar uma rede de colaboradores entre os grupos familiares. Assim, os “pobres” foram beneficiados com o emprego fabril, mas a fábrica também se beneficiou com o lucro obtido com o trabalho deles.

As fichas de cadastro traziam um espaço específico para que os(as) operários(as) declarassem a cor da pele. Entre as 875 mulheres, 67% não declararam sua cor; 12% se

²³⁶ GIROLETTI, Domingos (1991). Op., cit. p. 78.

declararam brancas; 16%, pardas e 5%, pretas. Três delas se declararam morenas, e uma informou ter a cor clara, conforme informa o **gráfico 3**.

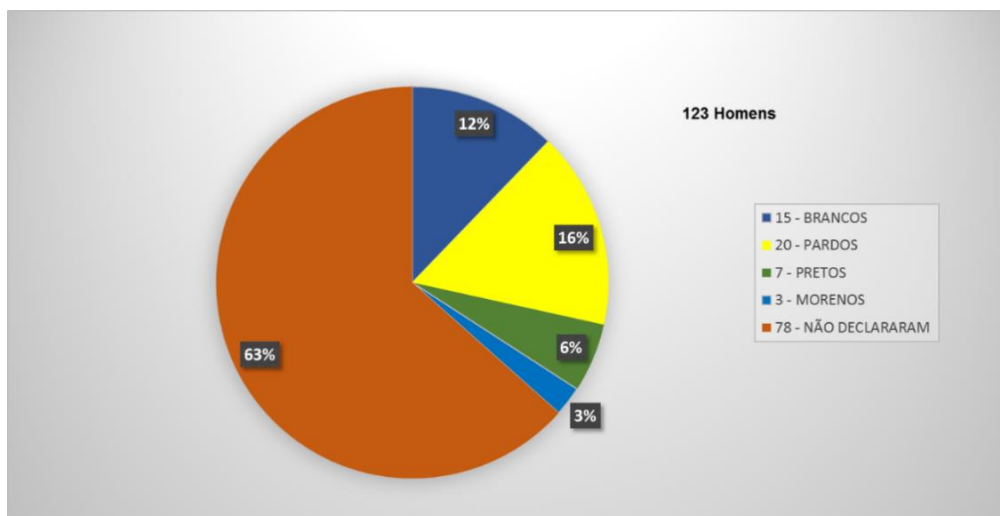
Gráfico 3
Declaração da cor da pele da mão de obra feminina



Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Entre os homens, 63% não informaram a cor da pele; 12% se declararam brancos; 16%, pardos; 7%, pretos e três informaram ser morenos, conforme mostra o **gráfico 4**.

Gráfico 4
Declaração da cor da pele da mão de obra masculina



Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Esses percentuais oferecem uma dimensão de como as pessoas declaravam as cores de suas peles, especificamente nas fichas averiguadas na Fábrica do Biribiri. Pode-se afirmar que a maioria da mão de obra declarada tinha cor parda ou preta.

Enfim, ao comparar o perfil social da mão de obra contratada durante as décadas de 1920 e 1950, com a mão de obra dos tempos de Dom João, observamos semelhanças e diferenças. Semelhanças no que se refere à situação da pobreza, da origem étnica e a forma como as operárias eram abrigadas no Convento. Diferenças quanto às “órfãs-operárias” não aparecem nas fichas de cadastro. Praticamente todas as operárias tinham famílias. O discurso benevolente de gerar emprego e renda também não é perceptível. Todavia, a moral e o controle permanecem. Àqueles(as) operários(as) que não se adaptassem às regras da empresa ou não atingissem as metas de produções, eram dispensados(as)²³⁷. As mulheres eram submetidas a um controle rígido dentro e fora da fábrica como mostraremos nos próximos capítulos.

²³⁷ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

CAPÍTULO 4
A FAMÍLIA FÁBRICA E OS DIREITOS SOCIAIS: CONSTRUINDO AS BASES DAS
RELAÇÕES DE TRABALHO

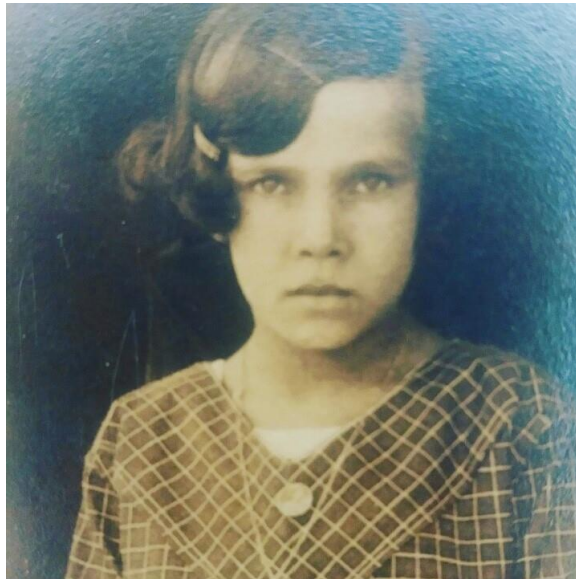


Figura 20. Foto da carteira profissional da operária Regina do Espírito Santo (1933).
Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1920 -1959).

4.1. A “família fábrica”

Em 1891, a Encíclica Romana *Rerum Novarum*, no capítulo “Sobre os deveres e direitos do operariado e do patronato”, estabelecia que:

Entre estes deveres, eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas. Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristão. [...]. Mas, entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vista a considerar²³⁸.

As relações de trabalho da Fábrica de Tecidos do Biribiri se formaram com base nesses preceitos. Isto possibilitou o desenvolvimento de um conjunto de relações sociais ancoradas na troca de proteção por dependência. Ao analisar o patronato no Brasil, no início do século XX, Angela de Castro Gomes observa que as relações entre empregador e empregados se aproximaram do entendimento da “fábrica como uma grande casa de família”, cujos problemas dependeriam do seu comando e orientação, sendo este seu dever em relação àqueles que lhe prestam obediência. No entanto, tais relações não permitiram o desenvolvimento da autossuficiência do trabalhador²³⁹.

A mesma compreensão nos apresenta Palmira Petratti Teixeira, ao afirmar que as relações estabelecidas no espaço da fábrica e das vilas operárias se traduziam em espaços estratégicos para os patrões fazerem concessões em forma de “beneficência patronal, como os abonos, as festas, os prêmios, etc., disseminando entre o operariado a ideia de que ele e o patrão pertenciam a uma “grande família”²⁴⁰.

A Fábrica de Tecidos do Biribiri não seria diferente. Os patrões permitiam festas, ainda que religiosas, oferecendo abonos e incentivos aos operários(as) que superassem a

²³⁸ CARTA ENCÍCLICA DE LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários. 15 de maio de 1891. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/.../hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso 01/01/2017, p. 31.

²³⁹ Todas as aspas citam GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho*: Política e legislação social no Brasil (1917-1937). 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 59.

²⁴⁰ TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho*: trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 74.

produção e tivessem bom comportamento. Alaíde Buitrago²⁴¹, por exemplo, foi uma operária que ingressou na fábrica em abril de 1938, trabalhando ali, ora na função de fiandeira, ora na função de tecelã. Entre agosto e novembro de 1961, ela recebeu dois abonos: um no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) e outro no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros). Ambos os valores seriam referentes ao terceiro lugar que ela obteve no “Prêmio da Tecelagem”. Alaíde era solteira, tinha bom comportamento e trabalhou na fábrica até maio de 1969, quando se aposentou²⁴². Ela era uma operária experiente, o que justifica sua boa produção. Esse abono representava o reconhecimento do patrão do seu desempenho, ao mesmo tempo em que servia de incentivo para que outras operárias seguissem o exemplo da colega.

A concepção da fábrica como uma grande família pode ser observada na **figura 21** a seguir:



Figura 21. Foto da Fábrica do Biribiri e seus(suas) operários(as) (meados de 1930).
Fonte: Arquivo pessoal de Raimundo Geraldo de Souza (Vulgo - Raimundo Sem .Braço)

²⁴¹ Ver foto no ANEXO II – Operárias do Biribiri fotografadas por Assis Horta (1943).

²⁴² APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

A grafia abaixo da foto descreve o seguinte: “Fábrica de Fiação e Tecidos do Biribiri e seus operários”. Mas, a imagem mostra claramente que a maioria dos(as) operários(as) eram mulheres. A frente da imagem pode-se observar um homem de terno branco que, provavelmente era um dos donos da fábrica (pertencente à família Duarte). A distribuição das pessoas, no enquadramento da foto, dá indícios de que todos(as) faziam parte da família e, por isso, deveriam ser retratados(as)²⁴³. A representação na foto relembra a fotografia de Dona Mariana, do Bispo Dom João, dos familiares dos operários da fábrica, no ano de 1877²⁴⁴.

O armazém da Vila do Biribiri, de propriedade dos donos da fábrica, também funcionou como um instrumento estratégico para estreitar os laços de confiança entre patronato e operariado, pois ofereceu a oportunidade de comprar “fiado”, ou seja, com anotações dos débitos em cadernetas.

Quadro 6
Fornecimentos do Armazém da Vila Operária do Biribiri (1934)

Data	Totais de “notinhas” de consumos realizados pelos operários	Totais de consumos da cozinha geral dos operários
31/01	5:373\$920	3:336\$840
28/02	3:336\$840	2:899\$420
31/03	7:767\$080	3:057\$840
30/04	4:697\$080	3:606\$330
30/05	5:218\$800	3:876\$570
30/06	4:790\$400	3:932\$010
30/07	5:218\$150	3:907\$940
30/08	5:236\$150	3:747\$870

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri*. Caderno de Débito e Crédito do Armazém. 1934.

A operária Maria da Conceição Assis, por exemplo, se recorda de ter recebido salário, somente no início do seu trabalho na fábrica em 1955. Depois disso, o que ela produzia ficava para pagar as dívidas contraídas no armazém.

Quando eu entrei na fábrica, eu trabalhei 13 dias de um quarto de horas, era assim que eles falavam, eu ganhei nessa época trezentos e trinta cruzeiros. Menina! Isso para mim foi um tanto de dinheiro, eu nunca tinha trabalhado e

²⁴³ De acordo com Dayse Lúcida Santos, a fotografia mostra “indícios, sinais do mundo passado que são testemunho e modos de representação de dada sociedade”. E, para analisar a fotografia, sobretudo de famílias, deve-se considerar o teatro construído para o momento observando os papéis sociais. In: SANTOS, Dayse Lúcida (2015). Op., cit., p. 80.

²⁴⁴ Ver Figura 12.

nunca havia comprado nada no armazém. Daí para diante eu comecei a gastar, minha mãe ia lá e pegava mantimentos na minha conta e, a nossa notinha já era descontada na folha de pagamento aí eu comecei a receber zero... zero... zero. Eu sempre estava devendo²⁴⁵.

A carência de algumas famílias, a facilidade de crédito e as dificuldades que muitos(as) operários(as) teriam de se deslocar até a cidade Diamantina²⁴⁶ justificam o endividamento. Consequentemente, o armazém contribuía para aumentar os laços de dependência do operariado.

Maria da Conceição Assis ainda nos contou que, durante o tempo em que ela trabalhou na fábrica, morou no Convento e recebia o seu salário descontado, o equivalente a CR\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), referente a taxa de habitação e alimentação²⁴⁷. Isto explica os consumos fornecidos para a cozinha geral dos operários discriminados no **quadro 6**. Desse modo, o armazém classificava dois tipos de despesas para os(as) operários(as): uma direta – quando o(a) próprio(a) operário(a) fazia a dívida; e outra indireta – as despesas geradas com as alimentações dos(as) operários(as) no refeitório da fábrica.

Conforme Maria da Conceição Assis, “no armazém tinha de tudo: doces, tecidos, roupas de cama, toucinho, máquina de costurar e utensílios para casa”. Assim compreendemos que o armazém não fornecia apenas comida, ele também seria o meio de comércio diversificado e veloz para aqueles(as) operários(as). E desse modo, o patronato tecia as relações de confiança com seus operários, formando a “grande família do Biribiri”.

4.2. Direitos Sociais

O Brasil trilhou um longo caminho para garantir proteção social ao trabalhador. A “Constituição de 1891, por exemplo, não dispunha de nenhum artigo que versasse sobre as questões de trabalho, assegurando apenas o livre exercício de qualquer profissão e garantindo a inviolabilidade dos direitos de propriedade”. E o Código Civil tratou somente do “conjunto das relações entre trabalhadores e patrões, sob o título de ‘locação de serviços’”. Foi apenas

²⁴⁵ Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018.

²⁴⁶ Para um(a) operário(a) deixar a vila era necessária a autorização dos empregadores. Além disso, havia a questão da distância entre a vila operária e a cidade. In: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²⁴⁷ Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018.

com a Emenda Constitucional de 1926, que o Congresso se debruçou responsabilmente na tarefa de legislar sobre o trabalho²⁴⁸.

Os “direitos das mulheres e o trabalho infantil” foram pautas de intensos debates no Congresso Nacional. Segundo Gláucia Fraccaro:

Foram cinco os projetos de lei apresentados pelo deputado Maurício de Lacerda, ainda em julho de 1917, três dos quais abordavam o trabalho de mulheres e crianças: o Projeto n. 125, de 16/07/1917, sobre o trabalho feminino, o Projeto n. 135, de 24/07/1917, sobre criação de creches em estabelecimentos industriais e o Projeto n. 137, de 18/07/1917, sobre a criação de contratos de aprendizagem. Até 1920, todos foram discutidos pela Comissão de Legislação Social, formada em 1918, e o tema das mulheres que trabalhavam passou a ser tratado pelo deputado João Pernetta. Mais tarde, as medidas propostas por Maurício de Lacerda seriam discutidas a partir do escopo do Projeto n. 284, que ficou conhecido como Código do Trabalho e reunia as proposições sobre o tema. As emendas propostas por Maurício de Lacerda ao texto elaborado por João Pernetta envolviam a redução da jornada de trabalho das mulheres para seis horas diárias, proibição delas no trabalho noturno e em atividades pesadas, insalubres e que fossem “ofensiv[as] ao pudor ou contra moral”²⁴⁹.

Os parlamentares debatiam essas emendas denominando-as de “pensamento protetor” de Lacerda. Os “debates se seguiram com o objetivo de melhorar a situação da classe trabalhadora diante das péssimas condições de trabalho e ausência de direitos, principalmente na indústria”²⁵⁰.

Ao se reportar sobre as lutas sociais que ocorreram durante o processo de industrialização brasileira, Maria Valéria Juno Pena explica que, em alguns casos, a participação das mulheres nos movimentos de greves foi direta, sobretudo durante a Primeira República, movimentando-se contra o aumento do custo de vida. Porém, a natureza desses movimentos foi definida, na maioria das vezes, por meio da identidade com as funções familiares. Assim,

a regulamentação do seu trabalho – e mesmo sua extinção – foi demandada e constituiu uma das alavancas das lutas trabalhadoras até 1930: um papel específico na família lhe foi desenhado e um tipo próprio de personalidade lhe foi forjado. Em outras palavras, a política operária elaborou uma linguagem e um discurso sobre a mulher, dos quais emergiram demandas específicas sobre qual deveria ser sua posição no mundo do trabalho

²⁴⁸ Todas as aspas citam GOMES, Angela de Castro (2014). Op., cit., p. 75.

²⁴⁹ FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: organização e legislação trabalhista no entre guerras brasileiro (1917-1937)*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado, orientador Fernando Teixeira da Silva, 2016, p. 83.

²⁵⁰ FRACCARO, Gláucia (2016). Op., cit., p. 83.

coletivo. E, o que é mais importante, frequentemente tais demandas foram absorvidas e legitimadas pelo Estado através de sua legislação do trabalho²⁵¹.

Neste contexto, os legisladores dos direitos sociais depreendiam que a posição da mulher no mundo do trabalho não poderia colocar em risco o seu papel social, e que ela deveria desempenhar seu papel no seio familiar²⁵². Essa concepção, de certo modo, explica os motivos pelos quais os administradores da Fábrica do Biribiri optavam por trabalhadoras solteiras²⁵³.

Até a década de 1930 as principais leis sociais já existentes no Brasil eram: a lei de acidentes de trabalho²⁵⁴, a lei de férias²⁵⁵ e o código de menores²⁵⁶. As relações de trabalho na Fábrica do Biribiri passariam a ser, também, pautadas por essas leis²⁵⁷. À medida em que a legislação vai se instituindo, as fichas de cadastro dos recursos humanos são preenchidas com maiores detalhes sobre a vida dos(as) trabalhadores (as), como, por exemplo, o informativo de beneficiários.

Quadro 7
Informativo dos beneficiários dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica do Biribiri

Beneficiários	Operárias	Operários	Total
Sua pessoa	162	10	172
Seus Pais (mãe e pai)	132	26	158
Suas mães	89	7	96
Seus pais (apenas o pai)	10	2	12
Sua Esposa e filhos		18	18
Sua mãe e filhos		1	1
Sua mãe e irmãs	5		5
Quatro filhas		1	1
Sua mãe, irmãos e sobrinhos	1		1
Sua mãe, irmãs e dois filhos	1		1

²⁵¹ PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres e Trabalhadoras – Presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 180.

²⁵² Para Gláucia Fraccaro “o caráter patriarcal da legislação de proteção às mulheres interessava mais aos homens, que pretendiam repeli-las do mercado de trabalho, do que regulavam as relações de trabalho”. In: FRACCARO, Gláucia (2016). Op., cit., p. 150.

²⁵³ Ver Quadro 3 - Relação de Estado Civil dos (as) trabalhadores do Biribiri.

²⁵⁴ BRASIL. *Decreto nº 3724, de 15 de janeiro de 1919*. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho.

²⁵⁵ BRASIL. *Decreto nº 17496, de 30 de outubro de 1926*. Aprova o regulamento para a concessão de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários e outros.

²⁵⁶ BRASIL. *Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923*. Aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes.

²⁵⁷ Entre as 998 fichas de cadastro que analisamos, cerca de 200 trazem no verso ou anexo informativos de férias tiradas pelos/as trabalhadores/as. In: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1920 - 1959).

Beneficiários	Operárias	Operários	Total
Sua mãe, sua esposa e filhos		1	1
Seus(suas) Filhos(as)	4	1	5
Seus irmãos	7		7
Suas irmãs	3		3
Duas irmãs e uma sobrinha	2		2
Suas Avós	4		4
Sua avó e a tia		1	1
Sua irmã e a Filha	1		1
A madrinha	1		1
Sua sobrinha	1		1
Sua tia	1		1
Sua tia e seu pai	1		1
Uma filha solteira e uma filha casada com dois filhos		1	1
Sua irmã Idalina + um sobrinho de nome José órfão de mãe	1		1
Não informaram	449	54	503
Total Geral	875	123	998

APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Essa fonte indica que o operário ou operária, ao ser cadastrado na fábrica, informava quem seria seu beneficiário. Um ponto curioso refere-se ao fato de que 162 mulheres e 10 homens informaram à fábrica que seus beneficiários seriam sua própria pessoa. Isto nos levou ao questionamento relativo aos acidentes com morte. Nesses casos, quem deveria receber a indenização daquele(a) trabalhador(a)?

Os pais, juntamente com as mães, somavam o total de 158 beneficiários, seguidos das 96 mães (isoladas). Esposa e filhos somavam 18 e, os pais (isolados), 12. Existiam também aqueles(as) operários(as) que indicavam seus beneficiários em detalhes, tipo “mães, irmãos e sobrinhos” ou, ainda, a quantidade exata de filhos(as). Entre eles se destacam: o chefe de fição José Eugênio Saraiva, que ingressou na fábrica em agosto de 1927 e informou que suas beneficiárias seriam as suas quatro filhas; o carpinteiro Antônio Brant de Meneses, viúvo, que foi admitido em agosto de 1921 e informou que seus(suas) beneficiários(as) seriam “uma filha solteira e uma filha casada com dois filhos”; e ainda a tecelã Maria Augusta de Moraes, admitida também em agosto de 1921, que informou que os seus beneficiários seriam a “irmã de nome Idalina e um sobrinho de nome José que seria órfão de mãe”²⁵⁸.

Esses detalhes indicam que esses(as) trabalhadores(as) se posicionavam como os principais provedores de suas famílias. Em caso de ausência, era preciso assegurar que os benefícios, aos quais eles teriam direito, deveriam chegar às pessoas certas. Os(as) 503

²⁵⁸ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

operários(as) que não informaram seus beneficiários foram contratados entre o período de 1940 a 1950²⁵⁹.

A Carteira Profissional foi instituída em 1932 e o texto dessa lei assegurou que “para os efeitos legais, em falta de outras declarações, seriam consideradas beneficiárias do portador de carteira profissional as pessoas mencionadas na referida carteira, independentemente de outras provas”²⁶⁰. A Consolidação das Leis do Trabalho- CLT de 1943 confirmou essa lei, transformando a carteira profissional num instrumento comprobatório na falta de declaração de beneficiários²⁶¹. Assim, compreendemos que a ausência da indicação dos beneficiários nas 503 fichas teria ocorrido por dois motivos: ausência da declaração do trabalhador ou a constatação do fato já evidente nas respectivas carteiras profissionais.

O Decreto 21.175 ainda determinou que, se o(a) trabalhador(a) quando no ato de tirar a carteira profissional, não souber ou não puder assinar, “seria exigida a presença de três testemunhas, uma das quais assinará pelo declarante e a seu rogo”²⁶². Isto explica porque entre as 998 fichas de cadastro de operários(as) encontramos 53 que tiveram suas fichas assinadas por outras pessoas (a rogo); 89 assinaram com o dedo polegar (digital), 735 assinaram por extenso e 121 fichas estavam sem assinatura (em branco).

Quadro 8 **Classificação da Assinatura dos(as) operários(as)**

Tipos de assinaturas	Mulheres	Homens	Total
“À rogo de”	51	2	53
“Digital”	82	7	89
“Por extenso”	642	93	735
“Em branco”	100	21	121
Total Geral	875	123	998

APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

O Decreto nº 21.175 ainda determinou que as carteiras profissionais deveriam conter a respeito do portador:

1º, fotografia, com a menção da data em que tiver sido tirada; 2º, número, série e data da carteira; 3º, características físicas e impressões digitais; 4º, nome, filiação, data e lugar do nascimento, estado civil, profissão, residência, assinatura e grau de instrução; 5º, nome, espécie e localização dos estabelecimentos ou empresas em que exercer a profissão, ou a tiver

²⁵⁹ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²⁶⁰ BRASIL. *Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932*. Institui a carteira profissional.

²⁶¹ BRASIL, *Decreto Nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

²⁶² BRASIL. *Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932*. Institui a carteira profissional.

sucessivamente exercido, com a discriminação da natureza dos serviços, salário, data de admissão e saída; 6º, nome do sindicato a que esteja associado²⁶³.

A CLT de 1943 confirmou essas exigências, mas aumentou a idade do portador para 18 anos, acrescentando mais dois itens: “7º situação do portador da carteira em face do serviço militar e 9º discriminação dos documentos apresentados”²⁶⁴.

Para identificarmos como os(as) trabalhadores(as) da Fábrica do Biribiri aderiram a essas novas normas, tomamos como referência os números de séries das carteiras profissionais inseridos nas fichas de cadastro. Constatamos que, entre os 131 contratos realizados no período entre setembro de 1918 a janeiro de 1932, 29 mulheres e 10 homens tinham os números de séries informados nas suas respectivas fichas. Entre os 291 no período de fevereiro de 1932 a abril de 1943, apenas nas fichas de 93 mulheres e 10 homens constavam os números de séries. De maio de 1943 a janeiro de 1959, nos 572 contratos de trabalhadores(as), somente as fichas de 216 mulheres e 38 homens informaram os números de séries das carteiras²⁶⁵.

Quadro 9

As Carteiras de Trabalho e os(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Tecidos do Biribiri

Períodos de admissões (mês e ano)	Fichas com nº de série (Mulheres)	Fichas com nº de série (Homens)	Fichas sem nº de série (Mulheres)	Fichas sem nº de série (Homens)	Total
09/1918 – 01/1932	29	10	77	15	131
02/1932 – 04/1943	93	10	160	28	291
05/1943 – 01/1959	216	38	297	21	572
Não constam períodos	-	-	3	1	4
Total	338	58	537	65	998
Total Geral	396		602		

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

O primeiro período (09/1918 – 01/1932) assinala o momento em que os irmãos Algemiro Pompoloni Duarte e João Gerundino Duarte adquiriram a fábrica e implantaram diversas novas estratégias para melhorar a produção²⁶⁶, especialmente inerente à contratação de funcionários(as). Entre os 39 operários(as) contratados(as) que tinham números de séries informados nas fichas, verificamos que 28 deles saíram da fábrica no período entre 1937 e

²⁶³ BRASIL. *Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932*. Institui a carteira profissional.

²⁶⁴ BRASIL. *Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

²⁶⁵ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²⁶⁶ Ver: Tabela 2 – Ativo e passivo da Fábrica de Tecidos do Biribiri.

1964²⁶⁷. Isto indica que essas pessoas adquiriram suas carteiras profissionais após a instituição do Decreto 21.175²⁶⁸.

O segundo período (02/1932 – 04/1943) é composto pelo grupo de trabalhadores(as) que ingressaram na fábrica entre a criação da carteira profissional (1932)²⁶⁹ e antes da criação da CLT (1943)²⁷⁰. Embora apenas 103 pessoas possuíssem números de séries das suas carteiras profissionais inseridos em suas fichas, notamos que entre os 291 trabalhadores(as), 204 possuíam fotografias 3/4 nas suas fichas²⁷¹. A foto era uma exigência do Decreto 21.175 para o(a) trabalhador(a) adquirir a sua carteira profissional²⁷². Assim, essas 204 fichas com fotos indicam que o número de trabalhadores(as) que possuíam carteiras profissionais poderia ser maior ao que foi informado nas fichas.

No terceiro período (05/1943 – 01/1959) encontram-se as pessoas que foram contratadas após a implantação da CLT. Neste período, 318 trabalhadores(as) não informaram os respectivos números de séries. Ao fazermos o levantamento das fichas que apresentavam fotografias, verificamos que entre os 572 trabalhadores(as) contratados(as) nesse período, 296 não possuíam fotos nas suas fichas. Além desse fator, 221 trabalhadores(as) eram menores de 18 anos e, conforme a CLT, não seriam obrigados a possuir carteiras profissionais.

Art. 17. As declarações do interessado ou, no caso de menores que não estejam obrigados à carteira própria, dos seus pais ou tutores, deverão ser apoiadas em documentos idôneos ou confirmados por duas testemunhas já portadoras de carteiras profissionais, que assinarão com o declarante, mencionando o número e a série das respectivas carteiras²⁷³.

Em 1943, o gerente da Fábrica do Biribiri contratou o fotógrafo Assis Horta²⁷⁴ para fazer os retratos de 300 operários(as), para as carteiras profissionais²⁷⁵. “Biribiri lhe consumiu cerca de quatro dias de trabalho e abriu as portas de outras fábricas têxteis, como a

²⁶⁷ ANEXO I: Quadro 10: Relação de trabalhadores contratados entre o período de 09/1918 a 01/1932 que tinham carteiras profissionais.

²⁶⁸ BRASIL. *Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932*. Institui a carteira de trabalho.

²⁶⁹ *Idem*.

²⁷⁰ BRASIL, Decreto Nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

²⁷¹ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²⁷² BRASIL. *Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932*. Institui a carteira de trabalho.

²⁷³ BRASIL, Decreto Nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

²⁷⁴ Assis Horta, nasceu em 1918, foi um importante fotógrafo de Diamantina, trabalhou para o SPPHAN. Seu trabalho foi visto, em uma exposição que visitou as cidades Ouro Preto, Belo Horizonte e Brasília, intitulada “Assis Horta: a democratização através do retrato fotográfico através da CLT, organizada por Guilherme Horta. Pode ser observada no sítio: https://issuu.com/studioanta/docs/catalogo_democratizacao, acessado em 14/01/2019.

²⁷⁵ Ver também ANEXO II – Operárias do Biribiri fotografadas por Assis Horta (1943).

Cia. Industrial São Roberto, de mão de obra mista, desejosas de seguir ao pé da letra o decreto getulista”²⁷⁶.



Figura 22. Fotos das operárias do Biribiri (1943).

Fonte: HORTA, Guilherme. Assis Horta: a democratização do Retrato Fotográfico através da CLT. Catálogo digital da Exposição. Ouro Preto: Funarte e Minc, 2012. Disponível em https://issuu.com/studioanta/docs/catalogo_democratizacao, acessado em 14/01/2019.

Entre as seis moças retratadas acima, conseguimos identificar três. Da esquerda acima para direita, a primeira operária é Maria da Conceição Barbosa. Ela era fiandeira e foi admitida em setembro de 1942. A segunda é Maria da Conceição Cruz, também fiandeira. Ela foi admitida em abril de 1937. A quarta é Maria Prisca Rosa, tecelã, admitida em março de 1937. Em relação à terceira, à quinta e à sexta, não conseguimos as identificações, devido ao estado de preservação das fichas²⁷⁷.

Assis Horta começou a fotografar as(os) operárias(os) da Fábrica do Biribiri logo que a CLT entrou em vigor.

²⁷⁶ Assis Horta numa entrevista concedida a Revista Zun em 22/12/2014. In: REVISTA ZUM 7. *O clique único de Assis Horta*. Assis Horta & Dorrit Harazim. Publicado em: 22 de dezembro de 2014. Disponível em < <https://revistazum.com.br/revista-zum-7/o-clique-unico-de-assis-horta/>>. Acesso 14/01/2018.

²⁷⁷ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1920 -1959).

A primeira sessão de retratos em série na fábrica começou exatos 60 dias após a instituição da CLT. Assis Horta iniciava os trabalhos pouco antes do almoço e prosseguia a labuta logo após a pausa da refeição. Procurava interferir o mínimo possível na rotina do estabelecimento. [...]. Para identificar as pessoas, Assis passou a fazer uma pequena anotação numérica no canto inferior de cada plaqueta, complementando a metódica catalogação de seu valioso arquivo profissional. [...]. Para boa parte das trabalhadoras têxteis que se aprumaram, sérias, compenetradas e algumas tensas na cadeira colocada à frente de Assis Horta, a sessão talvez tenha sido intimidante. “As moças se preparavam como podiam”, relembra o retratista. “Trabalhavam bem o cabelo e, embora estivessem no local de trabalho, revelavam esmero para a ocasião.”²⁷⁸.

Magda Barros Biavaschi assegura que, desde a instituição em 1932, a carteira profissional passou a ser considerada “um documento oficial, idôneo, de identificação do trabalhador à sua profissão”. Este documento poderia comprovar as condições contratuais de uma relação de emprego. Dessa maneira, “todos os empregadores passaram a ser obrigados a manter em seus estabelecimentos livros especiais, visando a permitir que os fiscais, em suas visitas periódicas, pudessem vigiar o cumprimento das leis sociais”. Assim, a carteira profissional passou a simbolizar a identidade do trabalhador²⁷⁹.

À medida que a década de 1940 adentrava, os(as) trabalhadores(as) da Fábrica do Biribiri familiarizavam-se gradativamente com a nova legislação trabalhista. Vale ainda ressaltar que a Constituição de 1934 fixou a idade de 14 anos, permitindo “que menores de 12 a 14 anos trabalhassem nos estabelecimentos onde estivessem empregadas pessoas de uma só família”²⁸⁰. Nos gráficos 1 e 2, citados no capítulo 3, vimos que grande parte dos(as) operários(as) da Fábrica do Biribiri eram menores.

As fichas de recursos humanos, após a década de 1940, traziam declarações nos seus versos que explicavam os motivos das ausências daquele(a) trabalhador(a) do quadro de funcionários(os). A fiandeira Odilia de Jesus Pinto, por exemplo, admitida em junho de 1953, declarou sair por vontade própria, fato que se deu em abril de 1954.

Declaro que por minha livre e espontânea vontade nesta data 16 de abril de 1954, me retiro da Fábrica do Biribiri de Irmãos Duarte S/A Têxtil e Comercial, de quem fui empregada até esta data, achando-me paga e satisfeita de todos os meus salários e vencimentos assim como das férias e domingos remunerados a que fiz jus durante o tempo que aí trabalhei. Por

²⁷⁸ Assis Horta numa entrevista concedida a Revista Zun em 22/12/2014. In: REVISTA ZUM 7. *O clique único de Assis Horta*. Assis Horta & Dorrit Harazim. Publicado em: 22 de dezembro de 2014.

²⁷⁹ Todas as aspas citam BIAVASCHI, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Tese de doutorado), orientador Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, Campinas, 2005, p. 207.

²⁸⁰ GOMES, Angela de Castro (2014). Op., cit., p. 273.

ser verdade e para seu documento firmo a presente declaração na presença de duas testemunhas²⁸¹.

Outro exemplo a ser destacado refere-se a Maria do Amparo Patrício, operária admitida em abril de 1955, para trabalhar nas bobinas. Ela foi demitida um mês após seu contrato. No verso da sua ficha estava escrito o seguinte.

“Declaro que estando em período de experiência me retiro da Fábrica do Biribiri de Irmãos Duarte S/A Têxtil e Comercial, de quem fui empregada até a data de 30/05/1955, achando-me paga e satisfeita de todos os vencimentos que fiz jus”²⁸².

As fontes indicam que esses textos foram redigidos pelo profissional responsável pelo cadastro dos(as) trabalhadores(as) da fábrica e que as trabalhadoras apenas os assinaram²⁸³.

A CLT assegurou o direito de indenização a todo trabalhador, por parte do empregador, quando rescindido o contrato, desde que o(a) empregado(a) demitido(a) não tivesse contribuído para o fim das relações de trabalho²⁸⁴. Porém, a mesma lei determinava que o primeiro ano de duração do contrato por prazo indeterminado era considerado como período de experiência, e, antes que se completasse, nenhuma indenização seria devida²⁸⁵. Em ambas as declarações acima, as operárias demitidas não haviam completado um ano, por isso, elas não teriam direito a indenizações.

O profissional responsável pelo cadastro dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica do Biribiri também registrava os casos de abandono do emprego:

Tendo a operária Sebastiana de Lourdes Nascimento abandonado o seu cargo em 1º de janeiro, sem nenhuma comunicação à gerência, fica de acordo com a letra “I” do artigo 482 da CLT, desligada do quadro de operários da firma. Biribiri, 24/02/1956²⁸⁶.

Conforme a CLT, no seu artigo 482,

Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador: a) ato de improbidade; b) incontinência de conduta ou mau procedimento; c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador e quando constituir ato de concorrência à empresa

²⁸¹ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²⁸² *Idem*.

²⁸³ *Idem*.

²⁸⁴ “É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa”. In: BRASIL. *Decreto-Lei N° 5.452, de 1º de maio de 1943*. Artigo 477.

²⁸⁵ BRASIL. *Decreto-Lei N° 5.452, de 1º de maio de 1943*. Artigo 477.

²⁸⁶ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço; d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena; e) desídia no desempenho das respectivas funções; f) embriaguez habitual ou em serviço; g) violação de segredo da empresa; h) ato de indisciplina ou de insubordinação; i) abandono de emprego; j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; k) ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; l) prática constante de jogos de azar²⁸⁷.

Embora esse artigo determinasse que os atos de indisciplina ou de insubordinação seriam justa causa para rescisão contratual do trabalhador, observamos que, na Fábrica do Biribiri, estes casos, na maioria das vezes, eram tratados apenas com suspensões. A trabalhadora Maria Isaura, por exemplo, foi suspensa por cinco dias no ano de 1959, por “faltar com o respeito no refeitório, para com as companheiras e o gerente que lhe chamou à atenção”. Sua colega Maria Júlia foi suspensa por cinco dias, naquele mesmo ano, por “brigar com as companheiras em horário e local de serviço”²⁸⁸. A maioria dos casos de suspensão teriam como motivos as indisciplinas cometidas no refeitório, no pátio da fábrica ou na vila operária, conforme comprovam as fontes a seguir:

No dia 17 de maio de 1957, às 11h40, foi suspenso o operário Raimundo Amável Soares, pelo prazo de três dias, a partir desta data, por motivo de estar o mesmo **debruçado pelo sobre a janela da tecelagem, deixando de cumprir suas obrigações...** (maio, 1957).

[...]

Senhorita Ana Tomé, de acordo com o vosso **mal procedimento** no cumprimento de suas obrigações, trabalhando com **má vontade, desrespeitando** sua superior, deixando e **abandonando serviços de sua responsabilidade** ficará suspensa por 5 dias. Pedimos que a senhorita tome respeito às suas obrigações, pois caso contrário iremos tomar medidas mais enérgicas (julho de 1959).

[...]

Senhorita Auta Conceição Primo, levamos ao conhecimento de V.S.a que estais suspensa por dois dias a contar desta data por ter sido encontrada **fora da sua sessão, em conversa com companheiras** (maio de 1959)²⁸⁹.

Essas suspensões, além de mostrar os conflitos presentes no cotidiano do mundo do trabalho no Biribiri, também demonstram que, mesmo sob vigilância constante, existiam aqueles(as) trabalhadores(as) que burlavam as regras. Uma cena de indisciplina hilária foi narrada por um chefe do setor de fiação no ano de 1957:

²⁸⁷ BRASIL. *Decreto-Lei N° 5.452, de 1° de maio de 1943.*

²⁸⁸ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos.* (1918 -1959).

²⁸⁹ *Idem.*

Senhor gerente, comunico-lhe que foi necessário suspender dos serviços durante as 4:00 horas de hoje e o dia de amanhã, a operária Maria Madalena Brant, por motivo de ter largado a sua máquina, para se assentar em cima de um carrinho de transportar linha convidando a sua colega Welza para empurrá-la e a mesma aceitou, elas saíram brincando chamando a atenção de todas as suas colegas. Este fato foi por mim presenciado, que resolvi tomar esta atitude, e que espero vossa aprovação²⁹⁰.

A cena cômica protagonizada por essas duas operárias chamou a atenção de todos os presentes, causando distrações no ambiente de trabalho. As distrações nesses ambientes, além de causar prejuízos na produção, poderiam causar acidentes. Por isso, não eram permitidas. Maria Conceição de Assis, por exemplo, sofreu um acidente ao fazer a limpeza da sua máquina de fiar. Segundo a (ex) operária:

Cada operária ficava responsável por limpar a máquina que trabalhava, a cada 15 dias [...]. Eu perdi meu dedo no filatório onde vem um pavio fino para transformá-lo na linha mais fina [...]. O gerente estava junto na hora e viu tudo. Ele até falou com os donos que tinha sido culpa dele, porque estava conversando comigo no momento porque eu não queria limpar a máquina aquele dia²⁹¹.

Maria Conceição de Assis perdeu o dedo médio da mão esquerda. E, apesar da gravidade do acidente, afirma que esse episódio lhe rendeu uma “coisa boa”, – a máquina de costura, que ela comprou com o dinheiro que recebeu da indenização:

Eu recebi o dinheiro da indenização do meu acidente em 1959 e comprei à vista com o dinheiro que recebi uma máquina de costura no armazém. Eu a tenho até hoje. A máquina custava Cr\$ 950,00 (Novecentos e cinquenta cruzeiros), mas o gerente do armazém disse que se eu fizesse uma calcinha para a filha dele ele me faria Cr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros) e, eu fiz²⁹².

O caso de Maria da Conceição mostra como uma simples distração poderia ser perigosa. As operárias que brincaram com o carrinho de linha poderiam passar de uma cena engraçada a uma trágica, em questão de segundos. Mesmo assim, o chefe da fiação demonstrou ter dúvidas sobre o ocorrido, decidindo-se pelo endosso do seu gerente para o caso - a suspensão da operária Maria Madalena. Quanto a sua parceira de traquinagem, a operária Welza, não encontramos indícios de que ela tenha também sofrido punição²⁹³.

Observamos ainda que a partir da CLT, os(as) operários(as) que desejassem pedir demissões deveriam encaminhar uma carta. Foi assim que fez a copeira Maria do Carmo Lima, contratada em abril de 1949, sendo demitida em julho de 1955:

²⁹⁰ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²⁹¹ Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018.

²⁹² *Idem*.

²⁹³ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

Necessitando desligar-me em 31 do mês vindouro do quadro de operários desta empresa, venho solicitar de vossa senhoria deferir meu pedido de demissão na data supra, de acordo com artigo 487 da CLT. Biribiri, 30 de julho de 1955. Maria do Carmo Lima²⁹⁴.

O artigo 487 da CLT determinava que, não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quisesse rescindir o contrato, deveria avisar à outra da sua resolução com a antecedência mínima de: “I - 3 dias, se o empregado receber, diariamente, o seu salário; II - 8 dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior; III - 30 dias, nos demais casos”. Também determinava como seriam concedidos ou pagos os avisos prévios²⁹⁵.

As fontes indicam que os detalhes sobre os artigos da CLT, citados nas cartas de demissões ou nas declarações de afastamento, eram transmitidos a esses(as) trabalhadores(as) pelo(a) funcionário(a) responsável pelo setor de Recursos Humanos. A auxiliar de escritório Áurea do Espírito Santo Robim²⁹⁶ foi uma dessas funcionárias, atuando nesse setor no período entre 1935 e 1956. Ela foi testemunha em aproximadamente 200 demissões²⁹⁷.

Constatamos que os problemas ligados à disciplina, a partir de 1934, apareciam com maior frequência nos registros dos(as) trabalhadores(as). A tecelã Carolina Pinto da Silva ingressou na fábrica em janeiro de 1923, ali permanecendo até março de 1934, quando foi dispensada “a bem da disciplina”²⁹⁸. Caso semelhante vivenciou a fiandeira Juracy Almeida, admitida em agosto de 1932 e demitida em setembro de 1934, pelos mesmos motivos²⁹⁹. Assim, a disciplina seria um pré-requisito fundamental para garantir estabilidade do(a) trabalhador(a) no emprego.

A instituição dos direitos sociais e da CLT fizeram com o que a direção da Fábrica do Biribiri, assim como também os(as) trabalhadores(as) ali empregados(as), tivessem que se adequar às novas normas em vigor.

²⁹⁴ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²⁹⁵ BRASIL. *Decreto-Lei N° 5.452, de 1° de maio de 1943*.

²⁹⁶ Ela trabalhou nesse setor por 21 anos. In: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²⁹⁷ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

²⁹⁸ *Idem*.

²⁹⁹ *Idem*.

CAPÍTULO 5
A ASSOCIAÇÃO DAS FILHAS DE MARIA DO BIRIBRI: FORMANDO A
IDENTIDADE DA “BOA” OPERÁRIA

Aberta a sessão foi dada a palavra a quem quisesse usar. O reverendíssimo diretor tomou a palavra e, como sempre, fez uma bela prática sobre a ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, convidando as associadas a fazerem parte nesta grande festa e, ensinando o meio para conseguirem, mostrou alguns exemplos das “Santas mulheres”³⁰⁰.

³⁰⁰ APE-S/A. *Ata de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932), p.10.

5.1. Fitas

Em outubro de 1926, 70 operárias da Fábrica de Tecidos do Biribiri se uniram para fundar a “Associação das Filhas de Maria de Santa Inez”, cujo propósito era cultivar a “mãe de Jesus”, imitando-a em suas virtudes. Assim, a celebração da festa de “Cristo Rei”, realizada no dia 31 de outubro daquele ano, marcou também a fundação da referida associação, conforme informa a ata da primeira reunião.

Inscreveram-se 70 moças, sendo as que iriam receber a fita azul visto que já haviam recebido as fitas verde e vermelha para se associarem como Filhas de Maria Imaculada como aspirantes à fita verde, pois que se achavam nas mesmas condições. Acima 18 foram candidatas a fita vermelha, e 30 a fita roxa. [...]. Nas vésperas do referido dia se prepararam as candidatas por meio da confissão; a capela foi ornada no último gosto; no dia 31 pela manhã comungaram, às 8 horas assistiram à missa cantada pelo Revmo. Diretor Monsenhor Levi. As duas horas da tarde realizou-se solenemente a entrega das fitas às felizes candidatas, achando-se a capela repleta de assistentes. Penetraram as ditas eleitas de Nossa Senhora na Capela ao som de belo e comovente cântico apropriado ao momento. Seguiram-se outros hinos e depois a Diretora fez a chamada das filhas de Maria e o Revmo. Diretor executou a cerimônia do ritual da Associação, entregando a cada uma a fita azul com a medalha de prata e o manual. Uma das candidatas recitou o Ato de consagração. Depois foi executada a cerimônia para as candidatas à fita verde, uma delas recitou também o ato de consagração e cada uma recebeu a fita verde com medalha própria. O Revmo. Diretor, felicitando-as, fez uma prática alusiva aos atos que acabavam de se realizar encerrando-a com bênçãos a todas [...]. O Revmo. Diretor, num agradável improviso, agradeceu os carinhosos sentimentos das distintas manifestantes e lhes deu ainda belos e úteis conselhos. Às 5 horas da tarde, realizou-se piedosa e edificante procissão com muita ordem na qual saíram os andores de Sagrado Coração de Jesus e de Maria. O Santo levado pelo Revmo. Diretor, e foram entoados a ladainha de Sagrado Coração de Jesus e outros belos e emocionantes cânticos. Encerrada a procissão, falou o Revmo. Diretor sobre a festa da realeza de Nosso senhor Jesus Cristo, depois expôs o santíssimo Sacramento, recitou o ato de consagração do mundo ao Sagrado Coração de Jesus, deu sua bênção e assim finalizaram-se as festas inesquecíveis em homenagem a Cristo Rei, à santíssima Virgem e à instituição pela primeira vez nesta localidade da Associação das filhas de Maria de Santa Inez³⁰¹.

As festividades podem, de certa forma, propagar os valores da comunidade³⁰². O ritual de distribuição das fitas indicava o grau de pertencimento de cada operária integrante das Filhas de Maria. A festa do “Cristo Rei” e a cerimônia das “fitas” representavam

³⁰¹ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932). p. 4-5.

³⁰² DAVIS, Natalie Zemon (1990). Op., cit., p. 87.

momentos de festejos da cultura católica³⁰³, como também de interação social, contribuindo para a formação da identidade cultural das operárias da Fábrica do Biribiri.

O culto à imagem de Maria, conforme Stéphane Michaud, é constituído mediante um discurso que exaltava as mulheres para melhor conquistar sua submissão. A mulher seria Maria (mãe de Jesus) e, é como a figura divina da mãe, que ela passou a ser universalmente admirada. O propósito da Igreja foi ainda mais claro, a partir da Contrarreforma, quando a celebração de Maria adquiriu um valor militante, assinalando uma vontade de reconquista³⁰⁴.

O modelo feminino católico, segundo Michela de Giorgio, adotou a representação de Maria como a anti-“Eva”, ou seja, a “Ave”, aquela que, ao aceitar ser a “mãe do filho de Deus”, eximiria do “pecado” todas as mulheres. Desse modo, no decorrer do século XIX até meados do século XX, a “cultura católica da Restauração”³⁰⁵ incentivou as práticas de adoração à imagem da “Virgem”, que iriam desde a formação de associações femininas ou escolas confessionais, até a disseminação de manuais católicos, que visavam construir a “identificação da mulher católica”³⁰⁶.

O mundo católico temia, e ainda teme, os efeitos conjugados da industrialização, da urbanização, da alfabetização e da politização das mulheres. Diante disso, a Igreja se viu obrigada a se adaptar às classificações da ciência social laica e a definir um mundo feminino, até então indiferenciado, segundo tipologias mais precisas: por classes, estado civil, faixa etária, profissão. A representação de Maria, então, foi invocada para formar a cristandade nas “almas femininas”. Neste contexto, a Igreja construiu “a sua própria psicologia dos povos. Fá-lo obviamente, sobre os fundamentos religiosos”³⁰⁷. As Filhas de Maria, logo se tornariam exemplos dessa categorização pretendida pela Igreja, como apontaremos a seguir.

Segundo o Manual da Pia União das Filhas de Maria, essa associação tem como objetivo convocar as mulheres cristãs para se colocarem debaixo do estandarte da Virgem Imaculada e de Santa Inez, Virgem e Mártir para melhor e mais facilmente cumprirem os

³⁰³ No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, uma sucessão de festas e comemorações religiosas começaram a fazer parte do cotidiano dos católicos. Estes eventos passariam a ter um papel fundamental na construção de um tecido cultural, cujas referências eram as novas devoções, como as festividades do Sagrado Coração de Jesus, da Imaculada Conceição, de São José, da Anunciação e, novidade absoluta, a solene Primeira Comunhão, além da criação da Pia União Filhas de Maria. In: MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. p.51.

³⁰⁴ MICHAUD, Stéphane. Idolatrias: representações artísticas e literárias. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente: o Século XIX*. Trad. COELHO, Maria Helena da Cruz; et. al. Porto/Portugal: Edições Afrontamento; São Paulo/Brasil: EBRADIL. 1991. Vol.4, p. 145-169.

³⁰⁵ Período conhecido também como “Ultramontanismo” ou “Romanização do catolicismo”. Sobre este assunto ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos (2015). Op., cit.; MANOEL, Ivan Aparecido (1996). Op., cit..

³⁰⁶ GIORGIO, Michela (1991). Op., cit.

³⁰⁷ Todas as aspas citam GIORGIO, Michela (1991). Op., cit., p. 203-214.

deveres de seu estado. Ela teve origem no século XII, com a criação da “Confraria dos Filhos e Filhas de Maria”, que mais tarde desapareceu, vindo a ressurgir novamente no século XVI, durante a Contrarreforma católica, com o nome de “Confraria Filhas de Maria”, que também sucumbiu. No entanto, no decorrer do século XIX, o Papa Pio IX apoiou o surgimento da “Pia União das Filhas de Maria, sob o Patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Inez, virgem e mártir”, elevando-a à categoria de “Confraria Primaria”³⁰⁸.

Segundo Ana Cristina Lages foi a noviça Catarina Labouré, francesa, Filha de Caridade, pertencente à Congregação São Vicente de Paulo, quem fundou a associação Filhas de Maria no século XIX.

A cultura vicentina também produziu no interior da sua organização os seus beatos e santos, mártires ou pessoas exemplares, como foi o caso do próprio fundador da Congregação. Uma única Filha de Caridade do século XIX, chamada Catarina de Labouré, que posteriormente foi beatificada e canonizada, abriu o caminho para a “produção” de uma Nossa Senhora (das *Graças*), com o seu objeto de devoção (a *Medalha Milagrosa*) e com as suas principais seguidoras (as *Filhas de Maria*). Ao longo de sua vida (1806-1876), Catarina já era reverenciada por sua santidade³⁰⁹.

No ritual de distribuição das fitas, ocorrido no Biribiri, as operárias recebiam junto com a fita, a “medalha de Nossa Senhora das Graças”³¹⁰ e o manual, conforme os modelos demonstrados nas ilustrações a seguir:

³⁰⁸ Cabe ressaltar que “Confraria” é um grupo de pessoas que se associam em torno de um interesse comum. “Primaria” uma associação que tem como propósito adorar Maria. In: MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA. Sob o Patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Inez virgem e mártir. Compilado por Frei Basílio Rower, O. F. M. 19ª Edição, Reimprimatur, Niterói-RJ 1940.

³⁰⁹ LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões Vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*. FAE – UFMG, Tese de Doutorado, Orientadora Thaís Nívia de Lima e Fonseca, 2010. p. 178.

³¹⁰ A medalha de Nossa Senhora das Graças apresenta a forma oval. No lado da frente é retratada a imagem de Nossa Senhora com as mãos abertas para baixo, como em sinal de distribuição de graças. No seu verso há uma cruz sobre uma barra horizontal, que representam o “altar da salvação”; essa barra, por sua vez, fica presa numa letra M, de Maria, sob a qual estão o Sagrado Coração de Jesus e o Sagrado Coração de Maria. Em torno da medalha há doze estrelas em representação às doze tribos de Israel e também aos doze apóstolos. In: DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS. *Significado dos símbolos e Simbologias*. 2008 - 2019 7Graus. Disponível em < <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/nossa-senhora/>>. Acesso 25/10/2018.



Figura 23. *Medalha de Nossa Senhora das Graças*

Fonte: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/nossa-senhora/>. Acesso 25/10/2018.



Figura 24. Capa do Manual das Filhas de Maria (1940).

Fonte: APE-S/A. Arquivo morto da Associação Filhas de Maria do Biribiri.

Ioneide Maria Piffano Brion de Souza também confirma que o modelo europeu propagado pelas Filhas de Maria fazia parte de um projeto moralizante do catolicismo ultramontano, cujo principal interesse seria disciplinar a mulher. Para isso, tomou como exemplo as representações de Maria (pura e virgem) e a vida dos santos, como, por exemplo, a “Santa Inez” (caridade e a obediência)³¹¹.

Em Diamantina, o culto à Virgem estava presente nos monumentos eclesiásticos, sobretudo nas Igrejas de Nossa Senhora do(as): “Rosário”, “Carmo”, “Mercês” e “Amparo”, assim como também no cotidiano dos moradores, tanto no espaço privado (oratórios) quanto público (procissões e festas religiosas)³¹². Com a criação e instalação do Colégio Nossa Senhora das Dores em 1867, fundou-se ali também a Pia União Filhas de Maria Imaculada. Essa associação feminina, bem como a associação das “Damas de Caridade” e “Sociedade de Proteção à Infância”, fazia um projeto educativo católico que buscou atingir toda a comunidade³¹³.

De acordo com Dayse Lúcida Santos, as ações do clero de Diamantina eram assíduas no cotidiano da população, visando o controlar “com mais eficácia a moralidade pública e as relações familiares”³¹⁴. A Associação das Filhas de Maria do Biribiri surgiu como um mecanismo de propagação do modelo feminino católico, mas também como um instrumento de controle, pois delimitou regras de idoneidade moral, vigilância e submissão.

No início, a associação contou com 70 operárias da fábrica, mas no decorrer do período entre 1926 e 1941, o número de integrantes cresceu gradativamente, chegando ao total de 200 mulheres que se dividiam entre operárias, moradoras da vila operária e entorno³¹⁵.

O Estatuto das Filhas de Maria determinava que a associação deveria ser regida por um diretor, que deveria ser o vigário, capelão ou um padre escolhido pelo Bispo diocesano; uma diretora, uma vice-diretora, uma presidente, uma vice-presidente, uma secretária, uma tesoureira e várias conselheiras (tantas quantas o Diretor com a Diretora achessem necessárias)³¹⁶. Conforme seu manual, competiria a todos os membros da diretoria:

³¹¹ SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. *Construindo identidades: a Pia União das Filhas de Maria e o catolicismo romanizado*. In: XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. ISBN 978-85-60979-08-0. Disponível em <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1275852667_ARQUIVO_Construindoidentidadescomunicaoanpuh2010textofinal.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2018.

³¹² MACHADO FILHO, Aires da Mata (1980). Op., cit., p. 239-250.

³¹³ LOREDO, Meirelle Aiane Almeida (2017). Op., cit., p. 41.

³¹⁴ SANTOS, Dayse Lúcida (2015). Op., cit., p. 5.

³¹⁵ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a out/1941).

³¹⁶ MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA (1940). Op., cit., p. 20

decidir sobre a idoneidade das postulantes e aspirantes que faziam parte, ou almejavam ingressar na referida associação; decidir sobre a expulsão de membros considerados “indignos”; resolver “todos os negócios da associação”. No entanto, o poder de deliberar seria exclusivo do Diretor³¹⁷. Deste modo, mesmo se tratando de uma associação feminina, o poder de decisão caberia a um homem.

Na Vila do Biribiri, coube ao Monsenhor Levi Durães Pires a função de diretor das Filhas de Maria³¹⁸. Aliás, foi ele quem sugeriu às operárias a fundação da associação³¹⁹. Para organizar os trâmites, ele nomeou uma diretoria provisória integrada por: Maria Luiza Machado (Diretora), Antônia Angélica de Alcântara (Presidente), Maria Margarida da Cunha (Secretária) e as conselheiras: Antônia Gertrudes dos Santos, Sebastiana de Moraes, Marias das Dores Lopes, Aleixina dos Santos, Anastácia Baptista. Essa diretoria elaborou os estatutos e encaminhou o pedido ao Arcebispo Dom Joaquim Silvério de Souza, conforme informa a carta a seguir:

Exmo. Reverendíssimo Senhor Arcebispo
Em reunião preparatória, 70 moças operárias da Fábrica de Biribiri, deliberaram fundar em sua simpática e piedosa capela a Associação das Filhas de Maria de Santa Inez, com o propósito de honrar de um modo especial a Santíssima Virgem, e imitar as suas virtudes praticamente, exaltando-a escrupulosamente os estatutos que regem a referida associação. Pelo que, Exmo. Reverendíssimo Senhor as humildes operárias por intermédio da diretoria provisória abaixo, vêm respeitosamente pedir a Vossa Excelência Reverendíssima que se digne permitir a fundação da referida associação, na Capela do Sagrado Coração de Jesus desta localidade, e fundada que seja anexada a Primária de Roma para que goze das indulgências que lhe são anexas. Para segurança da graça que imploram submetem ao juízo de Vossa Excelência os estatutos da associação a fundar-se para a devida aprovação, e se comprometem cumpri-los do melhor modo possível para a honra e glória de Deus, e da Santíssima Virgem sob cuja proteção querem acolher-se. Esperando ser atendidas com os protestos de filial submissão e de especial afeto, se subscrevem³²⁰.

Em 2 de outubro de 1926, Dom Joaquim Silvério de Souza respondeu positivamente, alegando que os estatutos não continham nenhuma disposição “contrária à fé e aos bons costumes, leis e disciplina da Igreja”. Também argumentou que as atividades de

³¹⁷ MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA (1940). Op., cit., p. 20.

³¹⁸ Denominado de “Reverendíssimo Diretor”, Monsenhor Levi Pires de Oliveira, logo se tornaria o principal porta-voz dos interesses da Igreja na Vila operária do Biribiri. Foi Diretor da Associação Filhas de Maria nos períodos entre out/1926 a jun/1936 e fev/1937 a out/1941. Também foi Diretor do Apostolado da Oração entre mar/1949 a abril/1962. In: APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a out/1941) e *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (mar/1949 a abril/1962).

³¹⁹ Diamantina já existia uma associação das Filhas de Maria (Imaculada) que funcionava no Colégio Nossa Senhora das Dores. Aliás as operárias que receberam as fitas azul já eram integrantes desta por isso já haviam recebido fitas verdes e vermelhas. In: APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria* (out/1926 a abr/1932). p. 4-5.

³²⁰ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932). p. 1. (*Grifos nossos*).

piedade e caridade cristã, praticadas pela Pia União, iriam contribuir para a “glória de Deus, com a finalidade de fomentar o culto da santíssima Virgem para o proveito espiritual das suas associadas”³²¹.

Na carta, as representantes da diretoria mencionam a realização de uma reunião preparatória para instruir as “humildes operárias do Biribiri”. Essa reunião foi presidida pelo Monsenhor Levi, que manifestou seu desejo de

fundar na capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri a simpática e piedosa Associação das Filhas de Maria de Santa Inez, a que tão imensos frutos têm produzido nas freguesias onde tem sido instalada, convidou a todas moças que quisessem dela fazer parte a darem os seus nomes, para que com o maior número possível de associadas, se pudesse efetivar a feliz e agradável lembrança³²².

Deste modo, no dia 31 de outubro de 1926, durante a cerimônia de fundação da Pia União, realizou-se também uma eleição para composição de uma nova diretoria, quando foram escolhidas para Diretora, Maria Luiza Machado; Vice-Diretora, Maria Antônia de Macedo; Presidente, Jacintha Francisca de Jesus; Vice-presidente, Antônia Gertrudes; Secretária, Antônia Angélica; e, Tesoureira Maria Margarida da Cunha³²³. A Diretora e a Vice-diretora teriam como atributos:

- a) presidir as reuniões e aos diversos exercícios da Pia União, em caso de ausência do Diretor, e em que não haja Vice-Diretor nomeado;
- b) subscrever as atas das sessões e os diplomas;
- c) exercer vigilância sobre membros do conselho e associadas.
- d) avisar, em particular e com toda a caridade, àquela associada que não proceder corretamente, para que se corrija; se for preciso, avisará o Diretor³²⁴.

Já à Presidente e à Vice-presidente caberia:

- a) subscrever as atas das sessões e os diplomas das associadas;
- b) vigiar sobre as associadas e comunicar-lhes as ordens do diretor;
- c) recitar as orações junto às demais associadas;
- d) apresentar ao diretor os nomes das donzelas que desejarem pertencer à associação;
- e) nomear, se for necessário, as associadas que coadjuvem à zeladora do altar no mês de Maria e nas principais festividades³²⁵.

A secretária teria as funções burocráticas, tais como registrar as integrantes da associação, redigir as atas das reuniões, registrar deliberações do conselho, realizar a leitura

³²¹ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932). p. 2.

³²² *Idem*, p. 4.

³²³ *Idem*, p. 4-5.

³²⁴ MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA (1940). Op., cit., p. 24.

³²⁵ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932). p. 25.

da ata em cada reunião para ser aprovada e assinada. A tesoureira ficaria responsável pelas coletas, guarda de uma das chaves do cofre (a outra ficava em poder da diretora), escriturar a receita e despesa, realizar o pagamento das contas (aprovadas pelo conselho e que não ultrapassassem dez mil réis)³²⁶. O quadro 11 a seguir ilustra as atribuições da secretária e as despesas que a tesoureira deveria administrar.

Quadro 11
Receitas e Despesas da Associação Filhas de Maria do Biribiri (1926)

Receitas	Valor/ Réis
10 Bentinhas relevo (medalha)	-
02 Fitas completas	14\$600
Correio	1\$000
Mensalidade	\$600
1 Manual	2\$200
Despesas	Valor/ Réis
Pagamento de uma assinatura	7\$000
Pagamento conforme exigiu o mapa anual	10\$000
7 Bentinhos a	8\$400
7 Patentes pagamento	1\$200
2 Manuais (2\$200 cada)	4\$400
Pagamento de duas fitas à (7\$300 cada)	14\$600
Pagamento porte	1\$000
Pagamento de 2 Cartas Simples	\$60
Pagamento de duas cartas 2 registradas (1\$100 cada)	2\$20
1 Manual	2\$20

Fonte: APE-S/A. *Caderno de Receita e despesas da associação Pia União das Filhas de Maria do Biribiri* (1926 e 1931).

Localizamos as fichas de algumas mulheres que fizeram parte da diretoria; são elas: Anastácia Batista (tecelã), Maria das Dores Lopes (tecelã), Maria Antônia de Macedo (Regente) e Jacintha Francisca de Jesus (auxiliar de escritório)³²⁷. Encontramos também a ficha da filha de Aleixina dos Santos, Pedrelina de Almeida, que foi contratada como fiandeira em setembro de 1931³²⁸. Além destas mulheres, uma das atas nos informou que Maria Luiza Machado era professora na escola da vila³²⁹. Ao fazer parte da associação, essas mulheres teciam redes que facilitavam indicações para o emprego na fábrica³³⁰.

³²⁶ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932), p. 25.

³²⁷ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

³²⁸ *Idem*.

³²⁹ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932), p. 4.

³³⁰ Sobre este assunto Ioneide Maria Piffano Brion de Souza afirma que “Ser associada era conseguir oportunidades que enquanto apenas uma mulher as jovens não conseguiriam desfrutar na sociedade do início do

As mulheres que ocupavam cargos na diretoria e nos conselhos eram consideradas “letradas” e gozavam de prestígio junto à comunidade católica. Jacintha Francisca de Jesus, por exemplo, era natural de Diamantina e começou a trabalhar na fábrica em agosto de 1921, com 51 anos de idade, mesmo período em que a fábrica passou a ter gestão da firma Duarte & Cia. Na sua ficha de trabalho não consta a data em que ela saiu da fábrica, mas, no controle de presença das Filhas de Maria, seu nome consta na lista durante todo o ano de 1939³³¹. O livro intitulado “O pequeno segredo ou a chave da vida interior”³³² nos informa sobre o seu pertencimento à referida empresa, conforme a imagem em sequência:

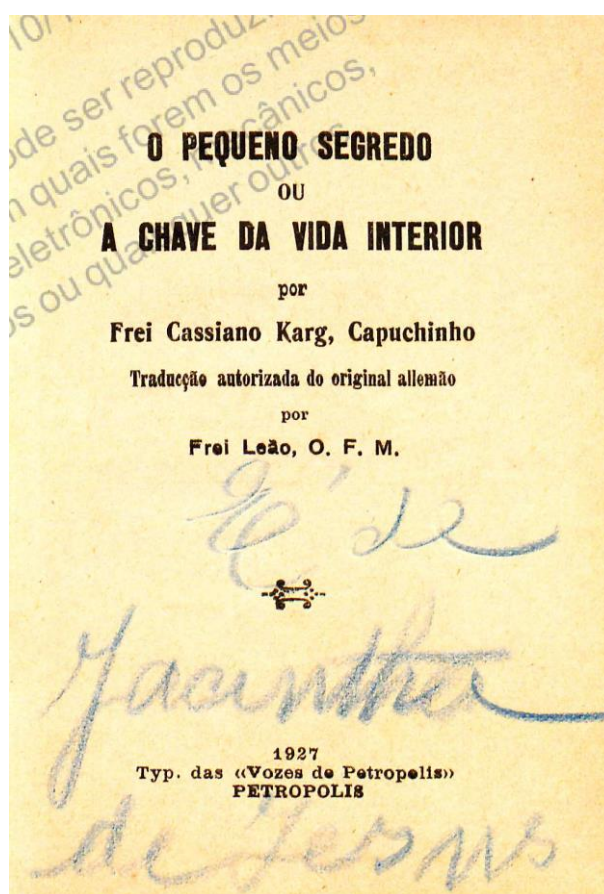


Figura 25. Contracapa do livro “Pequeno Segredo”
Fonte: APE-S/A. Arquivo da Associação Filhas de Maria do Biribiri³³³.

século XX. A criação de laços sociais é um dos grandes exemplos dessas oportunidades criadas. A rede de sociabilidade permitia as jovens um poder de barganha que as possibilitavam deslocar pela sociedade e estabelecer negociações até com o próprio clero e mais, as permitiam driblar a vigilância clerical e paterna”. In: SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de (2010). Op., cit., p. 6.

³³¹ APE-S/A. *Caderno de Controle de Presença das Filhas de Maria do Biribiri* (1937-1939).

³³² Livro escrito por Frei Cassiano Karg visando o ensino do catecismo simplificado para crianças e leigos. In: KARG, Frei Cassiano (Capuchinho). *O pequeno segredo ou a chave da vida interior*. Tradução: Frei Leão O. F.M. Petropolis, 1927.

³³³ Digitalizamos a documentação no Scanner da Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas-ICH da Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF. Portanto, a marca d’água na imagem é referente ao controle desse scanner.

“É de Jacintha de Jesus” - dizia a frase manuscrita na contracapa do livro. Notamos a mesma frase em várias partes, provavelmente para assegurar que, em caso de perda, uma pessoa que o encontrasse pudesse devolver. O perfil de Jacintha se encaixava na classificação que Junia de Souza Lima chamou de “as melhores empregadas”³³⁴.

Maria Antônia de Macedo também se encaixa no mesmo perfil de “melhor empregada”. Ela foi contratada para o cargo de Regente em 1921, atuando, também, como vice-diretora das Filhas de Maria. A “Regente” cuidava das moças que habitavam o convento, como mostramos no capítulo anterior. Segundo o operário João Madalena de Miranda, “dona Maria Antônia Macedo e dona Jacintha de Jesus”, tomavam conta do convento, decretando que às 20:30 as moças deveriam se recolher. Para garantir a obediência de todas as moças, Jacintha e Maria Antônia percorriam a vila e o dormitório utilizando uma campainha³³⁵.

A contratação de Aurea do Espirito Santo, para cargo de Auxiliar de Escritório, em abril de 1935³³⁶, indica que os serviços de Jacintha passaram a ser mais úteis no convento. Seu trabalho na associação e no convento conduz-nos a acreditar que ela exercia forte influência na formação de operárias católicas. Além disso, o fato de ser uma funcionária com longo tempo de serviços prestados permitia-lhe maior credibilidade por parte dos seus empregadores.

As associadas das Filhas de Maria eram divididas por categorias, tais como: “Aspirantes”, “Filhas de Maria propriamente ditas” e as “Filhas de Maria por devoção”. A primeira, além de ter uma “conduta honesta e louvável”, deveria ter aprovação do Conselho para ingressar na associação. No momento da sua recepção ela receberia a medalha com a “fita verde”. Na segunda categoria, participavam as mulheres que já haviam sido aspirantes por, pelo menos, três meses. Elas deveriam ter uma conduta exemplar e obter a maioria dos votos do Conselho. Essa categoria usava a medalha com a fita azul. A terceira categoria seria composta por viúvas que, para serem recepcionadas pela associação, deveriam fazer o requerimento diretamente ao Diretor em troca de uma esmola para a Pia União. Elas poderiam ainda assistir às reuniões e demais atos religiosos e também usavam a medalha com a fita

³³⁴ LIMA, Junia de Souza (2009). Op, cit.

³³⁵ João Madalena de Miranda, em entrevista concedida a Osias Ribeiro Neves, no dia 25 de agosto de 2006. In: ARMOMINO, Luciana; NEVES, Osias Ribeiro. *Tecendo Memórias: a história da Estamparia*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2007. p. 101. João Madalena de Miranda nasceu no Biribiri em 22/07/1922. Em 02/02/1941 foi admitido pela fábrica para função de servente, transitou por vários departamentos; sua última função foi de comerciário. Em 11/08/1971, ele foi transferido para a fábrica Antonina Duarte, localizada em Diamantina. In: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

³³⁶ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

azul. Apenas a segunda categoria – “as Filhas de Maria propriamente ditas”, poderiam votar ou serem votadas³³⁷.

As fitas de cores roxa e vermelha não constam no manual. Ao que tudo indica os significados atribuídos a estas cores são interpretações do pároco Monsenhor Levi. Numa das atas das Filhas de Maria, ele explicou o significado de cada uma das cores das fitas.

A fita roxa significa penitência, a fita vermelha, o significado de caridade ou o amor de Deus de que está abrandando o coração dos santos anjos. E a fita verde significa a esperança de um dia serem também admitidas no mundo das filhas de Maria. Por fim disse a fita azul, ah! A fita azul e as vestes brancas, são o símbolo da inocência e da pureza que a filha de Maria deve sempre adornar o seu coração, que aquelas que naquele dia receberam a fita azul a estavam no mais alto grau, bem perto e abraçadas com Nossa Senhora³³⁸.

O ritual de distribuição das fitas era realizado todas as vezes que novas integrantes eram aceitas. Na maioria das vezes, esse ritual ocorria em datas que marcavam festividades marianas, como os meses de maio e dezembro. Conforme Michela de Giorgio, a Igreja escolheu o mês de maio para cultuar a “Virgem” de forma proposital. Na verdade, a sugestão partiu de alguns jesuítas italianos do século XVIII que consideravam a chegada da primavera³³⁹ perigosa para desabrochar os “amores adolescentes”. Ou seja, o mês de maio, escolhido pela Igreja para dedicar a Maria tinha como objetivo invocar “a proteção da Virgem na conservação da inocência feminina”³⁴⁰.

Já no mês de dezembro, especificamente o dia oito, é comemorado no mundo católico o dia de “Maria Imaculada Conceição”. Em 08 de Dezembro de 1854, o Pontífice Pio IX publicou a Epístola Apostólica “*Ineffabilis Dei*”³⁴¹. Este documento eclesiástico promoveu e oficializou o dogma da imaculada concepção de Maria. Seu texto demonstra a obsessão da Igreja católica pela ideia de pureza virginal³⁴².

Imaculada, inocente, e inocentíssima, sem mancha e sob todos os aspectos: imaculada, santa e muito alheia a toda mancha e como ideal de pureza e inocência, mais santa que a santidade, e somente santa, e puríssima em alma e em corpo, que superou toda a integridade e virgindade³⁴³.

³³⁷ MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA (1940). Op., cit., p. 21-23.

³³⁸ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932). p. 61.

³³⁹ No Hemisfério Norte a primavera chega em maio.

³⁴⁰ GIORGIO, Michela. Op., cit., p. 222.

³⁴¹ EPÍSTOLA APOSTÓLICA DE PIO IX. *Ineffabilis Dei: Sobre a Imaculada Conceição* (Concepção). De 08/12/1854. Disponível em < <http://www.capela.org.br/Magisterio/Pio%20IX/ineffabilis8dez.htm>>. Acesso: 20/08/2016.

³⁴² BORGES, Kátia Franciele Corrêa. *Santa, Esposa-mãe e professora*. Montes Claros, Unimontes, 2013.

³⁴³ EPÍSTOLA APOSTÓLICA DE PIO IX. *Ineffabilis Dei: Sobre a Imaculada Conceição* (Concepção). De 08/12/1854.

Com essa *Epístola*, “a Mãe de Deus foi preservada do pecado original”. Para Yvonne Knibiehler, Maria passou a simbolizar todos os valores femininos: “simultaneamente virgem e mãe”, desafiou a natureza e a ciência, exprimindo “o sonho de uma reprodução desencarnada dissociada da conjunção carnal e dos partos sangrentos”³⁴⁴.

Seguindo o calendário católico de festividades mariana em 08 de dezembro de 1932 o jornal católico *A Estrela Polar* noticiou o seguinte:

No dia 8 da corrente houve na simpática e bem ornada Capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri³⁴⁵ a solene cerimônia da **distribuição de fitas a muitas virtuosas e distintas senhorinhas operarias da fábrica ali**. Pela manhã foram distribuídas 105 comunhões e houve às 8 horas missa solenizada com lindos cânticos, hinos. Na missa realizou-se a tocante e piedosa cerimônia realçada com os comoventes hinos executados pelo grande coro de cantoras ali. Finda a cerimônia o Revmo. Diretor, Mons. Levi Pires, **saudou a todas que receberam a fita e deu-lhes conselhos apropriados**. Pedindo no fim de sua oração à santíssima Virgem que abençoasse aquela **nova porção de filhas** que vinham juntar-se ao seu já merecido **batalhão de associadas**. Em seguida houve a benção do santíssimo Sacramento. **Receberam a fita roxa as senhorinhas** Áurea do Espírito Santo Robim, Maia Joanna de Assis Pereira, Maria da Conceição Ferreira, Maria da Gloria Pinto, Maria Jose Leite, Maria Jose Costa, Maria Francelina da Conceição, Carolina Eusébia de Sousa, Anna Lídia Rocha, Maria da Conceição Vieira. **Receberam a fita vermelha as senhorinhas**. Maria Jose de Almeida, Maria Raymunda Miranda, Lucíola Soares, Agostinha do Espírito Santo Pinto, Rita Ferreira Alves, Maria Estela de Souza, Maria Eloina dos Santos, Rita de Aguiar, Maria do Rosário do Nascimento, Albertina Rodrigues Chaves, Genares Geralda Botelho, Maria Luiza Leite, Joana Evangelista Pacheco. **Receberam a fita verde as senhorinhas** Anna Ferreira de Andrade, Anna Francisca Rodrigues, Maria Natalícia dos Santos, Maria Dias Ribeiro, Maria Romana Soares, Batistina Nunes, Maria Athayde. **Receberam a fita azul as senhorinhas** Maria da Conceição Lopes, Theoniba Lopes, Julieta Margarida Lopes, Maria das Neves Rodrigues, Maria do Carmo de Paula, Luiza Romana de Sousa, Josina do Amparo Campos, Maria Jose Rocha, Mariana Gomes. Apresentando a todas nossas sinceras felicitações junto à santíssima Virgem que as abençoem e as conservem como **filhas elegidas e virtuosas, modelos de todas companheiras de trabalho**³⁴⁶.

A entrega de fitas, durante a recepção, assinalava não só a entrada de novas integrantes, como também classificava qual o lugar de pertencimento de cada uma delas. Entre as 38 operárias que receberam fitas localizamos as fichas cadastrais de 25. Esta amostra possibilitou-nos identificar que suas idades variavam entre 15 e 28 anos, e que, com exceção de “Áurea do Espírito Santo Robim”, que era auxiliar de escritório, as demais ocupavam

³⁴⁴ Todas as aspas citam KNIBIEHLER, Ivonne. *Corpos e corações*. In: In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente: o Século XIX*. Trad. COELHO, Maria Helena da Cruz; et. al. Porto/Portugal: Edições Afrontamento; São Paulo/Brasil: EBRADIL. 1991. Vol.4 p. 351-401.

³⁴⁵ Ver ANEXO V. Imagens internas da Capela do Sagrado Coração de Jesus.

³⁴⁶ AEAD. *A Estrela Polar* - Órgão da Diocese de Diamantina. 08, dez. 1932. (*Grifos nossos*)

funções nos setores de fiação e tecelagem da Fábrica do Biribiri³⁴⁷. Assim, a maioria das operárias praticavam as funções de fiar, tecer e rezar.

Ao codificar as operárias com cores a associação, além de estabelecer o pertencimento, também classificava o comportamento de cada uma delas. Assim, as operárias com fitas roxas eram penitentes, vermelhas caridosas, verdes esperançosas, azuis seriam aquelas que teriam atingido o grau máximo de “pureza” que uma “filha de Maria precisaria ter”³⁴⁸. Deste modo, as “senhorinhas” – “filhas elegidas e virtuosas”, expressariam a identidade das operárias do Biribiri, cujo comportamento deveria se refletir na imagem da “Virgem Maria” (“Nossa Senhora”). Ou seja, mulheres transformadas assim nas trabalhadoras ideais.

5.2. De “boa” jovem a “boa” operária

A maioria das operárias da Fábrica do Biribiri tinha entre 15 e 20 anos de idade. A preocupação com a modernidade e os males que esta poderia causar às “jovens operárias” foram temas frequentes nas reuniões da Associação Filhas de Maria. Analisamos 142 atas de reuniões realizadas no período entre outubro de 1926 e outubro de 1941. Monsenhor Levi Pires de Oliveira presidiu quase todas estas reuniões, com exceção do período entre julho de 1936 e janeiro de 1937, quando a direção coube ao Padre José André dos Santos Coimbra.

As reuniões eram mensais e só aconteciam mediante a presença do diretor, ou do seu representante. Por isso, geralmente essas reuniões ocorriam no segundo domingo de cada mês, após a missa. As sessões iniciavam-se com a leitura da ata da reunião ocorrida no mês anterior e, em seguida, o diretor abria a pauta daquele dia oferecendo a palavra a quem quisesse falar. No entanto, em nenhuma das vezes, alguém tomou a palavra. Seguindo o protocolo ele fazia uma leitura inicial sobre a vida de algum santo, ou uma história moral, ou uma reportagem retirada do jornal local *A Estrela Polar* ou de prospectos que ele recebia do *Santuário de Aparecida*³⁴⁹. O diretor também aconselhava as associadas a fazerem leituras de

³⁴⁷ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos (1918 -1959)*.

³⁴⁸ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932). p. 61.

³⁴⁹ *Idem*.

livros de devoção como, por exemplo, o clássico *Imitação de Cristo*³⁵⁰, visto por ele como um texto apropriado para formação de *as almas piedosas*³⁵¹.

Ligeiramente o Revmo. Diretor aconselhou as filhas de Maria que nas horas do recreio, ou do descanso dos trabalhos da fábrica tomassem por costume ler algum livro piedoso ou jornais para se instruírem na prática do bem, ler não só para si como também para algumas companheiras e assim fica o tempo mais bem empregado, do que desperdiça-lo com conversas pouco edificantes frívolas e até pecaminosas³⁵².

Assim, gradativamente as operárias eram inseridas no universo da leitura. Numa reunião o Monsenhor Levi leu e explicou as obrigações que uma filha de Maria deveria seguir para se tornar uma “boa jovem”. São elas:

- 1º Ser muito modesta em todas as suas ações
- 2º Andar acautelada a cada passo.
- 3º Ser grave e sempre decente
- 4º Gostar de estar em casa e ajudar a sua mãe.
- 5º Aplicar-se de contínuo ao trabalho.
- 6º Raras vezes sair, e só por necessidade.
- 7º Aborrecer as vaidades nos vestidos e enfeites.
- 8º Evitar conversações indiscretas com pessoas
- 9º Detestar dissipações e profanos divertimentos.
- 10º Amar os exercícios de piedade.
- 11º Ser muito franca, leal e amorosa para com a sua mãe e não ter segredos para ela.
- 12º Edificar com bom exemplo e doutrinar seus irmãozinhos menores³⁵³.

Em outras palavras, uma “verdadeira filha de Maria”³⁵⁴ deveria praticar a humildade, ter decência, ser boa filha, obediente aos seus superiores, trabalhar com afinco em qualquer função que lhe fosse confiada, não ter vaidades e, sobretudo, voltar-se para as coisas da Igreja e não para os divertimentos do mundo.

O vestuário das moças foi um dos pontos combatidos por Monsenhor Levi que, certa vez, afirmou: “é dever de todo católico, principalmente as filhas de Maria, combater as paixões, os micróbios das modas que procuram invadir o coração das donzelas, e nele lançar suas raízes, se não fizermos enquanto antes, mais tarde a luta será tremenda, e talvez

³⁵⁰ O livro "A Imitação de Cristo" foi um dos mais traduzidos no mundo. Alguns dizem que entre os livros religiosos, depois da Bíblia, ele foi o mais traduzido. Foi escrito pelo padre alemão Tomás de Kempis, no século XV com o objetivo de orientar as práticas para a vida do fiel. Assim propôs que o fiel tivesse como centralidade Jesus Cristo e rompesse com o mundo e com o pecado, votando-se totalmente para as coisas do céu. In: RICARDO, Pe. Paulo. *Ainda vale a pena ler a imitação de Cristo?* Disponível em <<https://padrepauloricardo.org/episodios/ainda-vale-a-pena-ler-a-imitacao-de-cristo>>. Acesso 19/10/2018.

³⁵¹ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (mar/1935 a ago/1938). p. 3.

³⁵² *Idem*, p. 13.

³⁵³ *Idem* (mai/1941 a out/1941). p. 5.

³⁵⁴ Expressão usada constantemente por Monsenhor Levi. In: APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a out/1941).

inútil”³⁵⁵. Em outro momento, Monsenhor Levi tentava explicar para as operárias que a vaidade e o vestuário indecente eram pecados. E, para isso, ele usava de alguns de santos, como São Paulo, por exemplo, como mostra o trecho a seguir.

São Paulo quer que as mulheres vistam, com decência, sem luxo e sem vaidade. Não há dúvida de que uma donzela, que **pretende casar-se** pode enfeitar-se, mas não exageradamente, pois há certos limites que não se deve ultrapassar como a do preço e da honestidade. Contempla a Jesus no presépio, envolto apenas para a pobreza no seu vestir durante toda sua vida. Se algum dia vestiu púrpura e se colocaram coroa em sua cabeça foi por desprezo e não para luxo. Que diferença entre o fino calçado dessas mulheres e os duros cravos dos pés de Jesus? Entre os anéis que enfeitam suas mãos e os cravos que perfuraram de Jesus? Entre os cachos, ondulações, penteados, e a coroa de espinhos? Entre o rosto pintado e as bofetadas?³⁵⁶

Conforme Ivonne Knibiehler, a indústria da moda se inovou durante o século XIX, mas os hábitos religiosos subsistiriam durante um longo tempo. Para a cultura católica a mulher discreta transformou-se no “sinal de verdadeira elegância, da autêntica distinção”. Neste contexto, o vestuário feminino deveria representar a “inocência” das moças. Assim, o branco se tornou a cor padrão para vestidos de primeira comunhão, primeiro baile ou casamento. A menina seria vista como “um lírio, uma pomba: a sua frescura cândida que evoca a primavera do mundo”. Ela não deveria ter “direito ao luxo: a modéstia era seu destino”³⁵⁷.

Nesta perspectiva, Michela de Giorgio, ao analisar o contexto europeu, afirma que:

As católicas são forçadas a reconhecer a dimensão social dos comportamentos corporais. O vestuário é uma chave milagrosa de acesso à mobilidade social. Reagindo contra a moda que, impondo a ética da mudança e o culto da modernidade, se torna, mais do que um direito interclassista, um imperativo social categórico, as organizações católicas femininas lançam no pós-guerra Cruzadas contra a moda indecente e Concursos em favor de uma moda correta. Difundida em toda a Europa, mais igualmente ineficaz apesar do apoio de Bento XV, a mobilização em favor de uma moda mais moral mede a integridade das participantes pelo comprimento das saias e dos cabelos³⁵⁸.

³⁵⁵ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932), p. 11.

³⁵⁶ *Idem* (mai/1941 a out/1941), p. 9. (*Grifos nossos*).

³⁵⁷ Todas as aspas citam KNIBIEHLER, Ivonne (1991). Op., cit., p. 351-401

³⁵⁸ GIORGIO, Michela (1991). Op., cit., p. 226.

Na Capela do Sagrado Coração do Biribiri³⁵⁹, Monsenhor Levi instruía as filhas de Maria a não usarem ornamentos (anéis, brincos, pulseiras, penteados e pinturas nos rostos)³⁶⁰. Em algumas vezes ele afirmava saber que “entre as associadas, algumas ainda conservavam saias, mangas curtas e decote” e que se elas insistissem em usar essas modas, iriam ser banidas da associação³⁶¹. Nas reuniões, suas leituras também demonstravam o posicionamento da Igreja frente a temas como feminismo e a mulher moderna.

O paganismo ameaça reviver e arrancar do coração da mulher a influência que nela exerce o exemplo da Virgem – Mãe. A masculinização, assim dita, da mulher moderna, seria a ruína do sexo gentil: **o homem já está farto de tolerar a mulher funcionária**, a mulher que pretende vestir calças e ser rival do sexo forte. Os homens de bem e bem-intencionados não querem se profane a dignidade da mulher que para eles representa o ser mais atraente da vida. E, é isto mesmo que se dar contra a **mulher moderna, quando quer descer do pedestal de onde domina na família e na sociedade**, quando abdica a graça com que lhe engrinaldou a frente o cristianismo, e saía às ruas de calças, para macaquear o sexo forte. **Esta tolice de feminismo é um humilhante aviltamento para o espírito da mulher**, e o aniquilamento da sua dignidade, é um desvio flagrante da missão que Deus lhe concedeu. **O cristianismo, revolucionando as teorias do iluminismo**, vencerá a mesquinhez dos desejos carnis com a nobreza do espírito, **querendo fazer de cada mulher uma mãe, de cada mãe uma matrona cercada de respeito e veneração**; arrancara-lás das esquinas das ruas colocá-las num trono diante do qual os filhos prostrariam reverentes. Ao redor desta **mulher organizada de uma família** e nesta juntou, numa única missão de amor, dos dois sexos³⁶².

De acordo com Joana Maria Pedro, o feminismo, como movimento social evidente, vivenciou duas “ondas”. A *primeira onda* emergiu e se difundiu no final do século XIX, pautando suas reivindicações dos direitos políticos (voto), sociais e econômicos (trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança). E a *segunda onda* emergiu depois da Segunda Guerra Mundial, e priorizou as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado³⁶³.

³⁵⁹ Para visualizar interior dessa capela ver: Ver ANEXO V. Imagens internas da Capela do Sagrado Coração de Jesus.

³⁶⁰ Assuntos relacionados a moda e o vestuário da mulher católica estiveram presentes na imprensa diamantinense. O jornal Pão de Santo Antônio, por exemplo, publicou entre 1915 e 1925, diversas notas relacionadas ao tema. Certa vez, citou o exemplo de um grupo de católicas de Roma que foram barradas na porta de uma igreja por não se vestirem de forma adequada. In: PIA UNIÃO DO PÃO DE SANTO ANTONIO – *Jornal Pão de Santo Antônio*. Diamantina, ano 18, n.16, 04 setembro 1925, p. 3.

³⁶¹ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (jul/1932 a fev/1935), p. 5.

³⁶² *Idem*, p. 19. (*Grifos nossos*).

³⁶³ PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História, São Paulo, v. 24, N.1, p. 77-98, 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso:22/10/2018. p.79.

Ambas as ondas se contrastam com o modelo feminino católico, onde o papel da mulher seria a família e o seu corpo deveria ser casto e puro como o de Maria. A ideia de que o “homem não tolerava a mulher funcionária”, conforme informa o texto acima, demonstra que o papel da mulher fora do espaço do lar não era visto com bons olhos pela sociedade cristã. Isto é, a mulher só seria valorizada e respeitada, nesta sociedade, se fosse esposa e mãe. Assim, numa sociedade cujos valores normativos sobrepõem-se aos desejos, como em Diamantina³⁶⁴, podemos deduzir que os motivos que levaram os empregadores a contratarem poucas mulheres casadas estariam ligados também à ideia de que o lugar dessa mulher era em casa. O “sexo gentil” – a mulher deveria se submeter ao sexo forte” – o homem³⁶⁵.

O discurso de recato e discrição feminina, forjado no século XIX e difundido na primeira metade do século XX, foi apropriado por Monsenhor Levi para transformar a “boa jovem” em “boa operária”. Desse modo, ele também se posicionou contra os divertimentos como bailes ou festas carnavalescas³⁶⁶, considerados inapropriados para uma “filha de Maria”, como relatam os trechos de atas a seguir.

O Revmo. Diretor, que fez uma bela prática sobre o procedimento das filhas de Maria, **evitando as máximas do mundo, os divertimentos perigosos, os bailes, o cinema, a moda indecente**, que tudo isto arrastar facilmente para o abismo (janeiro de 1928).

[...]

Chamou muito a nossa atenção a leitura que o Revmo. Diretor fez do caso de jovem filha de Maria, esta era boa, piedosa, tinha muito amor aos pais, e por este motivo trazia a sua medalha escondida. O seu diretor notando isto, um dia fez-lhe esta pergunta, **minha filha porque você não traz exteriormente a sua medalha?** Trazendo-a fica melhor porque assim edificas e dá um bom exemplo às demais jovens. Então ela respondeu ao padre: **trago minha medalha sempre oculta porque eu gosto de dançar e não fica bem trazer a medalha por fora nas salas de bailes.** Mas a jovem depois dessa pergunta do seu diretor refletiu, trouxe daí em diante sua medalha por fora dos vestidos e nunca mais dançou. **A leitura desse caso serviu de estímulo para aquelas que têm paixão pela dança** (abril de 1932).

[...]

O Revmo. Diretor, com o seu incansável zelo falou sobre essas modas, mostrando desejo de bani-las de entre as associadas; **não deixou de falar também sobre os bailes**, que as Filhas de Maria deveriam perder todo amor a esse divertimento, porque ele tem sido causa de perdição de muitas moças. Citou-nos **o exemplo de uma moça pouco ajuizada, não perdia ocasião para dançar**; então um dia um sacerdote perguntou-a porque que ela não

³⁶⁴ Sobre as regras que permeiam as relações conjugais em Diamantina, segundo o modelo católico, ver: SANTOS, Dayse Lucide (2003). Op., cit.

³⁶⁵ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (jul/1932 a fev/1935). p. 19.

³⁶⁶ James Wiliam Goodwin Junior ao analisar os jornais diamantinenses, no período entre 1884 e 1914, mostrou que os homens de imprensa defendiam os divertimentos, mas de forma polida, isto é, um “entretenimento polido”. Ao que parece essa mesma ideia de entretenimento adentrou as décadas seguintes tendo a Igreja Católica como principal defensora. Maiores informações ver: GOODWIN JÚNIOR. James William (2015). Op., cit.

dançava com as outras companheiras, ela respondeu, ora essa! Dançar assim não tem graça, **pobre moça, num desses bailes achou noivo, casou-se; mas sem amizade, por isso sofreu horrivelmente, ela mesmo confessou que estava mesmo sem graça, eis aí o resultado dos bailes.** Para bem nos prevenir contou também o caso de uma filha de Maria que perguntou a outra filha de Maria será permitido dançar, mas a resposta foi pronta, não (novembro de 1932)³⁶⁷.

O objetivo de Monsenhor Levi, durante as reuniões, era dizer para as operárias para não irem a bailes e nem dançarem. No entanto, ele fez isso contando alguma história de mulheres que foram punidas por desobedecerem. A leitura desses trechos permite-nos reconhecer os discursos estratégicos utilizados por ele para moldar a “boa” jovem. Deduzimos que Monsenhor Levi deu sentidos próprios aos discursos católicos, usando ou inventando exemplos de fatos que aconteciam no cotidiano da vila.

A forma como as associadas recebiam esses conselhos pode ser observada através da opinião da secretária que escreve a ata. No texto ela demonstra que a leitura chamou a “atenção de todas”, ou que “serviu de estímulo para as moças que gostavam de dançar” deixassem de praticar esse “mau hábito”. Ela reconhece também que a intenção do diretor – “Monsenhor Levi”, seria preveni-las para que não cometessem “pecados”³⁶⁸. Cabe ressaltar que a secretária comunga dos ideais do pároco. Logo, seus registros e anotações devem ser lidos com muito cuidado e discernimento crítico.

Embora seja perceptível o esforço do diretor da Associação Filhas de Maria em instruir as operárias a praticarem boas obras e não frequentarem festas, nem todas elas obedeciam fielmente às regras. Desse modo, ele recorria a uma punição simbólica, como não permitir que as moças desobedientes mudassem para fita azul (grau máximo), como descreve o texto a seguir.

Primeiro o nosso Rev. Diretor leu os nomes das moças que iam receber as fitas no dia 25 de maio. Disse que as que não foram aceitas **certamente seria alguma causa que impediu. Que procurassem saber para se corrigir. E o que mais seria a questão? O baile.** Que ele tem avisado muito com antecedência, tem prometido muitas vezes castigar e que **muitas não dão ouvidos, continuam na mesma rotina de dança.** Que àquele dia em diante aquela que souber que dançou ele não pode ter mais contemplação. Chamaria por ele para tomar a sua fita, e mandá-la embora. Pois que ele tem grande responsabilidade como diretor, perante Nossa Senhora. E não pode consentir que uma filha de Maria frequente uma coisa que é expressamente proibida pela associação³⁶⁹.

³⁶⁷ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a nov/1932). (*Grifos nossos*).

³⁶⁸ *Idem*.

³⁶⁹ *Idem* (mai/1941 a out/1941). (*Grifos nossos*).

Não conseguir a mudança de grau para uma jovem associada não seria a única punição. No texto o diretor também ameaçou tomar a fita daquela moça que dançasse. Em outra ocasião, um padre que celebrava a cerimônia de entrega das fitas direcionou-se para as novas candidatas com grau inferior e falou para elas “terem inveja” daquelas moças que haviam recebido a fita azul, pois elas tinham se empenhado “com todo ardor” para alcançar tal grau³⁷⁰. Deste modo, as fitas representariam também uma moeda de troca para punir aquelas moças consideradas “desviantes”.

Ivonne Kenibiehler lembra-nos que “quadrilhas e contradanças mimam os momentos de amor: encontro, separação, reencontro: só as mãos, ou as pontas dos dedos se tocam. Mas abre um mundo de emoções e de sensações”³⁷¹. Compreendemos, desse modo, que ao proibir a dança ou ameaçar punir quem a praticava, o diretor da associação das Filhas de Maria do Biribiri visava conter tais emoções e sensações que poderiam, aos olhos da Igreja, ser “a perdição da moça”³⁷².

Durante o carnaval, por exemplo, o diretor pedia “às associadas para rezarem muito nestes dias, a fim de reparar as ofensas feitas a Nossa Senhora”³⁷³. Isto porque, o carnaval poderia também contribuir para despertar a sexualidade entre as jovens moças e rapazes. Desse modo, essa festa era considerada ofensiva para uma filha de Maria que deveria se manter casta e pura até o casamento³⁷⁴.

O projeto ultramontano católico, em vigor³⁷⁵, defendeu o modelo familiar cristão tradicional como instrumento de combate à modernidade. Segundo Ivan Manoel, a educação de meninas e jovens, de acordo com os conceitos ultramontanos, teve como objetivo preparar as mulheres para que posteriormente viessem “a ser educadoras dos filhos e de toda a sociedade, conforme os preceitos do catolicismo conservador”. Uma estratégia que ficou conhecida como “teoria dos círculos concêntricos”: “da mãe cristã para filhos cristãos; de

³⁷⁰ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (mar/1935 a ago/1938). p. 12.

³⁷¹ KNIBIEHLER, Ivonne (1991). Op., cit., p. 369-370.

³⁷² APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (mai/1941 a out/1941). p. 10.

³⁷³ *Idem* (out/1926 a nov/1932). p. 21.

³⁷⁴ Conforme Ivonne Kenibiehler, na segunda metade do século XIX, reforça-se ainda mais a ideias de recato, pudor, comportamento angelical para as mulheres. No entanto, esse angelismo, promovido pela Igreja não teve domínio universal. “Nos campos, onde todos podem ver os animais a copular e a parir, é difícil manter a inocência das meninas. Ritos e festas de origem pagã contribuem para despertar a sexualidade. [...]. A ofensiva católica do final do século teve grandes dificuldades em lhes impor essa virtude”. In: KNIBIEHLER, Ivonne (1991). Op., cit., p. 369.

³⁷⁵ Conforme Ivan Manoel o projeto ultramontano da Igreja Católica no Brasil teve ênfase no período entre 1859 a 1959 quando ocorreu a expansão da rede escolar Católica. In: MANOEL, Ivan Aparecido (1996). Op., cit. Para Ítalo Domingos Santirocchi, esse projeto iniciou bem antes, por volta de 1840, quando os seminários criados ou reformados permitiram a formação de uma nova cultura clerical. Buscando “governar a consciência” dos fiéis católicos, ultramontanos ocuparam espaços nas ciências, política, universidades, escolas, etc. In: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos (2015). Op., cit.

filhos cristãos para famílias cristãs, das famílias cristãs para a sociedade cristã”. Deste modo, a Igreja esperava, em pouco tempo, “recristianizar toda a sociedade moderna”³⁷⁶.

Entre as Filhas de Maria do Biribiri o propósito da “teoria dos círculos dos concêntricos” também foi constantemente trabalhado por seu diretor, como demonstra a nota a seguir:

Tenho ouvido falar que para a felicidade no casamento é preciso que haja pureza de intenção. Além da vocação ao estado matrimonial, da prudência na escolha e do procedimento honesto, disposições e conversas e, indispensáveis para receber dignamente e com isso o sacramento do matrimônio, exige-se ainda a pureza de intenção. A intenção é pura quando se tem em vista este tríplice fim: 1º. Fazer a vontade de Deus. Instituído o matrimônio Nosso Senhor quis, com tal meio, estabelecer uma doce sociedade pela qual o homem e a mulher pudessem auxiliar-se mutuamente na vida e comportar-se nas aflições e cuidados da família. 2º. Trabalhar na própria salvação. – Convertendo as amarguras e alegrias da vida conjugal, em tantos meios de santificação, e que o casamento para muitos serve para evitar graves pecados e tornar mais fácil o caminho do Senhor. 3º. Educar cristãmente os filhos – este é o fim mais nobre pelo qual foi instituído o matrimônio: dar à terra filhos que, regenerados pela graça e santamente educados, sirvam e louvem a Deus nesta vida, para depois louvá-lo e glorificá-lo para sempre entre os eleitos do céu. Tais são as intenções que deve ter o cristão em contrair o matrimônio³⁷⁷.

A virtude, o recato, a perspicácia eram temas também discutidos durante as reuniões em que o diretor instruía quais procedimentos uma moça deveria ter para se casar.

Muitas depois de casadas é que vão descobrir os defeitos do marido, daí é que vêm as brigas e tudo mais. Também devem ter intenção reta e pura, nada de noivados, porque estes só servem para desmoralizar a moça; **chegada a ocasião do casamento devem multiplicar os exercícios espirituais** (dezembro, 1932).

[...]

O Revmo. Diretor deu-nos muitos conselhos, falou sobre a **virtude da mansidão** e sobre as faltas que se comete por falta dessa virtude. Falou também sobre o **recato, prudência que uma moça deve ter nas suas relações com pessoas de outro sexo, que até há moças que perdem um bom casamento por serem levianas**, que todo cuidado é pouco (novembro, 1933).

[...]

Falou também que se ele nos dá esses conselhos é para o nosso bem, que deseja que todas sejam muito felizes com o casamento (julho, 1938).

[...]

Há ainda disposições próximas para a felicidade na vida conjugal, que são o estado de graça. Pois sendo o matrimônio o sacramento dos vivos, é preciso recebê-los na amizade com Deus. Recebê-lo em estado de mortal, **e prová-lo é cometer um grave sacrilégio e esquivar-se da graça sacramental**. [...]. A decência e modéstia devem acompanhar as núpcias cristãs. Dia de festa e

³⁷⁶ Todas as aspas citam MANOEL, Ivan Aparecido (1991). Op., cit., p. 49.

³⁷⁷ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (mai/1941 a out/1941). p. 2.

alegria, mas de **uma alegria santa e moderada**, sem as desordens e orgias dos bailes comedeiras e bebedeiras extravagantes e inconvenientes (junho, 1941)³⁷⁸.

O casamento civil, instituído no Brasil com a República³⁷⁹, não era considerado válido pela Igreja Católica. Numa reunião, o diretor criticou “22 casamentos” de pessoas que estavam ligadas só pelo “contrato civil”³⁸⁰. Num outro momento, o diretor instruiu as jovens a não se satisfazerem apenas com o casamento civil.

O Revmo. Diretor primeiramente falou sobre o **contrato civil**, explicando que esse contrato não é casamento, é simplesmente para segurar os bens dos noivos, portanto nenhuma moça deve ficar satisfeita só com esse contrato, que **o verdadeiro casamento é o religioso que foi instituído por Nosso Senhor Jesus Cristo** e que, por conseguinte, é um verdadeiro sacramento que não pode ser dissolvido por nenhum motivo³⁸¹.

Instruir as operárias solteiras para o casamento, conforme o modelo católico, foi uma tarefa que a associação Filhas de Maria abraçou fortemente. Notamos, assim, que a vigilância e o controle, que faziam parte do trabalho na fábrica e do cotidiano da vila operária, se estendiam também no campo ideológico, onde o valor da virgindade foi condicionado a uma moral social.

5.3. Tecendo relações

Os encontros das Filhas de Maria do Biribiri não só moldavam a identidade das moças operárias conforme o modelo católico, como também proporcionavam a elas momentos de entretenimento e interação social. Retiros e festas litúrgicas ou para receber alguma visita especial, assinalavam o cotidiano da vila. Certa vez, o Arcebispo Dom Joaquim Silvério de Souza visitou Biribiri e as associadas foram orientadas, por Monsenhor Levi, como deveriam proceder durante a visita do eclesiástico³⁸².

³⁷⁸ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (mai/1941 a out/1941). (out/1926 a out/1941). (*Grifos nossos*).

³⁷⁹ BRASIL, *Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890*. Promulga a lei sobre o casamento civil.

³⁸⁰ Não se tem conhecimento se essas pessoas moravam na Vila do Biribiri ou em Diamantina. In: APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (jul/1932 a fev/1935). p. 1.

³⁸¹ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (mar/1935 a Ago/1938). p. 28. (*Grifos nossos*).

³⁸² Visita ocorrida em outubro de 1932. In: APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (jul/1932 a fev/1935).

A Igreja local também promovia intercâmbios entre as Filhas de Maria do Biribiri e as Filhas de Maria de Diamantina, como informa a citação a seguir.

Aos 30 de maio do corrente ano [1937] realizou-se a romaria das filhas de Maria do Biribiri a Diamantina, em retribuição à visita que lhes fizeram as filhas de Maria da Imaculada. Devidamente preparadas na véspera pela santa confissão, na manhã do referido dia partiram em quatro caminhões, seguidas de seu diretor Monsenhor Levi Pires de Oliveira, levando seus estandartes. Chegadas em Diamantina, no alto de sua glória foram recebidas pelas filhas de Maria da Imaculada com seus estandartes vistosos e velho andor da Santíssima Virgem primorosamente ornado. Foi um momento feliz, alegre e festivo em que as irmãs espirituais se encontraram [...]. No Colégio de Nossa Senhora das Dores assistiram à missa celebrada por Monsenhor Gabriel [...]. À tarde, novamente reunidas no Colégio, desceram em ordem até a catedral, onde ingressaram nas fileiras da Procissão que realizou como termo do mês de Maria e assistiram à coroação de nossa Senhora, receberam a sua benção do Santíssimo Sacramento e com a mesma ordem, alegria e fervor regressaram ao Biribiri³⁸³.

Esses intercâmbios entre vila operária e cidade ilustram momentos de descontração, ainda que vigiados, vivenciados pelas operárias. A Capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri também recebeu romarias das Filhas de Maria de outras comunidades localizadas no entorno de Diamantina. Em agosto de 1941, as Filhas de Maria de Rio Manso (Couto de Magalhães) visitaram as Filhas de Maria do Biribiri³⁸⁴. Desse modo, compreendemos que as Filhas de Maria contribuía para a formação de um modelo feminino católico na região.

As reuniões das Filhas de Maria também informavam às associadas fatos que ocorriam no mundo, como, por exemplo, a Segunda Guerra Mundial. Em 1941, Monsenhor Levi transmitiu às associadas o desejo do “Santo Padre” – o Papa, de que “todo povo que rezasse pela paz” pedindo, em especial, às Filhas de Maria do Biribiri que oferecessem suas “comunhões, terços, sacrifícios, para que Nosso Senhor termine de uma só vez com esta guerra terrível”³⁸⁵.

As operárias do Biribiri, através da associação Filhas de Maria seguiram as ideias de piedade, obediência, caridade etc. Tendo a “Virgem Maria” como educadora moral e sexual, exemplo máximo de pureza que uma jovem deveria imitar. Na Vila Operária do Biribiri uma educação ampla foi se delineando em espaços não-formais³⁸⁶ cujas práticas

³⁸³ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (mar/1935 a Ago/1938). p. 18.

³⁸⁴ *Idem* (mai/1941 a out/1941). p. 7.

³⁸⁵ *Idem*.

³⁸⁶ Entende-se que a educação em espaços não-formais se dá fora dos espaços escolares. Isto é, ela ocorre através das relações sociais que são formadas na Igreja, na rua e na sociedade. Maiores informações ver: DURKHEIM,

tinham como principal objetivo instruir a mulher católica e a “boa” jovem, formando assim a “boa” operária.

Percebemos que, embora a associação Filhas de Maria exercesse controle e vigilância constantes sobre suas integrantes, existiam aquelas mulheres que ainda burlavam as regras. A prova disso é ameaça do pároco de tomar a fita daquela Filha de Maria que dançasse ou usasse roupas inadequadas para uma mulher católica. Assim, meninas e mulheres confinadas naquela vila, submetidas a um trabalho intenso e a uma moral vigiada desafiavam a ordem estabelecida. A suposta passividade das associadas pode ser compreendida como “táticas”³⁸⁷ de sobrevivência ao poder estabelecido pelo patronato e a Igreja Católica.

Émile. *A educação moral*. Trad. Raquel Weiss. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1917; 2008. Coleção Sociologia.

³⁸⁷ Entendemos como táticas a definição de Michel de Certeau, quando afirma que muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar refeições, etc) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte”. In: CERTEAU, Michel (2014). Op., cit., p. 46.

CAPÍTULO 6
“AÇÃO CATÓLICA”, SANTO ANTÔNIO E “FLORES DE MAIO”:
COTIDIANO E CIRCULARIDADES CULTURAIS

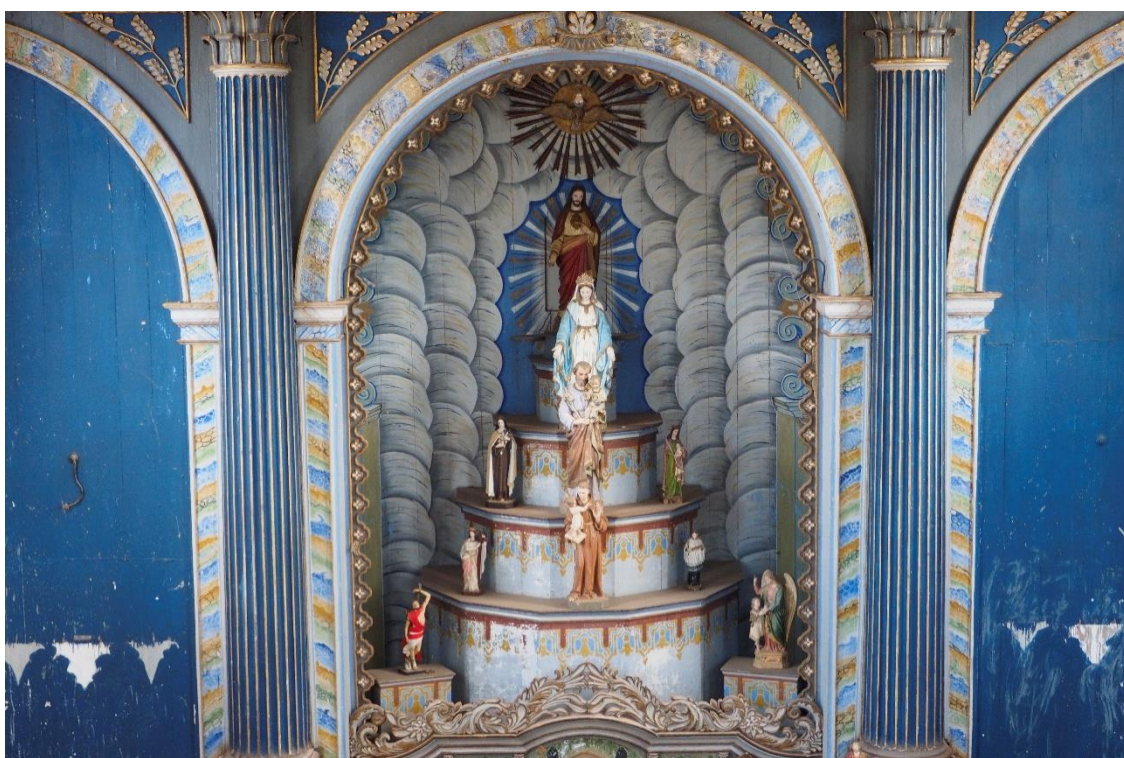


Figura 26: Foto do Altar da Capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri.
Fonte: Fotografia de Estevão Luís Pereira Lima (outubro, 2018).

6.1. Ação Católica

“Oferecemos nossas orações, trabalhos e sofrimentos”. Este era o lema da Ação Católica instituída por Monsenhor Levi, na Vila Operária do Biribiri, em 1937. As bases desse movimento foram lançadas durante o Terceiro Sínodo³⁸⁸, realizado em Diamantina no ano de 1927. Na ocasião, o então Arcebispo Dom Joaquim Silvério de Souza sedimentou as bases para a atuação pastoral dos seus sucessores³⁸⁹. Para se ter uma ideia incipiente dos objetivos da Ação Católica, ficou estabelecido no Artigo 292:

Sendo até hoje por demais limitada entre nós, a ação social católica, tão urgente e útil à época que atravessamos, deve ser ela ampliada de modo a despertar e aproveitar todas as atividades e energias dos homens de boa vontade, em prol da causa comum que consiste na sua defesa e engrandecimento³⁹⁰.

A Ação Católica foi um movimento que ressaltou diversos valores cristãos. Mediante um acurado olhar, pudemos identificar cinco fases distintas, embora conectadas historicamente. A primeira fase ocorreu no período entre 1868-1874, na Itália, e foi marcada pelo associativismo religioso contra a sociedade moderna e o estado liberal. A segunda fase ocorreu no período entre 1875-1902, e foi caracterizada pela publicação da “Obra dos Congressos” que tocou em problemas internos da Igreja, “como também em seu relacionamento com o mundo no campo cultural-religioso, político e social”. A terceira fase, entre 1903-1914, foi assinalada pela ideia de um “projeto de união” entre as várias associações católicas. A quarta fase, entre 1914-1922, foi marcada pelo surgimento de várias “Uniãoes Católicas” e a “Sociedade da Juventude Católica”, coordenadas por uma “Junta Diretiva”. Na última fase, entre 1922-1939, o Papa Pio XI propôs uma associação de católicos, que em seu próprio ambiente, participariam ativamente na missão apostólica da Igreja³⁹¹. Conforme nos informa Ney de Souza:

O papel inicial da Ação Católica Brasileira foi a defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo da atuação

³⁸⁸ Assembleia de Bispos.

³⁸⁹ FIGUEIREDO, Anísia de Paulo (Org.); FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da (2010). Op., cit., p. 33.

³⁹⁰ AEAD. Atas do Terceiro Sínodo da Arquidiocese de Diamantina. Tipografia *A Estrela Polar*, 1929, p.83-84. In: FIGUEIREDO, Anísia de Paulo (Org.); FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da (2010). Op., cit., p. 33.

³⁹¹ Todas as aspas citam SOUZA, Pe. Ney de. *Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites*. Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226> >. Acesso 25/10/2018.

política. Tendo o intelectual Alceu Amoroso Lima como principal colaborador leigo do Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme (1882 - 1942) efetivamente surge em 1933 a Liga Eleitoral Católica e em 1935 a Ação Católica Brasileira tendo Alceu como primeiro presidente³⁹².

A Ação Católica Brasileira buscou intensificar a ideia de que “os ensinamentos sociais concernentes à doutrina da Igreja ministradas aos operários fossem, preferencialmente, por colegas da mesma profissão, previamente formados”³⁹³. A doutrinação começaria com a adoção do método de “ver, julgar, agir, especialmente adaptado à mentalidade concreta do operário”³⁹⁴.

Na cidade mineira de Diamantina, Dom Joaquim recomendou aos sacerdotes, sob a sua supervisão, que se empenhassem “para que as uniões operárias e outras associações não se filiassem à Confederação Geral do Trabalho”³⁹⁵, aderindo-se, assim, às determinações da Encíclica “*Rerum Novarum*”. Conforme informa a Ata do Terceiro Sínodo:

Para combater as nefastas teorias socialistas, comunistas e bolchevistas, que vão alastrando pelo mundo inteiro, envidem reverendos, sacerdotes, principalmente párocos, esforços no sentido de darem orientação católica às associações de classe e uniões operárias existentes em suas paróquias, e instiguem os bons elementos católicos a fundação de outras nos mesmos moldes, sob o patrocínio de São José, onde não houver. [...]. Com o mesmo intuito não percam ocasião de falar a seus paroquianos sobre o respeito a autoridade constituída, os deveres dos operários para com os patrões e vice-versa, tendo sempre em vista o que a tais respeito ensina a Igreja. Procurem, para este fim, bem estudar os assuntos na Teologia e na Encíclica *Rerum Novarum* do imortal Pontífice Leão XIII³⁹⁶.

A Encíclica supracitada foi publicada em maio de 1891, determinando as bases da condição dos operários e as bases da Ação Social Católica. Neste documento, a Igreja reconhecia a situação de desigualdade promovida pela industrialização, posicionava-se contra

³⁹² SOUZA, Pe. Ney de (2006). Op., cit., p. 48-49.

³⁹³ *Idem*.

³⁹⁴ *Idem*.

³⁹⁵ FIGUEIREDO, Anísia de Paulo (Org.); FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da (2010). Op., cit., p. 33. Vale ressaltar que a *Confederação Geral do Trabalho-CGT* foi criada em 1895, no por diferentes sindicatos e federações operárias francesas, juntamente com algumas Bolsas do Trabalho. Essa Confederação adotou uma linha de tipo anarco-sindicalista com o objetivo de estimular o progresso da consciência revolucionária dos trabalhadores em relação aos proprietários convocando-os a participarem de greves e manifestações. A Igreja posicionava contra essa linha de ação, e, através da sua Encíclica *Rerum Novarum*, se posicionou contra conflitos entre trabalhadores e patrões, como veremos a seguir. Para maiores informações sobre *CGT* ver RODRIGUES, LM. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 169 p. ISBN: 978-85-99662-99-1. Available from SciELOBooks <<http://books.scielo.org>>.

³⁹⁶ AEAD. Atas do Terceiro Sínodo da Arquidiocese de Diamantina. Tipografia *A Estrela Polar*, 1929, p. 83-84. In: FIGUEIREDO, Anísia de Paulo (Org.); FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da (2010). Op., cit., p. 33.

o marxismo e defendia o direito de preservação da propriedade privada e da família nuclear, combatendo veementemente os movimentos grevistas. Nesta perspectiva, a união de trabalhadores só seria aceita junto “às confrarias, às congregações e às ordens religiosas de todo o gênero, nascidas da autoridade da Igreja e da piedade dos fiéis”³⁹⁷.

A Igreja almejava, em pouco tempo, regular a vida e os costumes das pessoas, sobretudo das classes pobres, direcionando a concórdia entre os patrões e os operários, mediante um discurso de aceitação e subserviência do trabalhador.

Não luta, mas concórdia das classes [...]. O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vão. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições³⁹⁸.

Em Diamantina, no mesmo ano da publicação dessa Encíclica, ocorreu a fundação da União Operária Beneficente, uma organização classista de ajuda mútua, composta por carpinteiros, pedreiros, tipógrafos, tecelões, artífices ou com profissões relacionadas ao operariado. Caracterizava-se mais como uma união dos ofícios³⁹⁹. Entre os objetivos da União Operária de Diamantina, destacavam-se os seguintes:

1. Promover melhoramentos e aperfeiçoamentos do trabalho proletário, 2. Instruir o proletariado, e, 3. Defender e proteger os sócios e suas famílias, em relação à honra, vida e nos negócios de justo interesse, quer sociais ou pecuniários⁴⁰⁰.

Com o lema “Deus, honra e trabalho”, a União Operária de Diamantina congregou, inicialmente, apenas os mestres de ofícios. Com o decorrer do tempo, passou a atender diversos setores econômicos da cidade⁴⁰¹. E, promoveu escolas noturnas⁴⁰².

³⁹⁷ CARTA ENCÍCLICA DE LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários. 15 de maio de 1891. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/.../hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso 01/01/2017, p. 23.

³⁹⁸ *Idem*, p. 7.

³⁹⁹ AUOD. *Estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina*. 1893.

⁴⁰⁰ *Idem*.

⁴⁰¹ FERNANDES, Antônio Carlos (2005). Op., cit., p. 142.

⁴⁰² Goodwin Junior (2015). Op., cit., p. 274.

A “Ação Social Cristã”, implementada pela Diocese de Diamantina, desenvolveu-se com a ação de Dom João Antônio dos Santos. O seu sucessor, Dom Joaquim, deu segmento a um conjunto de obras, visando a “prosperidade aos diversos segmentos sociais”⁴⁰³. Ao narrar essa história, em 1917, o Centro Diocesano da União Popular listou duas tipologias de movimentos implementados pela Igreja: os movimentos de caridade e os movimentos de ação social⁴⁰⁴.

Quadro 12 Movimentos implementados pela Igreja Católica de Diamantina

Movimentos de Caridade	Movimentos de Ação Social
Senhoras de Caridade Sociedade Protetora da Infância Conferência dos Vicentinos Hospital Nossa Senhora da Saúde Pão de Santo Antônio Hospital Santa Izabel	Filhas de Maria União da Juventude Católica “Maria Imaculada” Associação do Perpétuo Socorro Legião da Luz Catecismo na Prisão Diretoria da União Popular do Centro Diocesano Associação São José Mães Cristãs

Fonte: AEAD. O Centro de União Popular. 1917. Caixa 58. Documentos Avulsos, 1900-1933. In: FIGUEIREDO, Anísia de Paulo (Org.); FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da (2010). Op., cit., p. 34.

A Ação Católica, instituída pelo Monsenhor Levi, na Vila operária do Biribiri em 1937, representou a continuidade dos movimentos de Ação Social implementados pela Igreja. Monsenhor Levi acatou as determinações do Terceiro Sínodo (1927), atuando rigorosamente na doutrinação das operárias⁴⁰⁵. Para ele, a defesa e atividade da Ação Católica era importante porque muitas pessoas, inclusive padres, não entendiam e não compreendiam a sua importância. Como segue:

Não havendo expediente ainda nesta sessão tomou a “Ação Católica” por assunto. Falou que há muitas pessoas que dizem que não prestam para fazer parte da Ação Católica alegando que não compreendem nada de Ação Católica, isto para os Padres. Mas disse-nos o contrário, que todo católico, pode e deve pertencer à Ação Católica, pois é **coisa muito fácil, ensinar e transmitir aos ignorantes que se salve, isto é ensinar o catecismo**, dar

⁴⁰³ FIGUEIREDO, Anísia de Paulo (Org.); FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da (2010). Op., cit., p. 34.

⁴⁰⁴ FIGUEIREDO, Anísia de Paulo (Org.); FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da (2010). Op., cit., p. 34.

⁴⁰⁵ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a out/1941). E, *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (mar/1949 a abril/1962).

bom exemplo, praticar a caridade dando bom conselho não criticando as pessoas ignorantes⁴⁰⁶.

A Ação Católica agregou, ainda mais, o discurso católico na Vila Operária do Biribiri. Monsenhor Levi cuidou para que as operárias e os demais habitantes seguissem os propósitos da Igreja. Nem mesmo as crianças ficariam de fora. Em março de 1937, por exemplo, Monsenhor Levi distribuiu fitas rosas para 12 crianças durante uma celebração religiosa. Essas crianças eram filhos(as) de operários(as) da fábrica. Na ocasião, ele explicou para todos os presentes que a cor rosa simbolizava a “inocência e fervor para com o menino Jesus” e que, ao receberem essas fitas, as crianças deveriam imitar o referido menino, sendo “obedientes aos pais, mestres e todas as pessoas”⁴⁰⁷. Assim, se na associação Filhas de Maria as mulheres deveriam imitar a “Virgem – mãe de Jesus”, no projeto da Ação Católica as crianças deveriam imitar o “filho – o menino Jesus”⁴⁰⁸.

Além do Monsenhor Levi, os padres que o substituíam empenhavam os seus esforços para que as operárias, Filhas de Maria, não se desviassem dos propósitos católicos. O Padre Romano Dherteu, por exemplo, ao presidir uma das reuniões, usou vários exemplos de resignação mariana e teceu elogios às associadas:

O Revmo. Padre Romano disse que tinha o prazer de fazer a reunião em um lugar do nosso Diretor e que tinha, das filhas de Maria, boas expressões, que já fundou associações e achou as **filhas de Maria aqui de Biribiri exemplares e fervorosas**, que lhe auxiliaram muito, mas não queria dizer que já estivéssemos chegado ao auge, pois não deveríamos parar em meio ao caminho, devemos seguir sempre. [...]. **Falou que também foi operário de uma fábrica** e que sabia que **nossa sorte não das melhores**, mas que Nossa Senhora também trabalhava, que não vivia deitada em leitos de rosas, nem frequentava bailes nem teatros⁴⁰⁹.

As operárias, Filhas de Maria do Biribiri, eram “exemplares e fervorosas”, mas ainda não haviam chegado ao auge. Caso chegassem, o papel da Igreja não teria mais sentido naquele lugar. Por outro lado, quando o padre insinuou que “a sorte das operárias não era das melhores”, ele demonstrou que compreendia as dificuldades que permeavam as relações do trabalho⁴¹⁰. E, provavelmente para se aproximar do universo cultural daquelas mulheres, ele invocou a *Virgem Maria* como representação social da mulher trabalhadora e polida que não se divertia em bailes.

⁴⁰⁶ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri*. (mar/1935 a Ago/1938), p. 16-22. (*Grifos nossos*).

⁴⁰⁷ *Idem*, p. 17.

⁴⁰⁸ *Idem*.

⁴⁰⁹ *Idem*, p. 7.

⁴¹⁰ *Idem*.

Desse modo, à Ação Católica, a representação da mãe de Jesus e, também de outros santos católicos, se tornaram instrumentos catequizadores utilizados pelos párocos da Vila do Biribiri. As operárias foram instruídas a não reclamarem do trabalho nem se oporem aos seus empregadores.

6.1.1. O Apostolado da Oração

A Ação Católica instituiu, na Capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri, o “Apostolado da Oração”. Este, como o próprio nome informa, era um segmento composto por pessoas leigas (ambos os sexos), que teriam como propósito seguir os passos dos apóstolos de Cristo, garantindo a evangelização através da oração. Para a Igreja Católica, o Apostolado era o meio pelo qual se salvariam as almas. Inclusive, poderia “exercitar-se de muitas maneiras: pela ação, pela palavra, pela imprensa, pelo exemplo. Contudo o primeiro meio insubstituível seria a Oração”⁴¹¹.

No período entre 27 de março de 1949 a 01 de abril de 1962, o Apostolado da Oração do Biribiri realizou 150 reuniões na Capela do Sagrado Coração de Jesus. As reuniões ocorriam após as missas, aos domingos, juntamente com as reuniões das Filhas de Maria. Quem presidia todas estas reuniões era o Monsenhor Levi⁴¹².

Basicamente, as reuniões eram divididas em duas fases denominadas de “intenções”. Na primeira intenção, Monsenhor Levi, fazendo uso da palavra quase sempre, referia-se a um tema específico, como a juventude, o sentido do apostolado, a catequização das crianças etc. Na segunda intenção, os temas se direcionavam para as vocações missionárias e os assuntos gerais, inerentes ao Apostolado⁴¹³. Em uma dessas intenções, dirigindo-se às operárias do apostolado, Monsenhor Levi afirmou:

A maior parte da juventude tanto estudiosa como operária vive exposta aos mais tremendos perigos devido à **crise da fé** e à **crise moral**. Quantos são os jovens que hoje recebem instrução religiosa suficiente no lar doméstico? A escola entre nós tem sido a grande semeadora da incredulidade. A imoralidade sem reboços apresenta-se à juventude em casa, na rua, nas

⁴¹¹ CIVARDI, Monsenhor Luís. *Formação para o apostolado*. In: Obras raras do catolicismo (digitalizadas). Disponível em < <http://www.obrascaticas.com> >. Acesso 26/10/2018. p. 48.

⁴¹² APE-S/A. *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (Mar/1949 a abr/1962).

⁴¹³ *Idem*.

escolas, nas livrarias, nos teatros, nos cinemas e, numa provocação desregrada [...] ⁴¹⁴.

Nesta mesma reunião, fez questão de se pronunciar sobre as vocações missionárias femininas.

Falou-se um pouco sobre esta segunda intenção, sobre a necessidade e escassez de vocações religiosa feminina, e o temor dos sacrifícios. Peçamos à Santa Terezinha, padroeira das missões, que desperte por toda parte **numerosas vocações missionárias femininas**. O Santo Padre e o Apostolado da Oração ⁴¹⁵.

O religioso afirmou que tais vocações, bem como as ações missionárias da Igreja e os temas discutidos durante as reuniões, eram definidos pelo Sumo Pontífice.

Tudo o que o Apostolado é, as suas riquezas e tesouros espirituais, os seus privilégios, louvores e alento. Tudo deve ao Sumo Pontífice que se dignou a aprovar os Estatutos, enriquecendo de inumeráveis indulgências e recomendado a toda a Igreja ⁴¹⁶.

A Ação Católica teve como propósito levar a doutrina social da Igreja Católica para as escolas, fábricas, meios de comunicação, sindicatos etc. Com isso, esperava-se estimular a criação de diversos movimentos sociais de inspiração cristã ⁴¹⁷. O Apostolado da Oração representou um desses movimentos.

Na Capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri, Monsenhor Levi buscou orientar, principalmente, crianças e mulheres. O Apostolado da Oração discutia, nas suas reuniões, o combate ao comunismo.

Disse nosso diretor que além da falta de vocações sacerdotal, **os comunistas estão perseguindo por toda parte os religiosos**, principalmente sacerdotes, e os Bispos, que nestes países, entregues ao furor comunista, é comovente o rigor com que são tratados, entre tantos perseguidos são eles os mais odiados pelos inimigos da Santa Igreja (fevereiro, 1951).

[...]

Segunda intenção da Reunião: Para que o sul da Ásia se veja **livre do perigo comunista**. Pediu-nos para rezarmos para os missionários tão perseguidos e maltratados pelos agentes comunistas que estão dificultando seu benéfico apostolado (fevereiro, 1953).

[...]

O diretor nos disse que precisamos rezar muito pela conversão dos pecadores, e dos comunistas que estão fazendo estragos, espalhando por toda parte revistas indecentes até de figuras despidas ensinando a pecar,

⁴¹⁴ APE-S/A. *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri*. (Mar/1949). (*Grifos nossos*).

⁴¹⁵ *Idem*.

⁴¹⁶ *Idem*.

⁴¹⁷ SOUZA, Pe. Ney de (2006). Op., cit.

infelizmente, há pessoas que não sabem e comparam só para ver, mas nós não devemos querer ver, devemos rasgar ou então queimar (julho, 1954).

[...]

O diretor pediu que todos os descendentes entrem no único rebanho de Cristo. **Que cessem todas as maquinações do comunismo e do ateísmo moderno.** E que a Ação Católica floresça em toda parte [...], devemos orar pela conversão dos comunistas (fevereiro, 1955).

[...]

O comunismo está avançando doidamente, que nós devemos ter uma fé viva e inabalável, precisamos rezar pela união dos católicos e para os nossos irmãos transviados para que eles votem a verdadeira fé⁴¹⁸.

As condenações ao comunismo se conjugavam à divisão que ocorria em todo o mundo, decorrentes do impacto gerados pela Guerra Fria⁴¹⁹. A Igreja, temendo perder fiéis para o comunismo, buscava ampliar suas ações missionárias, ocorrendo em algumas reuniões os pedidos de orações para os missionários católicos distribuídos em alguns países da África e América Latina, incluindo-se, também países como a Índia, o Paquistão, a Escandinávia, o Japão, o Vietnã, entre outros. Em específicas reuniões, oravam para a Rússia, descrevendo a falta de liberdade para o cultivo da fé católica⁴²⁰. O desenvolvimento da energia atômica também entrou na pauta dos temas abordados. Um dos padres leu as intenções do mês, fazendo alusão de que a energia atômica deveria ser empregada unicamente para usos pacíficos⁴²¹.

Assuntos referentes ao matrimônio, à virgindade, à obediência e ao culto a Maria, também faziam parte dos temas discutidos durante as reuniões do apostolado. Em certa ocasião, Monsenhor Levi instruiu as operárias sobre a virgindade:

O nosso diretor nos deu muitas explicações de como a virgindade é amada por Jesus Cristo, quem segue esta virtude tem muito merecimento diante de Deus. E que tem muita gente que acha que o matrimônio é o que se deve seguir e que o celibato para aquelas que acham que é um absurdo, que elas não podem ficar, façam e que ter um maridinho, mas sabem de qual família é o rapaz, não sabem se é trabalhador, não procuram saber o procedimento dele. Só querem se casar. O diretor nos deu muitas explicações sobre este

⁴¹⁸ APE-S/A. *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (Mar/1949 a abr/1962). (*Grifos nossos*).

⁴¹⁹ A Guerra Fria se instalou no mundo após a Segunda Guerra Mundial, conforme o Eric Hobsbawm, foi uma disputa de pesadelos. “Fossem ou não justificados, os medos do Oriente ou Ocidente eram parte da era de revolução mundial nascida em Outubro de 1917” (Revolução Socialista Russa). Em 1947, EUA e URSS (Rússia), dois campos ideológicos opostos, se defrontaram como inimigos na “Guerra Fria”, instaurando uma corrida armamentista e arbitrando nos conflitos como as guerras do Vietnã e Coréia(s). Em resumo capitalismo (liderado pelos EUA) contra o comunismo (liderado pela extinta URSS). Maiores informações ver: HOBSBAWM, ERIC J. *Era dos extremos: o breve século XX*. tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴²⁰ APE-S/A. *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (Mar/1949 a abr/1962). Todos esses países estariam envolvidos em conflitos consequentes da Guerra Fria. In: HOBSBAWM, ERIC J. *Era dos extremos* (1995). Op., cit.

⁴²¹ APE-S/A. *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (Jul/1957).

assunto e alongou-se com salutares conselhos sobre esta virtude da virgindade e como agrada essa virtude a Nosso Senhor que ele quis nascer de mãe virgem, amou com predileção João Evangelista, o discípulo virgem, e também o pai São José por causa da virgindade⁴²².

Ao criticar as moças que escolhiam para seus respectivos esposos os homens que não eram cristãos e nem trabalhadores, Monsenhor Levi introduz discursos de valorizações do trabalho e da família, exaltando o celibato e a virgindade. Ao mesmo tempo, transmite a ideia de que nem todas as moças se casariam, pois, assim, poderiam seguir as ações missionárias da Igreja⁴²³.

As dificuldades do trabalho operário também aparecem nas “intenções” das reuniões dos associados do Apostolado da Oração. Numa delas o trabalho na fábrica foi tratado como um “sofrimento necessário”⁴²⁴. Em outra ocasião, Monsenhor Levi pediu a cada um para “ter paciência com os pequenos sofrimentos porque, em vista dos sofrimentos de outros irmãos, eles estariam gozando, devendo dar graças a Deus”⁴²⁵. Em outro momento, ele pediu que os operários não se entristecessem com a sua condição questionando: “O que seria do mundo sem operários?” Comparou, dessa maneira, o operário como uma coluna ou o sustentáculo do mundo, cujas mãos deveriam ser beijadas⁴²⁶.

As “intenções” se caracterizavam pelo oferecimento de trabalhos, pelos sofrimentos e pelas boas obras. Eram os motivos que acompanhavam as reuniões dos associados do Apostolado da Oração, na Vila do Biribiri. Monsenhor Levi também orientou todos os associados a fazerem bons usos dos salários instruindo-os a ajudarem as campanhas missionárias da Igreja⁴²⁷.

Porque Monsenhor Levi sugeriu que as mãos dos(as) operários(as) deveriam “ser beijadas”? Não seria apropriado sugerir que as mãos desses(as) trabalhadores(as) deveriam ser bem pagas? E, por que o “bom uso” dos salários seria investi-los nas obras da Igreja? As recomendações do religioso indicam mecanismos de controle e apaziguamento. Assim, os(as) operários(as) da Fábrica do Biribiri adequavam-se gradativamente aos propósitos da Igreja Católica assim como também do patronato.

⁴²² APE-S/A. *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (abr/1954).

⁴²³ *Idem*.

⁴²⁴ *Idem*. (mar/1949 a abr/1962).

⁴²⁵ *Idem*. (mar/1954).

⁴²⁶ *Idem*. (fev/1958).

⁴²⁷ *Idem*. (mar/1949 a abr/1962).

Igualmente, o Monsenhor Levi condenava os que faziam o uso de bebidas alcoólicas e cigarros. Certa vez, ele se direcionou exclusivamente às mulheres e aconselhou-as a não se envolverem com pessoas que tivessem esses “maus hábitos”⁴²⁸.

Primeira intenção: pelo uso moderado das bebidas fumo e de outros regalos. [...] o diretor nos disse que a cachaça e o fumo fazem uma grande mal às pessoas que fazem uso deles. Nos aconselhou para não casarmos com rapazes que tenham estes vícios da embriaguez⁴²⁹.

As reuniões também instruía os(as) associados(as) do Apostolado a praticarem atos de orações diariamente, conforme mostra o trecho a seguir.

O diretor falou sobre os exercícios de cada dia. Que devemos rezar em oferecimento e a dezena do terço todos dias, fazer bem feita as orações da manhã, e oferecer as boas obras e sofrimentos, segundo as intenções do Divino Coração e do Apostolado. [...] Disse que todos que fazem parte no Apostolado têm obrigação de fazer hora santa⁴³⁰.

Ao ser questionada sobre sua rotina na Vila Operária do Biribiri, Maria da Conceição de Assis Pereira, operária que trabalhou na fábrica no período entre 1955 e 1963, afirmou o seguinte: “a gente se levantava às 5 e 30 da manhã para às 6 horas, estarmos na sala de recreio para rezar o *Ângelus*⁴³¹ antes de começar serviço na fábrica”⁴³². Assim, as orações não ocorriam apenas durante as missas ou reuniões do Apostolado da Oração, mas estavam igualmente presentes no cotidiano de todos os moradores do lugar, especialmente, das operárias.

A Igreja Católica também instruía as operárias, integrantes do Apostolado da Oração, a usarem o tempo para a prática das boas obras quando não estivessem trabalhando na fábrica. Desse modo, não desperdiçariam o tempo livre com bobagens e coisas desnecessárias⁴³³. Compreendemos assim que, o tempo deveria ser usado de forma racional dividido entre as atividades religiosas (orações, missas etc) e o trabalho fabril.

⁴²⁸ Expressão usada por Monsenhor Levi. In: APE-S/A. *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (jan/1956).

⁴²⁹ APE-S/A. *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri*. (Jan/1956).

⁴³⁰ *Idem*.

⁴³¹ “O *Ângelus* é uma oração da Igreja que honra a Encarnação do Salvador e, ao mesmo tempo, reconhece os méritos de fé e humildade da Virgem Maria: ela disse Sim a Deus quando o Anjo Gabriel (o próprio “*Ângelus*”, ou Anjo, que dá nome à oração) lhe anunciou que Deus a convidava para ser a Mãe de Jesus. [...] Reza-se o *Ângelus*, tradicionalmente, às 6 horas, ao meio-dia e às 18 horas. In: ALETEIA. *A oração do Ângelus: sua história, seu significado e como rezá-lo*. Disponível em < <https://pt.aleteia.org/2015/09/16/a-oracao-do-angelus-sua-historia-seu-significado-e-como-reza-lo/>>. Acesso 29/10/2018.

⁴³² Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018.

⁴³³ APE-S/A. *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri*. (Mar/1949 a abr/1962).

Por outro lado, para produção capitalista o ócio e o lazer eram prejudiciais. E. P. Thompson, por exemplo, ao pesquisar sobre os operários na Inglaterra, mostrou-nos que com a instituição do modelo capitalista industrial, o ócio e o lazer eram dispensáveis.

Por meio de tudo isso – pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina do tempo. A mudança levou várias gerações para se concretizar (como nos Potteries), sendo possível duvidar até que ponto foi plenamente realizada: ritmos de trabalho irregulares foram perpetuados (e até institucionalizados) no século atual (XX), especialmente em Londres e nos grandes portos. [...]. Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente “passe o tempo”⁴³⁴.

Com apoio da Igreja Católica, a lógica do uso racional do tempo também esteve presente no cotidiano dos(as) empregados(as), na Fábrica de Tecido do Biribiri. O controle do tempo ocorria na fábrica e nos espaços da vida privada das mulheres e dos homens. Mas, esse controle não era apenas para produção capitalista, mas para a vivência moralista⁴³⁵. Assim, momentos de lazer e descanso eram permeados por missas, procissões e festas religiosas⁴³⁶.

A presença da Igreja na vila operária contribuiu para o intercâmbio dos moradores com mundo exterior. Ainda que pelo olhar enviesado dos missionários católicos, essas pessoas, sobretudo mulheres, tiveram acesso às informações vindas da Europa, Ásia África e América Latina. Elas realizavam orações pela paz, pela conversão dos infiéis e pela justiça social⁴³⁷. Por fim, os documentos analisados revelaram-nos a vivência moral e religiosa dos(as) operários(as) na Vila do Biribiri.

6.2. Santo Antônio

Vimos no capítulo 5 que cultos e devoção à Virgem Maria eram constantes na Capela do Sagrado Coração do Biribiri. Mas, como a cultura católica é permeada de outros santos, não podemos deixar de fora o santo padroeiro da cidade de Diamantina, Santo

⁴³⁴ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. Revisão técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 297-298.

⁴³⁵ Para entender controle do tempo moralista ver: CHALHOUB, Sidney (1999). Op., cit.

⁴³⁶ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a out/1941) e *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (mar/1949 a abril/1962).

⁴³⁷ *Idem*.

Antônio. No ano de 1929, os proprietários da fábrica, irmãos Algemiro Pompoloni Duarte e João Gerundino Duarte, afixaram na portaria uma oração intitulada “Petição ao Glorioso Santo Antônio”, que dizia o seguinte:

Oh! Meu glorioso Santo Antônio, nós miseráveis pecadores, necessitando do vosso auxílio e proteção, vimos a vossa presença pedir-vos que nos concedais a grande graça de **vendermos durante este ano toda produção da Fábrica do Biribiri**, com bom resultado inclusive o que está fabricado na fábrica e aqui, sem ficar fazenda alguma nos depósitos de um ano para o outro; se vós nos concedes esta graça **vos daremos no fim do ano a quantia de 70\$000 para o pão dos pobres**. Pedimos mais a graça de em 12 meses os teares produzirem no mínimo 150.000 metros de pano por mês, se formos atendidos neste pedido, vos daremos no fim do ano a quantia de **200\$000**. Se a turbina, filatórios, calandra, teares e as diferentes máquinas não zangarem e nem sofrem alteração alguma, daremos também para o pão dos pobres a quantia de **60\$000**. Se os regos, caixas de areia, camas e também nos rios, nas pontes, na estrada não houver entupimento nenhum, vos daremos **40\$000**. Se na fábrica, depósitos de algodão e de fazendas, oficinas, dínamos e roda peltons não houver a menor atrapalhação nem acidente, daremos a quantia **60\$000**. Se na capela, armazéns e casas do Biribiri e daqui não houver a menor novidade, nem arreamento, vos daremos a quantia de **30\$000**. Também vos pedimos que nos livres de qualquer perseguição durante este ano, por cuja graça vos daremos **30\$000**. Se fizerdes com que as nossas casas de comércio não sofram o menos prejuízo ou mercadoria encalhada, vos daremos **20\$000**. Se fizerdes com que encontremos algodão para comprarmos por preço conveniente que não nos dê prejuízo e sempre em quantidade que a fábrica não venha a parar um só dia por falta de algodão, daremos **30\$000**. Se fizerdes com que no Biribiri não haja enchentes que atinjam a fábrica as casas e pontes causando-nos algum prejuízo, vos daremos no fim do ano **30\$000** para vossos pobres. Se vós nos conceder a graça de durante este ano, nós não perdermos um só vintém no algodão que já temos comprado e o que continuarmos a comprar nos tecidos que já temos vendido e os que faltam recebermos as importâncias; nos que continuamos a vender e em outro qualquer negócio que já fizemos ou que venhamos a fazer, vos daremos a quantia de **50\$000**. Se vendermos anualmente aqui na loja 60.000\$000, vos daremos **30\$000** no fim do ano. Vossos humildes servos. Duarte & Irmão⁴³⁸.

Se o padroeiro de Diamantina atendesse a todos os pedidos listados na petição a associação do “Pão dos pobres”⁴³⁹, então, receberia a quantia de total de 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis). A petição insinua a formação de um pacto, uma espécie de contrato entre os proprietários da fábrica e o santo, de forma que todos pudessem ganhar. Os proprietários lucrariam com a fábrica produzindo sem interrupções e o “santo”, ou melhor, a

⁴³⁸ MAM. *Petição ao Glorioso Santo Antônio*. (Diamantina 10/01/1929). (*Grifos nossos*).

⁴³⁹ Referência à instituição denominada de “Recolhimento dos Pobres” fundada por José Augusto Neves em 1901, com apoio da Pia União Pão de Santo Antônio, tendo como objetivo abrigar idosos desamparados. Anos mais tarde esta instituição passou a se denominar também Pão de Santo Antônio. In: GOODWIN JÚNIOR. James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2015. p. 141.

associação Pão dos Pobres de Santo Antônio receberia recursos para manutenção de suas obras sociais.

A associação Pão dos Pobres também mantinha o jornal *Pão de Santo Antônio*, que circulou em Diamantina entre 1906-1933⁴⁴⁰. Neste periódico, Santo Antônio era descrito como protetor dos “pobrezinhos”, como aquele que curava os “enfermos”, fazia o “perdido” se encontrar, convertia “os pecadores”, transformava “os corações indiferentes”, conduzia os “pecadores às penitências”, protegia “aos navegantes”, harmonizava “a família”, procurava trabalho para os “desocupados” e conduzia “soldados à vitória”⁴⁴¹. Podemos considerar que as benfeitorias dos milagres atribuídos a este santo influenciaram a escrita da petição.

Santo Antônio é o padroeiro da cidade de Diamantina e sua população, ao longo dos tempos, realizou festejos e precisões em sua homenagem⁴⁴². Vale ressaltar que o culto a “Santo Antônio”, no Brasil, se desenvolveu durante o processo de colonização, assumindo com o decorrer do tempo uma importância considerável⁴⁴³. São vários os milagres atribuídos ao santo. “Trata-se de um santo considerado “milagroso” e “poderoso”, que já realizou e que vem realizando um grande volume de milagres até os dias de hoje”⁴⁴⁴. Isto asseguraria a eficácia do seu poder. Entre seus milagres se destacam a “conversão dos hereges”, a “recuperação de coisas perdidas” e multiplicação dos “pães” do convento para doar aos pobres”⁴⁴⁵. Sua devoção assumiu diversas características como “o patrono celestial do Exército brasileiro”, o santo “alegre”, “bonachão” e “festeiro”, “familiar” e “casamenteiro”⁴⁴⁶. Renata de Castro Menezes nos informa que:

A tradição existente em torno da figura de Santo Antônio, que combina sua vida, sua reputação de santidade e os poderes que lhe são reconhecidos, entre outros elementos, permite que o santo possa ser concebido de várias

⁴⁴⁰ Conforme James William Goodwin Jr., o jornal *Pão de Santo Antônio*, guiado por seu redator geral e mentor José Augusto Neves, foi Boletim Mensal da Pia União, inaugurado em 1906. Desde o início, o jornal se posicionou contra aquilo que chamava de “desvios do mundo moderno”, assumindo um caráter conservador católico. “Coerente com sua atitude moralista o jornal assumiu também o papel de educador das massas”. In: GOODWIN JÚNIOR. James William (2015). Op., cit., p. 142.

⁴⁴¹ Todas as aspas são citações do *Jornal Pão de Santo Antônio*. In: PUPSA. *Jornal Pão de Santo Antônio*. 28/05/1916, p. 4

⁴⁴² PUPSA. *Jornal Pão de Santo Antônio*. (1915 a 1950).

⁴⁴³ Segundo Renata de Castro Menezes, Santo Antônio iniciou seus estudos em teologia na ordem dos agostinianos em Portugal, mais tarde mudou-se para ordem dos franciscanos, onde com seus conhecimentos eruditos ajudaria a institucionalizar a ordem. “Durante o período de trabalho pastoral em Pádua, os milagres de Antônio enfatizariam sua preocupação com a restauração da ordem, da normalidade e da justiça e com a defesa dos pobres”. In: MENEZES, Renata de Castro. *A dinâmica do sagrado: rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004 – (Coleção Antropologia da política ; 31), pp. 148-166.

⁴⁴⁴ MENEZES, Renata de Castro (2004). Op., cit., p. 154.

⁴⁴⁵ *Idem*, Op., cit., p. 156-157.

⁴⁴⁶ *Idem*.

maneiras, de acordo com o contexto social específico em que ele é acionado ou cultuado, e com os interesses que entram em jogo nesse contexto⁴⁴⁷.

Outra característica atribuída a esse santo seria a negociação em troca de favores, como, por exemplo: as moças solteiras que, em troca de um “marido”, realizavam inúmeros castigos em sua imagem, colocando-a de cabeça para baixo num poço com água, ou ainda retirando o “menino Jesus” dos seus braços, entre outras. Essas atitudes possibilitariam aos devotos e devotas manterem certa proximidade com o santo, imputando e estabelecendo com ele relações marcadas por “intimidade e ternura”⁴⁴⁸.

Na “petição ao glorioso Santo Antônio”, averiguamos a criação de laços de intimidade e subterfúgios comerciais. Quanto a estes últimos, os donos da fábrica pedem a intercessão nas atribuições que poderiam causar prejuízos materiais ou financeiros. Em troca, eles assumiam uma promessa de doar dinheiro para a associação Pão dos Pobres. Notamos que as quantias eram negociadas conforme grau de importância econômica: os teares, por exemplo, produzindo durante os doze meses do ano, custariam 200\$000 (duzentos mil réis) em doação⁴⁴⁹.

Ao pedir ao santo que as máquinas não gerassem problemas, que as pontes não sofressem nenhum dano com as águas das chuvas, por proteção nas casas, armazéns e capela, ou ainda, que não houvesse enchentes na Vila do Biribiri, a petição conduz-nos a deduzir que esses problemas eram vivenciados. Assim, ela demonstra aspectos que envolviam o mundo do trabalho⁴⁵⁰. Vale ressaltar que, a listagem do funcionamento e aspectos do negócio que Santo Antônio deveria proteger, representavam aquilo que os donos consideravam importante. Na petição não há menção a acidentes de trabalho ou doenças. Basicamente, os(as) operários(as) estão aliçados(as) de acordo. Não estão cobertos(as) neste “seguro” espiritual.

Segundo Luciana Armomino e Osias Ribeiro Neves, essa petição também ficava afixada na porta da fábrica para que todos os operários rezassem⁴⁵¹. Durante o levantamento de fontes, encontramos uma cópia dessa petição emoldurada num quadro, conforme ilustra a **figura 27**. Isto sugere que os laços de intimidade com o referido santo também eram estendidos aos funcionários da fábrica.

⁴⁴⁷ MENEZES, Renata de Castro (2004). Op., cit., p. 163.

⁴⁴⁸ *Idem*, p. 160.

⁴⁴⁹ MAM. *Petição ao Glorioso Santo Antônio*. (Diamantina 10/01/1929).

⁴⁵⁰ *Idem*.

⁴⁵¹ ARMOMINO, Luciana; NEVES, Osias Ribeiro. *Tecendo Memórias: a história da Estamparia*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2007, p. 100.

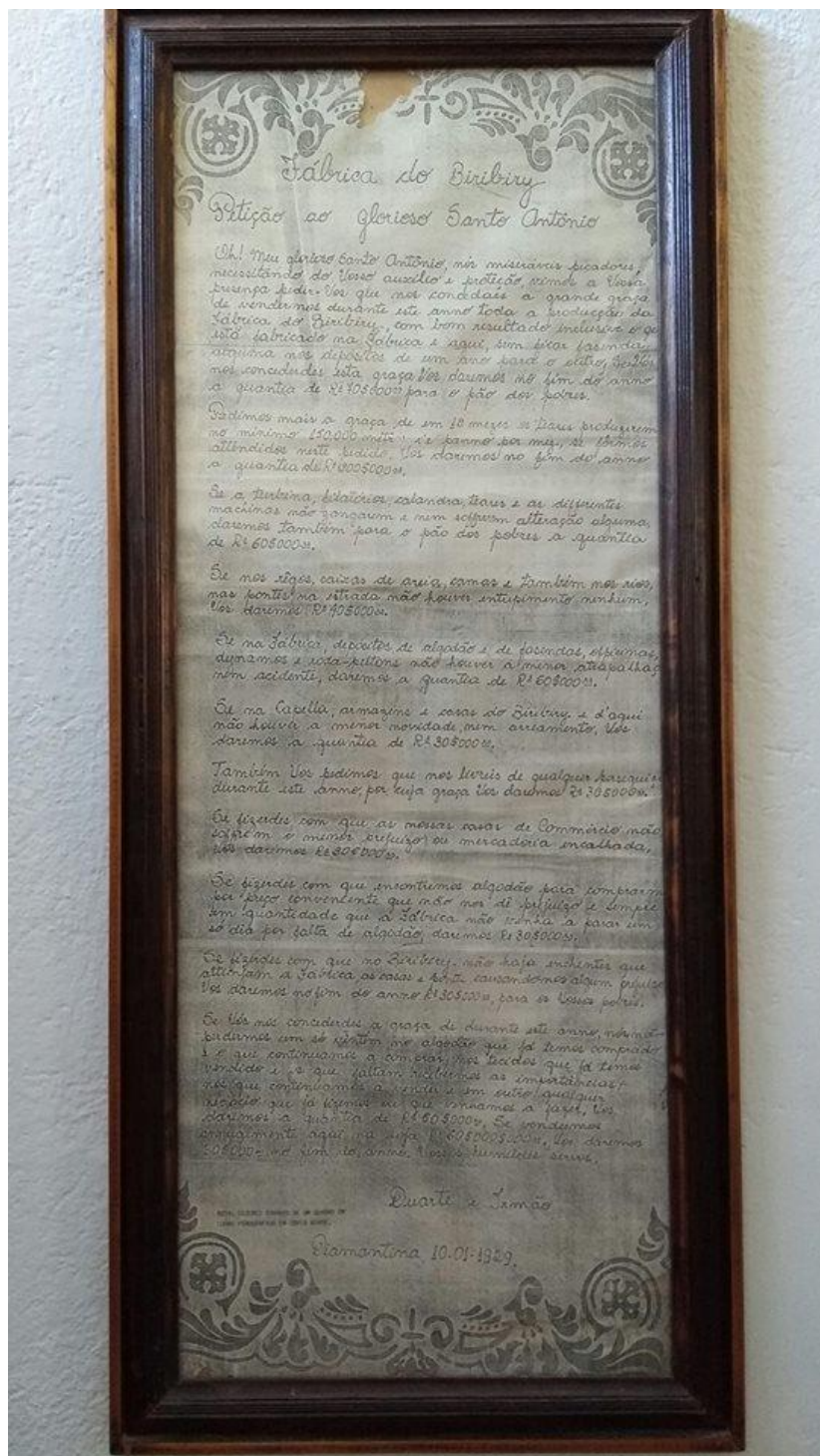


Figura 27. Foto do quadro da Oração “Petição ao Glorioso Santo Antônio”.
Fonte: MAM. *Petição ao Glorioso Santo Antônio*. (Diamantina 10/01/1929).

Deprendemos que, ao fixar este quadro na portaria, os proprietários demonstravam sua devoção ao santo, mas também induziam o imaginário de que todos(as) seriam responsáveis em suas vivências e petições a “Santo Antônio”, especialmente no atendimento das preces e solicitações. Assim, a associação Pão dos Pobres poderia receber as

doações prometidas⁴⁵². Na prática, quem iria produzir 150.000 metros de tecidos seriam as fiandeiras e tecelãs, que recebiam por produção. Quem iria cuidar da manutenção das pontes e casas seriam os pedreiros, os carpinteiros e os serventes. Mas, Santo Antônio, com certeza, seria aquele que levaria o crédito por todo o êxito da fábrica.

6.3. As Flores de Maio

Na cultura católica, o mês de maio marca as festividades marianas. A coroação à imagem da “Virgem Maria” foi um ritual simbólico popular que se iniciou no século XIX⁴⁵³. Durante o ritual, as crianças, apenas meninas, se vestiam de branco e, organizadas em filas, entravam na igreja cantando músicas de adoração à santa, enquanto caminhavam até o altar. No altar, mediante cantos e louvores, as meninas ofereciam à imagem da virgem o véu, a coroa e as flores. Este rito tem como simbologia o culto à virgindade e a criação de laços de afetividades com a santa⁴⁵⁴.

Numa cultura acentuadamente católica, como a que se evidencia em Diamantina e nas regiões ao entorno⁴⁵⁵, as festas marianas, contendo esse ritual de adoração, eram realizadas com frequência⁴⁵⁶. Muitas famílias se inspiraram nestas festas para nomearem suas filhas. Entre as operárias do Biribiri, por exemplo, identificamos 461 Marias. Entre elas sete se chamavam “Maria Flor de Maio”⁴⁵⁷.

Maria Flor de Maio Dias nasceu em São João da Chapada no dia 14 de outubro de 1901. Filha do casal Sebastião José Dias e dona Luiza Rodrigues Dias, ela ingressou na fábrica em outubro de 1926 para trabalhar como fiandeira. A data de sua saída não consta na

⁴⁵² MAM. *Petição ao Glorioso Santo Antônio*. (Diamantina 10/01/1929).

⁴⁵³ GIORGIO, Michela (1991). Op., cit., 199-237.

⁴⁵⁴ No Brasil ele ocorre nos dias atuais e agora permite meninos também participem. In: BORGES, Kátia Franciele Corrêa. *Santa, Esposa-mãe e professora*. Montes Claros, Unimontes, 2013.

⁴⁵⁵ Vale ressaltar que Diamantina era sede da cidade episcopal. Conforme Dayse Lúcida Santos, “no final do século XIX e início do século XX, o território correspondente à área de atuação da cidade episcopal era vastíssimo e foi, ao longo do tempo subdividido com vistas a melhor administração do clero diocesano ou secular e à atuação deste nos longínquos locais da porção noroeste, norte e nordeste do Estado mineiro”. [...] “O arcebispado de Diamantina registrou 10 mil pessoas em 1923, e para toda a arquidiocese, o quantitativo de 407.229 indivíduos, sendo que para o ano de 1949, esse quantitativo aumentou para 584.935 pessoas”. In: SANTOS, Dayse Lúcida (2015). Op., cit., p. 135-138.

⁴⁵⁶ APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a out/1941) e *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (mar/1949 a abril/1962).

⁴⁵⁷ Parte dessas Marias estão retratadas no ANEXO II – Operárias do Biribiri fotografadas por Assis Horta (1943).

sua ficha de cadastro, mas um aviso sobre alteração de salário informa que em setembro de 1955 ela ainda fazia parte do quadro de funcionários⁴⁵⁸.

Maria Flor de Maio da Cruz nasceu no distrito de Sopa, em 03 de maio de 1912 e foi registrada como filha de Alexino Gomes e dona Maria Severina Alves. Iniciou-se como fiandeira na fábrica em abril de 1933. Viúva, parda e pobre, dali ela só saiu em abril de 1952⁴⁵⁹.

Maria Flor de Maio Borges dos Santos nasceu no Biribiri, em 11 de maio de 1916, seus pais eram João Quirino dos Santos e Maria José Borges. Aos 13 anos começou a trabalhar como “operária da fiação” na fábrica em janeiro de 1929. A data de sua saída não consta na sua ficha de cadastro. Todavia, no verso da sua ficha consta a informação de que ela gozou de férias entre 24 a 29 de abril de 1937⁴⁶⁰.

Maria Flor de Maio Pinto era filha do casal Antônio Virgílio Pinto e dona Maria Isabel Miranda. Nasceu em 02 de maio de 1926 no distrito de São João da Chapada. Aos 15 anos foi contratada pela fábrica para atuar no setor de tecelagem⁴⁶¹, precisamente em maio de 1941. Solteira, parda e alfabetizada, ela trabalhou na fábrica do Biribiri até novembro de 1945⁴⁶².

Maria Flor de Maio Pereira nasceu em 08 de maio de 1931, também no distrito de São João da Chapada. Ela era filha do casal Sebastião Correia da Silva e dona Elvira Pereira da Silva. Entrou para o trabalho fabril aos 17 anos, em abril de 1948. A sua ficha cadastral não informa quanto tempo ela permaneceu na fábrica. Sabe-se apenas que ela era fiandeira, solteira e alfabetizada⁴⁶³.

Maria Flor de Maio Campos nasceu em Diamantina, em 30 de maio de 1934. Filha do casal José Braz Rosa e dona Genova Rosa Campos, começou a trabalhar na fiação em maio de 1949, com 15 anos de idade. Ela era alfabetizada e trabalhou na fábrica até maio de 1951⁴⁶⁴.

Maria Flor de Maio Vieira nasceu no distrito de Curimataí em 01 de maio de 1937. Era filha de Francisco Vieira de Atayde e dona Alva Fonseca da Silva. Sua história na fábrica se divide em dois períodos. O primeiro ocorreu entre 01/10/1951 e 03/07/1956,

⁴⁵⁸ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

⁴⁵⁹ *Idem*

⁴⁶⁰ *Idem*.

⁴⁶¹ Ver Retrato da carteira de trabalho no ANEXO II – Operárias do Biribiri fotografadas por Assis Horta (1943).

⁴⁶² APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

⁴⁶³ *Idem*.

⁴⁶⁴ *Idem*.

quando trabalhou como operária da fiação. E o segundo, entre 28/11/1956 e 28/03/1957, quando foi admitida para trabalhar nos setores de fiação e tecelagem. Declarou na sua ficha ser “morena”. Ela era solteira e sabia assinar o próprio nome. Quando ingressou pela primeira vez na fábrica tinha 14 anos idade⁴⁶⁵.

Embora a “flor de maio” seja uma espécie vegetal comum da região de Minas Gerais⁴⁶⁶, podemos deduzir que as “Marias Flores de Maio” assim se chamavam devido a vários simbolismos da cultura católica. Com exceção da operária Maria Flor de Maio Dias, que nasceu em outubro, as demais nasceram em maio⁴⁶⁷.

Um dos simbolismos estaria ligado à comparação da mulher com uma “flor”. Na história da cultura da humanidade, desde antes do Antigo Egito até a modernidade, as flores são cultivadas e são portadoras de uma multiplicidade de significados e símbolos⁴⁶⁸. Nas aldeias francesas, por exemplo, as flores, especificamente as rosas, simbolizavam a mulher virgem conforme mostra Michela de Giorgio:

Nas aldeias francesas, as *rosières* submetem-se à prova da quantificação social da virtude feminina. As jovens coroadas em maio (cerca de um milhar no século XIX) são o símbolo da rapariga que luta justamente pela melhoria da sua condição sem perder o seu capital de virgindade. Perante uma comissão composta pelo presidente da câmara, pelo padre e pelo professor, elas devem demonstrar (com certificado médico) que são puras de condição modestas e dispostas ao trabalho (...), a ‘*rosière*’ é o antídoto demonstrativo do alarme social sobre a pureza feminina⁴⁶⁹.

Na simbologia cristã as flores, representadas na iconografia mariana, podem ser interpretadas como símbolos da “candura, da pureza, da fertilidade, da beleza e florescimento espiritual”⁴⁷⁰. Assim as “Marias Flores de Maio”, assim como as demais Marias, ilustram parte do simbolismo católico na Fábrica de Tecidos do Biribiri. Essas mulheres não só tinham o nome da santa como também eram instruídas, por meio das associações Filhas de Maria ou Apostolado da Oração, a imitarem suas virtudes.

⁴⁶⁵ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

⁴⁶⁶ A “Flor de Maio” é uma espécie do gênero *Schlumbergera* natural nas regiões do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. É também conhecida como flor-de-seda. Suas flores são multicoloridas cujas pétalas lembram um semicírculo quando abertas. Sua florada acontece entre os meses de abril e junho. In: LONE, Alessandro Borini et al. *Temperatura e substrato para germinação de sementes de flor-de-maio (Schlumbergera truncata (Haw.) Moran)*. Rev. Ceres, Viçosa, v. 57, n.3, p. 367-371, mai/jun, 2010.

⁴⁶⁷ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).

⁴⁶⁸ Tradução livre. GOODY, Jack. *The Culture of Flowers*. Cambridge University Press, 1993.

⁴⁶⁹ GIORGIO, Michela. O modelo Católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente: o Século XIX*. Trad. COELHO, Maria Helena da Cruz; et. al. Porto/Portugal: Edições Afrontamento; São Paulo/Brasil: EBRADIL. 1991. Vol.4 p. 199-237.

⁴⁷⁰ SILVA, Alcina Silva Santos. *As flores na pintura da “Anunciação” nos séculos XVI e XVII: a simbologia cristã e a arte decorativa*. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, 2011.

6.4. Cultura do associativismo

Em julho de 1960 o presidente da União Operária Beneficente de Diamantina encaminhou para o prefeito da cidade, doutor Sílvio Felício dos Santos, a seguinte correspondência.

Exmo. Senhor Doutor Sílvio Felício dos Santos – Prefeito Municipal de Diamantina. Venho à presença de V.S. solicitando e apelando para os sentimentos nobres pelo coração generoso de V.S. uma colocação, como servente em qualquer repartição desta cidade, para a senhora Maria Flor de Maio Cruz, esposa, digo, viúva do ex-associado desta Sociedade – União Operária Beneficente, cuja senhora vem lutando com grandes dificuldades para a manutenção de seus filhos, vista do grande custo de vida e possuir a mesma apenas filhos menores. Antecipando a V.S. sinceros agradecimentos, firmo-me atenciosamente. Paulo Luiz Vial – Presidente da União Operária⁴⁷¹

Maria Flor de Maio Cruz, citada na sessão anterior, trabalhou na Fábrica do Biribiri no período entre 1933 e 1957. E, em 1960, estando desempregada, recorreu ao Presidente da União Operária para pedir ajuda na busca por um novo trabalho. No entanto, tirando o registro do marido falecido, não encontramos fontes que identificassem a sua presença também como associada da União Operária Beneficente de Diamantina. Mas era comum que as associações mutualistas⁴⁷² prestassem assistências às esposas dos associados falecidos⁴⁷³.

Tivemos acesso à lista de sócios da União Operária de Diamantina no ano de 1957 e notamos que, entre 132 nomes listados apenas 7 eram mulheres. Isto se repetiu em várias listas que analisamos do período entre 1960 e 1962. Entre os associados que trabalhavam na Fábrica do Biribiri, só identificamos Paulo Duarte, que atuou como comerciário contratado pela fábrica, no período de 1918 a 1954⁴⁷⁴.

⁴⁷¹ AUOD. *Correspondência 12 de julho de 1960. Doutor Sílvio Felício dos Santos* – Prefeito de Diamantina.

⁴⁷² Ronaldo Pereira de Jesus, ao pesquisar os registros de sociedades beneficentes na cidade do Rio de Janeiro, entre 1860 e 1889, identificou oito tipologias de mutualismo. “1. Sociedades Beneficentes – Mutuais (Gerais); 2. Sociedades Beneficentes de Ofícios (Categorias Profissionais); Sociedades Beneficentes de Classe (Vários Ofícios); 3. Sociedades Beneficentes de Libertos; 4. Sociedades Beneficentes de Imigrantes e/ou Comemorativas; 5. Sociedades Beneficentes Regionais; 6. Sociedades Beneficentes Filantrópicas; 7. Sociedades Beneficentes de Empresários e Comerciantes”. Maiores informações ver: JESUS, Ronaldo Pereira. *Mutualismo entre ex-escravos e operários no Rio de Janeiro (1860-1889)*. In: LOBO, Valéria, DELGADO, Ignácio Godinho, VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (Orgs.). *Trabalho, proteção e direitos: o Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

⁴⁷³ AUOD. *Estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina*. 1893.

⁴⁷⁴ APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918-1959).

Observamos que o único tipo de experiência associativa entre as trabalhadoras do Biribiri era de matiz religiosa, a associação Filhas de Maria e o Apostado da Oração. E que, embora fossem associações regidas por estatutos, e que mantinham uma formação interna rígida, elas representavam mais um espaço de circularidades do discurso católico do que um espaço para reivindicações trabalhistas.

Ao falar sobre sua participação na associação Filhas de Maria e da sua relação com as outras operárias, a (ex)operária Maria da Conceição de Assis descreveu o seguinte:

Na Vila do Biribiri tinha **muitas reuniões das Filhas de Maria na Igreja. A gente se arrumava e saía do jardim do Convento, de duas em duas, para Igreja.** As moças que tinham boas vozes eram convidadas para cantar no coro. Mas era gostoso, muita coisa lá era muito boa. **Só aquilo de ter um tanto de moças, umas conversando com as outras, umas sendo colegas das outras.** E quando era domingo, as moças ficavam aguardando os namorados que iam visita-las, uns namorados iam de carro, outros a cavalo ou a pé [...]. Eles só poderiam ficar durante o dia. **Me dava raiva quando o relógio marcava nove horas da noite, aí vinha a Regente com aquela campanha mandando a gente se recolher.** Lá tinha festa do mês de maio, era tão gostoso, eles faziam altar lá fora. Teve uma vez que a imagem de Nossa Senhora de Fátima foi nos visitar e eles arrumaram umas crianças, filhas do povo que trabalhava na fábrica e os vestiram de anjos. Outra vez teve uma festa para o senhor João Carlos Duarte, filho de um dos donos da fábrica que se ordenou padre, mas foi uma festa tão bonita. Até hoje eu tenho saudades daquela festa. **Não sei se era porque para mim, que vinha de lugar bem isolado que era Pinheiro, aquela festa com aquele ornamento muito bem arrumado e muita gente de Diamantina, que foi para essa festa, gente grande, gente rica, parentes do padre e tudo. A festa foi linda. [...]. Até hoje eu tenho saudades**⁴⁷⁵

Percebemos que Maria da Conceição achava divertidas as reuniões da associação Filhas de Maria e as festas religiosas, assim como também, a reciprocidade entre as moças que trabalhavam na fábrica, mas ela não gostava do toque de recolher que ocorria às 21 horas. Na sua percepção, sua vida era boa porque ela provinha de uma região isolada, onde não existiam tantas festas e, trabalhando na fábrica e morando na Vila do Biribiri, ela poderia participar dos eventos e interagir com outras pessoas⁴⁷⁶.

Assim, as associações das Filhas de Maria e do Apostolado da Oração, ao fazerem impor seus valores e crenças, expressavam aspectos de uma cultura popular. Essa cultura popular, vivenciada no cotidiano da fábrica, ajudou a formar, de certo modo, uma cultura de associativismo naquele local. E, também, contribuiu para preservação de instituições vigentes, como o paternalismo e a religião católica.

⁴⁷⁵ Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018. (*Grifos nossos*).

⁴⁷⁶ *Idem*.

CONCLUSÃO

*Sob a história, a memória e o esquecimento.
Sob a memória e o esquecimento, a vida.
Mas escrever a vida é outra história.
Inacabamento⁴⁷⁷*

A epígrafe que norteia a nossa conclusão encontra-se, originalmente, na abordagem do filósofo francês, Paul Ricoeur. A polissemia que se abre para cada um de nós, mediante a palavra inacabamento, indica para filósofos, pesquisadores e historiadores que toda e qualquer argumentação final está aberta a novas possibilidades interpretativas. Em outras palavras, coisa alguma é definitivamente final. Conclusões são sempre provisórias.

As discussões que aqui foram propostas e tratadas, como vimos, versaram sobre a história das mulheres na Fábrica do Biribiri. Obviamente, a leitura que fizemos pode ser ampliada e completada. As fichas de cadastro de recursos humanos e as atas das associações religiosas aqui trabalhadas ainda oferecem múltiplas perspectivas para o desenvolvimento de pesquisas, ligadas às diversas temáticas da história, como por exemplo, o corpo, a fotografia, a cultura, os conceitos etc. As interpretações e considerações dependerão da linha de análise escolhida, alinhada à competência de cada pesquisador. Em nosso caso, os sinais visíveis proporcionaram uma possibilidade de compreensão sobre como as operárias – “mulheres do povo”, foram inseridas naquele mundo do trabalho.

Instalar a fábrica numa região rural se justificou por dois motivos: primeiro, para utilizar as águas do Ribeirão das Pedras, especialmente com a finalidade de gerar força motriz; segundo, porque o isolamento na vila operária permitia ao patrão vigiar e controlar os espaços de sociabilidade e lazer dos(as) trabalhadores(as). A “fábrica do Bispo”, na verdade, era a fábrica dos pobres e das meninas órfãs que brincavam de roda na frente do convento. Durante os primeiros anos de funcionamento, a fábrica representou, muito mais, um espaço de moralização dos costumes do que uma unidade de produção. Infelizmente, não identificamos, em nossa pesquisa, qualquer dimensão de uma possível tradição comunal e associativa entre os(as) operários(as) nesse período.

Outro ponto a ser revisitado refere-se à presença maciça das mulheres nas indústrias têxteis, o que foi justificado pelo baixo custo dos salários e pelas habilidades demonstradas por elas, nas artes de fiar e tecer. Percebe-se que na Fábrica do Biribiri, durante

⁴⁷⁷ RICOEUR, Paul (2007). Op., cit., p. 513.

a gestão da família Felício dos Santos, a contratação feminina também se justificava por políticas paternalistas. As mulheres – “pobres meninas órfãs” – precisavam ser protegidas e amparadas. Não é à toa que Dona Mariana empreendeu esforços para conseguir casamentos para elas.

A ideia de que a família Felício dos Santos, liderada pelo Bispo Dom João, fundou a fábrica para atender causas sociais e não para obter lucro foi o discurso defendido pelos jornais locais. Porém, tal ideia não se consolida mediante acurado aprofundamento. Conforme nos lembra Goodwin Jr., os denominados “homens de imprensa” exaltavam o trabalho como meio de moralização⁴⁷⁸. Além disso, fundar uma fábrica implicava altos custos de investimentos. É provável que a imagem projetada pela imprensa fosse mais imaginária. O religioso poderia não almejar lucros, mas seus sócios, sim.

A transição de gestão, primeiro, para o Banco Hipotecário do Brasil em 1908 e, segundo, para a família Duarte em 1921, assinala um período novo na história da empresa. Sobre o período entre 1908 a 1921, pouco pudemos analisar, pois não encontramos documentação mais específica. As fichas de cadastros proporcionaram apenas alguns sinais visíveis, alusivas ao funcionamento da fábrica, como por exemplo, as pessoas, filhos(as) de operários(as) que nasceram na vila do Biribiri, nesse período e que, mais tarde, também se empregaram na fábrica. A partir da década de 1920, a documentação é vastíssima e demonstra que a família Duarte tinha um discurso cada vez mais capitalista e que, por isso, fez da fábrica um negócio próspero. Todavia, no campo ideológico, a cultura católica continuou a assinalar o cotidiano de todos(as) os(as) inseridos(as) naquele mundo do trabalho.

No período entre 1918 e 1959, a história das mulheres se revelou a partir dos dados quantitativos e qualitativos. A divisão sexual do trabalho determinou as ocupações de homens e mulheres. O lugar de poder feminino era o Convento, mas esse poder estava condicionado ao gerente (masculino). Na fábrica, a maior parte dessas mulheres era solteira e ocupava funções de fiar e tecer. Também ingressavam no trabalho ainda meninas, motivadas por suas famílias para que pudessem ajudar nas despesas da casa. Quando se casavam, por exigência dos cônjuges ou por indução do próprio empregador, deixavam o trabalho e iam operar o fogão, como bem nos lembrou Maria da Conceição Assis. As poucas mulheres casadas permaneceram num curto período de tempo na fábrica. Isto ocorria por causa das dificuldades com a dupla jornada de trabalho, que estas teriam que enfrentar. A empresa preferia contratar mulheres solteiras ou viúvas e sua arregimentação era feita na própria região

⁴⁷⁸ GOODWIN JÚNIOR (2015). Op., cit.

de Diamantina e entorno. Apesar do controle e vigilância, existiam aquelas operárias que sempre burlavam as regras, como Geni, que mentiu para o gerente, com a finalidade de ir dançar com uma colega.

As relações de trabalho da Fábrica de Tecidos do Biribiri se formaram com base nos preceitos da encíclica *Rerum Novarum*. Assim como ocorria em outras experiências de núcleos fabris espalhados pelo Brasil, nesta empresa as relações entre o patrão e os (as) operários(as) se aproximaram do entendimento da fábrica como uma grande casa de família. Desse modo, esquemas de bonificação e concessões de créditos (no armazém) foram os instrumentos utilizados para se criarem laços de confiança, ao mesmo tempo em que também produziam laços de dependência.

À medida que a legislação dos direitos sociais foi se instituindo no país, as fichas de cadastro dos recursos humanos dos(as) operários(as) do Biribiri ganhavam maiores detalhes nos preenchimentos, como por exemplo, as informações sobre os beneficiários em casos de acidentes. A instituição da carteira profissional possibilitou a identificação dos(as) trabalhadores(as). Tirar o retrato para o documento representou um fato novo na vida daquelas pessoas. Além disso, os rostos revelados nas fotos 3/4 das fichas de trabalho nos apresentaram as operárias meninas, mulheres e idosas. Tudo isso nos abre a possibilidade de que trabalhos mais acurados possam revelar outras importantes características que nos auxiliem no entendimento do mundo do trabalho.

Na Fábrica do Biribiri, patrões e empregados(as) se ajustaram à nova legislação vigente. Os atos de indisciplina e insubordinação considerados leves, como desentendimento entre colegas e o abandono do setor para conversar, eram tratados com suspensões do trabalho. No período em ficava suspenso(a), o(a) trabalhador(a) teria ponto cortado. Mas, se o ato de indisciplina ultrapasse o limite permitido, o(a) operário seria dispensado(a).

As atas das Filhas de Maria e do Apostolado da Oração apresentaram o cotidiano dessas mulheres. Na fábrica, na igreja e na vila, a espiritualidade católica se impôs. A Associação Filhas de Maria cumpriu seu papel e provocou a transformação da “boa” jovem em “boa” operária. Monsenhor Levi, e demais párocos que lá atenderam, inseriram essas mulheres no mundo da leitura dos livros de devoção e piedade. A “Virgem Maria” imperou como o modelo feminino católico, e as “fitas” que acompanhavam as medalhas de Nossa Senhora das Graças eram penduradas nos pescoços das operárias para indicar suas identidades sociais. A referida associação também proporcionou momentos de sociabilidades e lazer, porém vigiados.

O discurso da ação católica estendeu o mesmo controle para os(as) filhos(as) dos(as) operários(as). Assim as mulheres deveriam imitar Maria e as crianças, o seu filho, Jesus. As reuniões do Apostolado da Oração deram continuidade aos discursos que já vinham sendo proferidos pela Associação Filhas de Maria, acrescentando temas do contexto histórico daquele momento como a Guerra Fria, visando o crescimento das ações missionárias da Igreja Católica.

No espaço da fábrica Santo Antônio, padroeiro de Diamantina, foi invocado para auxiliar nos problemas que poderiam causar prejuízos materiais. Se a produção não atingisse a meta, o santo, ou melhor, o asilo dos pobres, Pão de Santo Antônio, não receberia a doação prometida. Permeando o imaginário das crenças populares, os proprietários da fábrica conduziram seus(suas) operários(as) a produzirem cada vez mais. Entre tantas “Maria da Fé”⁴⁷⁹, as “Marias Flores de Maio” exemplificam a apropriação da cultura católica vigente.

Enfim, a Fábrica do Biribiri se revelou através das “mulheres do povo”. Os sinais visíveis de práticas de cultura popular delinearam o cotidiano da vila operária. Na “vilazinha”, em formato de presépio, a vida pulsava no ritmo da fábrica e as operárias faziam bem mais que fiar, tecer e rezar.

⁴⁷⁹Nome usado por ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão Veredas*. Rio de Janeiro, Globo Livros Graphics; 2^a Edição, 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Cristiano Addario de. *A Disputa Monetária na Primeira República (1890 – 1906). Entre papelistas e metalistas: a moeda como projeção e resultado do real*. FFLCH – USP, Dissertação de Mestrado, orientador Alexandre de Freitas Barbosa, 2014.

ALETEIA. *A oração do Ângelus: sua história, seu significado e como rezá-lo*. Disponível em < <https://pt.aleteia.org/2015/09/16/a-oracao-do-angelus-sua-historia-seu-significado-e-como-reza-lo/>>. Acesso 29/10/2018.

ARMONIMO, Luciana, NEVES, Osias Ribeiro. *Tecendo memórias: a história da Estamparia*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2007.

BATALHA, Claudio H. M. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República. In: LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Júnia (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. Pp. 95-110.

BORGES, Kátia Franciele Corrêa. *Santa, Esposa-mãe e professora*. Montes Claros, Unimontes, 2013.

BRASIL. *Código Comercial do Império do Brasil*. Lei Nº 556, de 25 de junho de 1850.

BRASIL, *Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890*. Promulga a lei sobre o casamento civil.

BRASIL. *Decreto nº 3724, de 15 de janeiro de 1919*. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho.

BRASIL. *Decreto nº 17496, de 30 de outubro de 1926*. Aprova o regulamento para a concessão de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários e outros.

BRASIL. *Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923*. Aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes.

BRASIL. *Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932*. Instituí a carteira profissional.

BRASIL. *Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

BRIGHENTI, Agenor. *A Ação Católica e o novo lugar da Igreja na sociedade*. S/D. Disponível em < <https://docplayer.com.br/8448511-A-acao-catolica-e-o-novo-lugar-da-igreja-na-sociedade.html> >. Acesso 30/08/2018.

CANALES, Fausto Alfredo; BELUCO Alexandre; MENDES, Carlos André Bulhões. *Usinas hidrelétricas reversíveis no Brasil e no mundo: aplicação e perspectivas*. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria, v. 19, n. 2, mai-ago. 2015, p. 1230-1249 Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSSM ISSN: 22361170. Disponível em < <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/16002/pdf>>. Acesso 21/11/2017.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CIVARDI, Monsenhor Luís. *Formação para o apostolado*. In: Obras raras do catolicismo (digitalizadas). Disponível em < <http://www.obrascaticas.com>>. Acesso 26/10/2018.

CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2º ed. – Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. *Centenário da Fábrica do Cedro: Histórico 1872-1972*. Edição Particular. Minas Gráfica Editora, Belo Horizonte, 1972.

CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano cotidiano operário no sertão*. Campinas, SP. Papiros, 1998.

_____. *De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular*. R .B . Estudos Urbanos e Regionais Nº 4 / maio 20 01. Disponível em < <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/59>>. Acesso 24/11/17.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, 1970.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Tradução: Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS. *Significado dos símbolos e Simbologias*. 2008 - 2019 7Graus. Disponível em < <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/nossa-senhora/>>. Acesso 25/10/2018.

DURKHEIM, Émile. *A educação moral*. Trad. Raquel Weiss. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1917; 2008. Coleção Sociologia.

ENGELS, Friedrich, 1820-1895 *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. - São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, Antônio Carlos. *O turbulo e a chaminé: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina, 1864-1917*. PPG-História/UFMG. Dissertação de Mestrado, Orientadora Thaís Velloso Cougo Pimentel, 2005.

FONSECA, Marcelo da. *Primeira hidrelétrica do país foi construída em Minas há mais de 100 anos*. 18/05/2013 <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/05/18/interna_gerais,389704/primeira-hidreletrica-do-pais-foi-construida-em-minas-ha-mais-de-100-anos.shtml> Acesso 21/11/2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: organização e legislação trabalhista no entre guerras brasileiro (1917-1937)*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado, orientador Fernando Teixeira da Silva, 2016.

GIORGIO, Michela. O modelo Católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente: o Século XIX*. Trad. COELHO, Maria Helena da Cruz; et. al. Porto/Portugal: Edições Afrontamento; São Paulo/Brasil: EBRADIL. 1991. Vol.4 p.199-237.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e Sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

GOODY, Jack. *The Culture of Flowers*. Cambridge University Press, 1993.

GOODWIN JÚNIOR, James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2015.

HOBBSAWM, ERIC J. *Era dos extremos: o breve século XX*. tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Guilherme. Assis Horta: a democratização do Retrato Fotográfico através da CLT. Catálogo digital da Exposição. Ouro Preto: Funarte e Minc, 2012. Disponível em https://issuu.com/studioanta/docs/catalogo_democratizacao, acessado em 14/01/2019.

IEPHA. *Programas e ações: Bens tombados*. Disponível em < <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php> >. Acesso 05/2/2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, pp. 67-75.

KNIBIEHLER, Ivonne. Corpos e corações. In: In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente: o Século XIX*. Trad. COELHO, Maria Helena da Cruz; et. al. Porto/Portugal: Edições Afrontamento; São Paulo/Brasil: EBRADIL. 1991. Vol.4 pp. 351-401.

JESUS, Ronaldo Pereira. Mutualismo entre ex-escravos e operários no Rio de Janeiro (1860-1889). In: LOBO, Valéria, DELGADO, Ignácio Godinho, VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (Orgs.). *Trabalho, proteção e direitos: o Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília [et.al] Orgs. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões Vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*. FAE – UFMG, Tese de Doutorado, Orientadora Thaís Nívia de Lima e Fonseca, 2010.

LEMOS, Marcos. *O grande Tecelão*. Editora Gráfica O Lutador, 1999.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho: em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1998.

LIMA, Junia de Souza. *De Meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira - 1872-1930*. Orientador: Irlen Antônio Gonçalves. Mestrado em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET/MG, Brasil. 2009.

LONE, Alessandro Borini et al. *Temperatura e substrato para germinação de sementes de flor-de-maio (Schlumbergera truncata (Haw.) Moran)*. Rev. Ceres, Viçosa, v. 57, n.3, p. 367-371, mai/jun, 2010.

LOREDO, Meirelle Aiane Almeida. *O Colégio Nossa Senhora das Dores e o projeto educacional das Filhas da Caridade em Diamantina 1905-1925*. PPGED - Mestrado Profissional em Educação/UFVJM, Dissertação de Mestrado, Orientador Leonardo dos Santos Neves, Diamantina – MG, 2017.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina*. 3. ed. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARTINS, José Souza. *O Cativo da Terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (Século XIX)*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro 1*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 30ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MATTOS, Ilmar Rolohff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec: Brasília/DF: INL, 1987.

MELLO, Maria Regina Ciparrone. *A industrialização do Algodão em São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1983.

MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: Abastecimento Alimentar nas Minas Gerais Setecentistas*. Diamantina, Maria Fumaça, 2000.

MENEZES, Renata de Castro. *A dinâmica do sagrado: rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004 – (Coleção Antropologia da política ; 31). Pp. 148-166.

MICHAUD, Stéphane. *Idolatrias: representações artísticas e literárias*. In: : DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente: o Século XIX*. Trad. COELHO, Maria Helena da Cruz; et. al. Porto/Portugal: Edições Afrontamento; São Paulo/Brasil: EBRADIL. 1991. Vol.4, p.145-169.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O Poder da Maçonaria – A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NEVES, José Teixeira. *Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro*. Revista do Livro, Rio de Janeiro, INL/MEC, ano V, 20, dez. 1960. p.49-59.

NEVES, Soraya de Carvalho; HORN, Adolf Heirich; FRAGA, Lucio Mauro Soares. *Geoquímica ambiental da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão das Pedras, Diamantina, MG*. GEONOMOS 16(2): 63 - 68, 2008. Disponível em < <http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geonomos/article/view/84/64>>. Acesso 21/11/17.

OLIVEIRA, Lívia Gabriele. *A presença da igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: o caso do bispado de Diamantina 1864-1888*. PPG-História/UFOP, Dissertação de Mestrado, Orientadora Andréa Lisly Gonçalves, Ouro Preto/MG, 2011.

PAULA, Manoel Júlio de. *A infância tecida: construindo a infância entre teares e as escolas da Fábrica de Tecidos e Fiação Cedro e Cachoeira (1880 -1915)*. In: JINZENJI, Mônica Yumi; MORENO, Andrea. *Histórias da Educação – Sujeitos da educação: intelectuais, professores, crianças e família*. Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso:22/10/2018.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottman. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. *História dos quartos*. Tradução Alcida Brant. São Paulo Paz e Terra, 2011. P.203.

PETRATTI, Palmira Teixeira. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1990.

PONTES, Salvador Pires. *Nomes indígenas na geografia de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1970.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 -1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REVISTA ZUM 7. *O clique único de Assis Horta*. Assis Horta & Dorrit Harazim. Publicado em: 22 de dezembro de 2014. Disponível em < <https://revistazum.com.br/revista-zum-7/o-clique-unico-de-assis-horta/>>. Acesso 14/01/2018.

RICARDO, Pe. Paulo. *Ainda vale a pena ler a imitação de Cristo?* Disponível em < <https://padrepauloricardo.org/episodios/ainda-vale-a-pena-ler-a-imitacao-de-cristo>>. Acesso 19/10/2018.

RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain Francois [et al.]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, Severiano de Campos. *Memórias do Colégio e Orfanato de Nossa Senhora das Dores e do Hospital de Nossa Senhora da Saúde da Diamantina*. NSA Oficial do Estado de Minas, Belo Horizonte, 1919.

RODRIGUES, LM. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 169 p. ISBN: 978-85-99662-99-1. Available from SciELOBooks <<http://books.scielo.org>>.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão Veredas*. Rio de Janeiro, Globo Livros Graphics; 2^a Edição, 2016.

SÁ, A. Lopes de. *Contabilidade das indústrias de tecidos*. Editora Atlas S/A. São Paulo, 1958

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e Litoral do Brasil*. Tradução: Leonam De Azeredo Pena. Companhia Editora Nacional São Paulo — Rio — Recife — Porto Alegre, 1941.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço / S. Luís, EDUFMA, 2015.

_____. *Reformas da Igreja em contraposição: o pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX)*. Itinerantes. Revista de Historia y Religión 5 (2015) 65-90. ISSN 2250-5377. Disponível em < <http://www.unsta.edu.ar/wp-content/uploads/2015/07/3-Santirocchi.pdf>>. Acesso 20/03/2108 15:20hs.

SANTOS, Dayse Lúcida. *Entre a norma e o desejo: Estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social 1833-1933*. Belo Horizonte, UFMG, 2003. Dissertação de Mestrado.

_____. *Cidade de Vidro: a fotografia de Chichico Alkimim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina:1900 a 1949*. Belo Horizonte, UFMG, 2015. Tese de Doutorado.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. Educação e Realidade. V. 20, nº2, julho-dezembro, 1989, p. 71-100. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso 10/12/2018.

SILVA, Alcina Silva Santos. *As flores na pintura da “Anunciação” nos séculos XVI e XVII: a simbologia cristã e a arte decorativa*. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, 2011.

SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. *Construindo identidades: a Pia União das Filhas de Maria e o catolicismo romanizado*. In: XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. ISBN 978-85-60979-08-0. Disponível em < http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1275852667_ARQUIVO_Construindoidentidadescomunicacaoanpuh2010textofinal.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2018.

SOUZA, José Moreira de. *Cidade Momentos e processos: Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*. Anpocs, Marco Zero, São Paulo, 1993.

SOUZA, Pe. Ney de. *Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites*. Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006. Disponível em <

<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226> >. Acesso 25/10/2018.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 (Vs.1,2,3).

_____. *Costumes em Comum*. Revisão técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Comapanhia das Letras, 1998.

ZEQUINI, Anicleide. *Fábrica de Tecidos São Luis: passado e presente*. Trabalho apresentado no III Congresso Internacional do Patrimônio Industrial: reutilização de sítios industriais um desafio para a conservação patrimonial. Evento ocorrido entre os dias 17 a 19 de junho de 2016 na Universidade Lusíada de Lisboa – Portugal. Disponível em <<http://www.itu.com.br/artigo/fabrica-de-tecidos-sao-luispassado-e-presente-20170131>>. Acesso 21/11/2017.

WRIGLEY, Chris. Continuidades no trabalho e no status das mulheres desde o final do século XIX. In: LIBBY, Douglas Colle e FURTADO, Junia Ferreira, Orgs. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 177-191.

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

- ACMD. *Representação apresentada à Câmara Municipal de Diamantina em 07 de maio de 1874*. Documento Transcrito do Livro de Atas 1882.
- AEAD. *Arquivos de Dom João Antônio dos Santos*. Caixa 03. Bloco A (1875-1877).
- AEAD. *Arquivos de Dom João Antônio dos Santos*. Caixa 03. Bloco B (1886).
- APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (out/1926 a abr/1932)
- APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (jul/1932 a fev/1935)
- APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (mar/1935 a ago/1938)
- APE-S/A. *Atas de Reunião Filhas de Maria do Biribiri* (set/1938 a out/1941)
- APE-S/A. *Atas de Reunião do Apostolado da Oração do Biribiri* (mar/1949 a abril/1962)
- APE-S/A. *Caderno de Controle de Presença das Filhas de Maria do Biribiri* (1937-1939)
- APE-S/A. *Caderno de Receita e despesas da associação Pia União das Filhas de Maria do Biribiri*. (1926 e 1931)
- APE-S/A. *Extrato de Imóveis adquiridos pela firma Duarte & Irmão dos moradores do Distrito de São João da Chapada Município de Diamantina* (1922).
- APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959)
- APE-S/A. *Fábrica do Biribiri*. Caderno de Débito e Crédito do do Armazém. 1934.
- BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 53 Cx. 1
- BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 11 Cx. 2
- BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 12 Cx. 2
- BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Caderneta 53 Cx. 1
- BAT. Arquivo José Teixeira Neves. *Fábrica do Biribiri*. Envelope 2. Cx. 7
- MAM. *Ação N° 0181 de 1° de dezembro de 1895*
- MAM. *Acervo de Imagens. Documento manuscrito realizado com base na imagem*
- MAM. *Caderno de Contas Correntes da Fábrica de Tecidos do Biribiri*. 1922
- MAN. *Carta de Arrematação da Fábrica São Roberto encaminhada por J. Clementino ao Doutor Alexandre Mascarenhas*. 16/04/1932.
- MAM. *Documento Compra da Fábrica*. Livro Contábil – agosto 1921
- MAM. *Implantação da Vila Operária do Biribiri*. 1975
- MAM. Livro *Diário da Casa Comercial Diamantina dos Duarte & Irmão* (14/06/1921)
- MAM. *Petição ao Glorioso Santo Antônio*. (Diamantina 10/01/1929).

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

AEAD. *A Estrela Pollar*. 27/08/1903.

AEAD. *A Estrela Polar*. 08/12/1932.

APE-S/A. *Regulamento do Pensionato das Operárias do Biribiri*. 01/02/1964.

AUOD. *Correspondência 12 de julho de 1960. Doutor Sílvio Felício dos Santos – Prefeito de Diamantina*.

AUOD. *Estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina*. 1893.

Arquivo pessoal de Raimundo Geraldo de Souza (Vulgo - Raimundo Sem Braço).

BAT. *Alguns mineiros que, ilustres pelo saber e suas virtudes cívicas, elevaram o nome do Brasil (...)*. p.433.

BAT. *O Município*. Diamantina, 06/11/1887.

BAT. *O Município*. 23/07/1900.

BAT. *Sete de Setembro*. 13/02/1887.

BAT. *Sete Setembro*. 05/2/1887.

CORRÊA, Rafael Bogatzki Ribeiro. *Projeto Arquitetônico: implantação atual da Vila do Biribiri – Diamantina/MG – Situação e levantamento topográfico*. 2017.

KARG, Frei Cassiano (Capuchinho). *O pequeno segredo ou a chave da vida interior*. Tradução: Frei Leão O. F.M. Petrópolis, 1927.

IEPHA. *Processo de Tombamento Município de Diamantina – Monumento Conjunto Arquitetônico do Biribiri*. Homologado em 11 de novembro de 1998.

MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA. *Sob o Patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Inez virgem e mártir*. Compilado por Frei Basílio Rower, O. F. M. 19ª Edição, Reimprimatur, Niterói-RJ 1940.

MAM. *Acervo de Imagens*.

MAM. “*Alguns dados sobre a fundação da fábrica do Biribiri*”. S/D.

MAM. *Arquivos do Biribiri – Jornal Estado de Minas*, 03/12/1982.

MAM. *Arquivos do Biribiri – Jornal O Globo*, 03/01/1988

MAM. *Arquivos do Biribiri – Revista VEJA, MG*, 10 de julho de 1991.

MAM. *Carta do Banco de Crédito Real de Minas Gerais encaminhada aos sócios Antônio Edílio Duarte e José Machado Freire*. 14/01/1959.

MAM. *Fábrica do Biribiri*. Carta de Alexandre Diniz Mascarenhas para o prefeito de Diamantina Antônio Carvalho Cruz (15/05/1973).

MAM. *Estatuto da Irmãos Duarte Sociedade Anônima Têxtil e Comercial*. Publicado no “Minas Gerais” de 14 de junho de 1941.

PUPSA. *Pão de Santo Antônio*. (1915 a 1950).

PUPSA. *Pão de Santo Antônio*. 28/05/1916

PUPSA. *Pão de Santo Antônio*. 04/09/1925.

FONTES ORAIS

Edvaldo Nascimento – Entrevista concedida em 27/10/2018.

Maria da Conceição de Assis Pereira – Entrevista concedida em 24/03/2018.

Maria da Conceição de Mello Ferreira – Entrevista concedida em 11/01/2019.

FONTES DIGITAIS

Base de dados do CEDEPLAR/UFMG. NPHEd - Pop72.

EPÍSTOLA APOSTÓLICA DE PIO IX. *Ineffabilis Dei*: Sobre a Imaculada Conceição (Concepção). De 08/12/1854. Disponível em <<http://www.capela.org.br/Magisterio/Pio%20IX/ineffabilis8dez.htm>>. Acesso: 20/08/2016.

CARTA ENCÍCLICA DE LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários. 15 de maio de 1891. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/.../hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso 01/01/2017.

ANEXO I

Quadro 10

Relação de trabalhadores(as) contratados(as) entre o período de 09/1918 a 01/1932 que tinham carteiras profissionais

Quant.	Trabalhador/a	Saída
1.	Agostinha Alves da Cruz	01/09/1937
2.	Maria da Conceição Batista	08/02/1944
3.	Maria Ferreira dos Santos	30/10/1944
4.	Rosália Gonçalves	21/12/1945
5.	Maria Andreolina Ribeiro	29/12/1945
6.	Maria José da Cruz	01/02/1946
7.	Raphael Magalhães	30/09/1946
8.	José de Paula	30/09/1946
9.	Francisca Teixeira da Silva	12/10/1946
10.	Octacílio Borges da Costa	26/10/1946
11.	Rosália Gonçalves	21/12/1946
12.	Albertina Rodrigues Chaves	01/05/1947
13.	Maria Carmelita Lemos	31/07/1947
14.	Maria Francisca de Barros	16/03/1948
15.	Margarida Francisca Barros	16/03/1948
16.	Maria Augusta de Moraes	01/10/1948
17.	Antônio Brant de Menezes	17/10/1949
18.	Maria das Neves Rodrigues	01/03/1950
19.	Silvina Leopoldina Pinto	11/08/1951
20.	Júlia Pires	16/01/1953
21.	Maria José da Costa	31/01/1953
22.	Paulo Duarte	12/11/1954
23.	Gabriel Alves da Silva	30/09/1958
24.	Seraphim Gonçalves Lopes	20/07/1962
25.	Maria Lúcia Viana	01/07/1963
26.	Maria Francelina da Conceição	22/07/1963
27.	Pedro Adão Borges	10/08/1963
28.	Pedrelina Ferreira	11/01/1964
29.	João Antônio Brant	Não informado
30.	Maria Flôr de Maio Dias	Não informado
31.	Raymunda Teixeira da Silva	Não informado
32.	Sebastião Borges da Costa	Não informado
33.	Joaquina dos Santos	Não informado
34.	Maria Domingas do Espírito Santo	Não informado
35.	Maria Luiza Leite	Não informado
36.	Sebastiana Hermenegilda Ferreira	Não informado
37.	Maria da Conceição do Sacramento	Não informado
38.	Cassilda Borges dos Santos	Não informado
39.	Maira José Lopes	Não informado

Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos. (1918 -1959).*

ANEXO II

Operárias do Biribiri fotografadas por Assis Horta (1943)

Observação: as fotografias apresentadas neste anexo foram retiradas das fichas de cadastro de cada operária⁴⁸⁰. E, visando facilitar a localização, acrescentamos a data de admissão e organizamos as fotografias em ordem alfabética.



Alaíde Buitrago



Aída Botelho
03/05/1937



Alexandrina Pereira
Gomes
05/05/1943



Analina Maria dos
Santos
01/05/1942



Andreína Guimarães
22/06/1942



Ana Maria Buitrago
27/04/1943



Anna Martins dos Santos
23/03/1940



Anaúra Santos
27/08/1941



Anastácia Batista
04/01/1943



Cecília Teixeira da Silva
10/08/1937



Carolina Pinto da Silva
09/11/1942



Conceição Ferreira
17/05/1943

⁴⁸⁰ Fonte: APE-S/A. *Fábrica do Biribiri – Cadastro de Recursos Humanos*. (1918 -1959).



Célia Rosa 04/06/1943



Dolores Gonçalves
Botelho
07/03/1938



Geralda Pereira Campos
14/02/1935



Helena Flora dos Santos
02/11/1943



Henriqueta Nunes Santana
01/02/1942



Ilma Ferreira
23/05/1938



Irene Maria de Souza
10/11/1941



Izabel Rodrigues de
Souza
02/02/1939



Joanna da Conceição
Ferreira
09/12/1937



Joanna Lopes da Silva
15/04/1941



Jovita Soares
15/04/1941



Joselina da Luz Silva



Júlia Círla Silva



Jurdilina Borges dos Santos

Leontina da Luz Pereira
14/01/1942Luiza Alexandrina Aniceta
04/02/1941Jurdilina dos Santos Silva
14/12/1941Luiza Marcelina Moreira
11/10/1937Luiza Pereira da Silva
27/04/1943Margarida Francisca
BarrosMaria Angelina Moreira
08/08/1938Maria Antônia dos Santos
12/01/1943Maria Beatriz Bernadina
20/08/1938Maria Corália Robim
01/06/1943



Maria da Conceição de
Paula
22/03/1943



Maria da Conceição Gomes
15/04/1941



Maria da Conceição
Nascimento
04/05/1942



Maria da Conceição
Alves
04/08/1941



Maria da Conceição Silva
15/09/1936



Maria da Conceição
Pereira
15/04/1941



Maria das Dores do
Espírito Santo
02//09/1940



Maria das Dores
Cardoso
14/09/1937



Maria das Mercês Santos
20/12/1932



Maria das Mercês
Pereira
21/11/1942



Maria do Amparo Pereira
08/01/1941



Maria Flor de Maio Pinto
15/04/1941



Maria de Jesus Miranda
08/11/1943



Maria do Carmo Silva
22/12/1936



Maria do Espirito Santo
Pinto
15/09/1937



Maria dos Reis Moreira
01/05/1943



Maria Fernandes Pimenta
27/04/1943



Maria Luiza de Almeida
01/02/1943



Maria Marcolina Reis
02/09/1942



Maria Martins dos
Santos
13/09/1937



Maria Otília de Almeida
02/09/1941



Maria Patrocina dos
Santos
12/09/1943



Maria Pereira da Silva
10/02/1941



Maria Margarida
Gregoria
28/07/1941



Natalícia de Jesus Santos
18/08/1941



Odete Catarina da Silva
08/11/1943



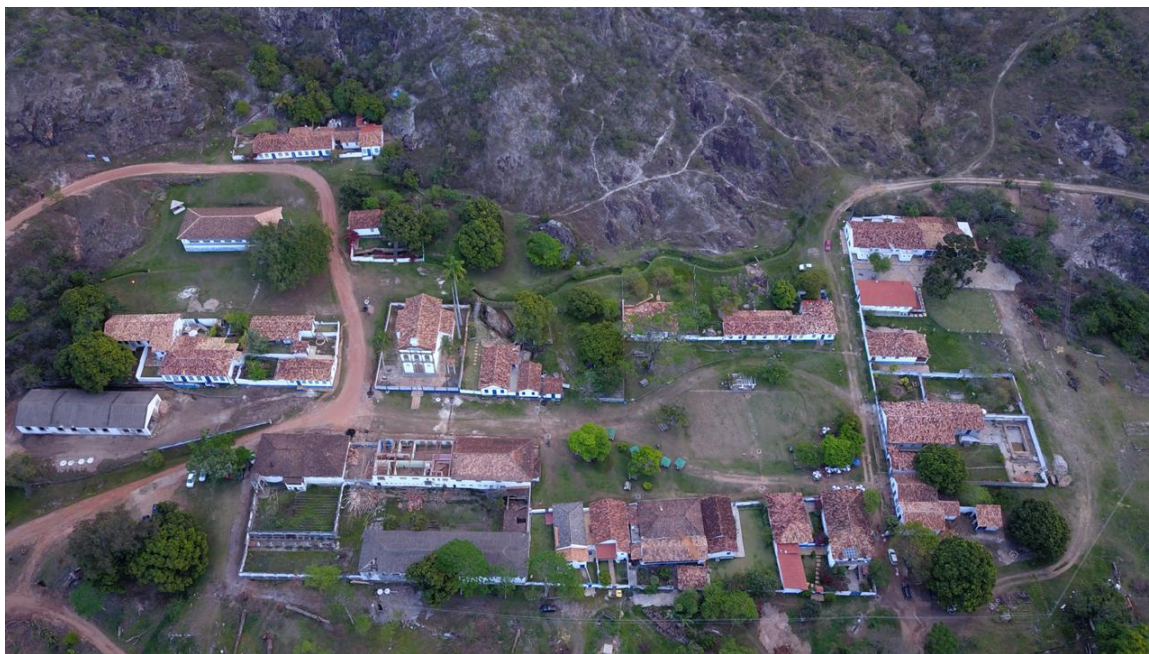
Odflia Amância de Souza
10/02/1941

ANEXO III
Imagens da Vila do Biribiri e da Fábrica (dias atuais)

Fotografias de Estevão Luís Pereira Lima.

Visita de campo realizada em 27/10/2018.

Funcionário da Estamparia que nos acompanhou: Edvaldo Nascimento.





ANEXO IV
Fachada da Capela do Sagrado Coração de Jesus do Biribiri e Túmulo do Senador
Joaquim Felício dos Santos

Fotografias de Estevão Luís Pereira Lima.

Visita de campo realizada em 27/10/2018.

Funcionário da Estamparia que nos acompanhou: Edvaldo Nascimento



ANEXO V
Imagens internas da Capela do Sagrado Coração de Jesus

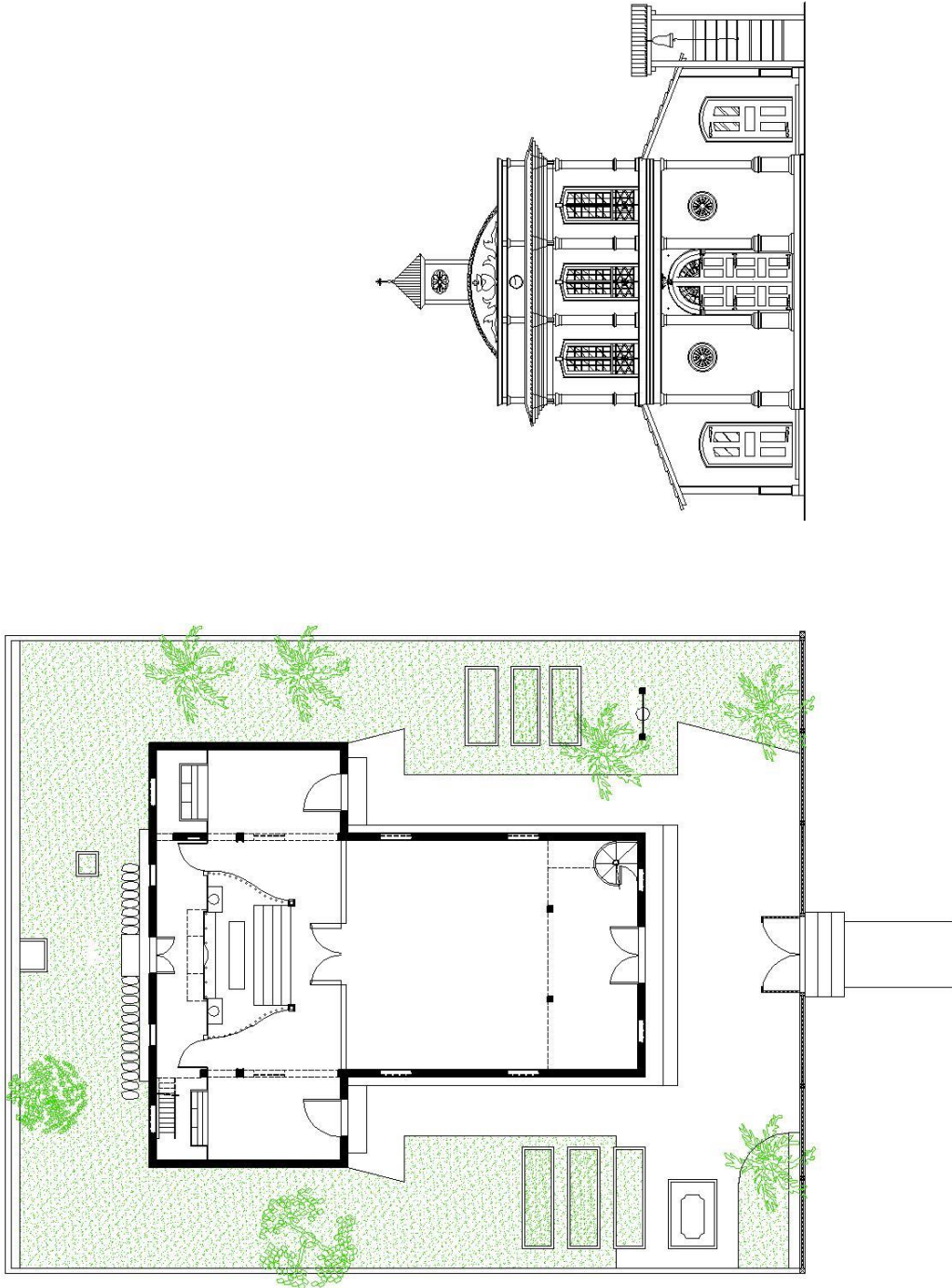
Fotografias de Estevão Luís Pereira Lima.

Visita de campo realizada em 27/10/2018.

Funcionário da Estamparia que nos acompanhou: Edvaldo Nascimento



ANEXO VI
Projeto arquitetônico da Capela do Sagrado Coração de Jesus.



IGREJA DE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - VILA DE BIRIBIRI - DIAMANTINA-MG
 PLANTA TÉRREO E FACHADA PRINCIPAL
 FONTE: PROJETO ARQUITETÔNICO PRELIMINAR. PRANCHAS 02/II E 06/II. RT: ARQUITETA RAFAELE BOGATZKY RIBEIRO CORRÊA

Fonte: Projeto Arquitetônico cedido pela Arquiteta Rafaela Bogatzki Ribeiro Corrêa (01/11/ 2017).